Cartografia dos Tempos Urbanos: representações, cultura e poder na Cidade do Natal (década de 1960)

Wesley Garcia Ribeiro Silva

Coleção DISSERTAÇÕES E TESES DO CCHLA-UFRN

EDUFRN Editora da UFRN

CCHLA UFRN

2011 | Cartografia dos Tempos Urbanos: representações, cultura e poder na Cidade do Natal (década de 1960) | Wesley Garcia Ribeiro Silva

Coleção DISSERTAÇÕES E TESES DO CCHLA-UFRN

Cartografia dos Tempos Urbanos: representações, cultura e poder na Cidade do Natal (década de 1960)

Wesley Garcia Ribeiro Silva

Cartografia dos Tempos Urbanos: representações, cultura e poder na Cidade do Natal (década de 1960)

Wesley Garcia Ribeiro Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR
José Ivonildo do Rêgo

VICE-REITORA
Ângela Maria Paiva Cruz

DIRETOR DA EDUFRN
Herculano Ricardo Campos

EDITOR DA EDUFRN
Helton Rubiano de Macedo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETOR: Márcio Moraes Valença
VICE-DIRETORA: Maria da Conceição Fraga

ORGANIZADOR DA COLEÇÃO
Márcio Moraes Valença

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA
Janilson Torres

Esse trabalho foi defendido em 31 de março de 2010 como Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, avaliado pela banca composta por: Margarida Maria Dias de Oliveira (Presidente), Renato Amado Peixoto (Membro Interno), Paulo Kanuss de Mendonça (Membro Externo) UFF, Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Suplente).

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

S586c Silva, Wesley Garcia Ribeiro.
Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960) / Wesley Garcia Ribeiro Silva. – Natal : EDUFRN, 2011.
202 p. – (Coleção Dissertação e Teses do CCHLA-UFRN)

ISBN 978-85-7272-708-1

1. Espaço público – Natal (RN). 2. Natal (RN) - História. 3. Planejamento urbano - Natal (RN). 4. Poder (Ciências Sociais). I. Título. II. Série.

CDU 94(813.1)

Para Eudes Ribeiro da Silva, meu Pai;
Para Neusa Garcia Pereira da Silva, minha Mãe;
Que com seus suores derramados me tornaram
suburbano, de onde me pus a vivenciar o mundo.
Espero um dia ser digno de ter sido motivo
de tanto esforço.

_agradecimentos

Este livro é uma versão quase que integral da dissertação de mestrado defendida em abril de 2010, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Sua publicação só se faz possível graças à iniciativa do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN de divulgar algumas das produções de sua área.

O trabalho aqui apresentado é o resultado de minha formação enquanto profissional de história, na qual contribuíram decisivamente os Professores Raimundo Pereira Alencar Arrais, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Raimundo Nonato Araújo da Rocha, Wicliffe de Andrade Costa, Almir Bueno e Renato Amado Peixoto.

Agradeço ao Professor Paulo Knauss de Mendonça, que compôs, enquanto membro externo, a banca de defesa, pelas críticas construtivas e as questões levantadas durante a argüição da dissertação, que contribuíram não só para o próprio texto, mas também por fomentar perspectivas de trabalho futuras.

Estão presentes no texto a amizade de Ana Maria do Nascimento Moura, Victor Gabriel Campelo Assunção e Aryana Lima Costa.

A Professora Margarida Maria Dias de Oliveira é a responsável por minha formação, pela orientação e publicação deste trabalho. A ela devo o fato de ter me tornado um profissional e a muitas outras coisas que sei que nunca vou poder retribuir. Ela se constituiu para mim enquanto minha referência, minha bússola. Este trabalho também é dedicado a ela, com amor filial.

Então Perguntei: "Será que a firme convicção de que uma coisa é de determinada maneira faz com que ela realmente assim o seja?"

Ele respondeu: "É o que acreditam todos os poetas, e em tempos de imaginação essa firme convicção removeu montanhas; não são muitos, porém, os capazes de convicções firmes a respeito de alguma coisa".

William Blake (1790-1793)

_prefácio

O trabalho que o leitor terá acesso a partir dessa publicação foi defendido em 2010 como Dissertação de Mestrado, sob minha orientação, no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O Mestrado em História tem como Área de concentração: História e Espaços e nela duas Linhas de Pesquisa. A Linha II: Cultura, Poder e Representações Espaciais, na qual a pesquisa que resultou nessa Dissertação esteve vinculada procura enfatizar a história política e cultural das espacialidades. Dentre os muitos temas que suscita, a construção simbólica e imaginária dos espaços é uma possibilidade. Certamente esse tema aliado ao de cultura e cidades em diferentes momentos históricos são alguns dos que serão encontrados ao longo das páginas seguintes.

Contudo, como o próprio texto ressalta:

> "Não há uma separação entre a materialidade e o simbólico. Estes aspectos estão necessariamente imbricados. Tanto um quanto outro fazem parte do princípio da realidade. A cidade imaginada é construída a partir daquilo que a realidade objetiva oferece à experiência. As representações se formam da materialidade do real, porém, também agem atribuindo sentidos e significados a esta". (p. 27)

Assim, o que temos é um rico estudo, com uma metodologia que privilegiou a pesquisa em jornais muito instigadora de novas interpretações e análises.

O autor, desde sua graduação demonstrou autonomia para pesquisa e isso se configurou em um texto bastante particular que, com certeza, será lido com prazer.

Se fosse possível a publicação e circulação de todos os trabalhos acadêmicos produzidos, teríamos garantido uma perfeita fiscalização das Universidades. Os nossos pares e o público em geral, por meio do olhar sempre crítico do leitor são os melhores avaliadores dos nossos trabalhos.

Por isso, os convido a, por meio dessa leitura, avaliar e contribuir com a construção da nossa universidade pública de qualidade.

Margarida Maria Dias de Oliveira
Professora Adjunto 4 do Departamento de História/CCHLA/UFRN.

_sumário

capítulo 01
INTRODUÇÃO
13

capítulo 02
UMA ESTRANHA CIDADE:
REPRESENTAÇÕES URBANAS
DA NATAL DE 1960
39

capítulo 03
O FAZER-SE DA CIDADE:
CONFIGURAÇÕES DOS
ESPAÇOS URBANOS
85

capítulo 04
AS PROMESSAS DE CIDADE:
UMA ESTRATÉGIA
DESENVOLVIMENTISTA
135

_sumário

187 capítulo 05
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A CIDADE NOS TEMPOS DA MEMÓRIA

195 referências

201 lista de imagens

_capítulo 01

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

> *Sim, essa é a fórmula comum para explicar algo como o que aqui parece ter sucedido, o futuro, dizemos nós, e respiramos tranqüilos, já que lhe pusemos o rótulo, a etiqueta, mas, em nossa opinião, entender-nos-íamos melhor se lhe chamássemos outro presente, porque a terra é a mesma, sim, mas os presentes dela vão variando, uns presentes passados, outros presentes por vir, é simples, qualquer pessoa perceberá.*
>
> *José Saramago (2009)*

Algo bastante comum nas falas políticas atuais é a questão das melhorias do espaço urbano. O conteúdo dos programas de governo é permeado de exemplos neste sentido: falam, imaginam, buscam uma Natal sustentável, do futuro, moderna, que deveria ser alcançada no século XXI, em 20 anos... aqui os prognósticos variam dependendo das concepções e iniciativas que perpassam a construção de tais programas.

De certo, o adjetivo "moderno" é o perseguido por praticamente todos os programas políticos para complementar o substantivo Natal; termo que denota necessariamente aqui o progresso. É como que um *slogan* pronto, naturalizado: por uma Natal moderna, uma cidade do progresso.

Fato é que esse elemento discursivo se inscreve não apenas num sentido oral, de fala, de retórica: há, claro, escrituras para uma Natal moderna. Nessas inscrições, os Planos Urbanos apresentam uma característica singular: são elementos que partem de uma cidade "dada", "constituída", que é apreendida a partir do emprego de toda uma gama de estudos, de saberes (destacadamente estatísticos, arquitetônicos, urbanísticos, geográficos). Esses saberes são requisitados no sentido de diagnosticar o urbano, bem como apontar e implementar intervenções que privilegiem o progresso da cidade.

Nosso objeto vai se configurando primeiramente a partir dessas observações sobre os Planos Urbanos constituídos para Natal. Esses não nos interessam apenas enquanto um conjunto legislativo elaborado para cidade; mas principalmente pelo seu conteúdo, a história intelectual que legitima uma determinada maneira de verificar o espaço urbano, diagnosticando-o e elaborando uma cidade "ideal" ou desejada, em termos

do moderno e do progresso. Para além de tomar simplesmente tais termos enquanto dados naturais que perpassam tais planos, importa-nos antes de tudo visualizar como se operam as construções do que é moderno e o que é progresso nos Planos Urbanos. Ao invés de uma linha que os ligaria, apontamos as descontinuidades, as mutações que a historicidade trilha no planejamento urbano da cidade.

A legislação urbana produzida atua como cartógrafo dos espaços da cidade. Delineia sentidos, demarca espaços, institui a diferenciação e a exclusão. É pela lei que a cidade é produzida do ponto de vista legal, como também é por meio desse processo que os espaços são incorporados a cidade. É portanto, uma produção e incorporação do ponto de vista jurídico do poder. Cabe verificar o que essa legalidade, produto do poder hegemônico, atribui aos espaços da urbe. Cremos que em sua raiz impera o signo da disputa pela cidade. O espaço urbano é consequência da ação dos diversos grupos e locais sociais que nele atuam: que delimitam suas fronteiras e a ultrapassam; que lhe dão formatos e contornos e a desconfiguram; que dão sentidos e significados aos seus espaços constituintes e os resignificam. Enfim, sem a atuação dos grupos sociais a cidade não existe e por isso ela é dinâmica. E, como consequência, a cidade só pode ser um espaço de intensos conflitos e disputas.

A reflexão a partir dos Planos Urbanísticos se coloca como questão privilegiada para a construção de uma semântica dos tempos históricos. Como define Reinhart Koselleck[1], o tempo é uma construção cultural, uma noção que articula em cada época a experiência do passado e um horizonte de expectativa; algo derivado da consciência humana no seu enfrentamento com as condições de possibilidade da existência, daquilo que se é e daquilo que se pode vir a ser. É assim que Koselleck nos aponta diretrizes para uma semântica dos tempos históricos, que por definição sugere que a história deve ser apreendida em sua própria historicidade. Esse tempo histórico, anti-natural, não se coloca como único: a duração é plural, múltipla, suscita justaposições, conflitos. Este trabalho se inspira nessa relação.

Assim como José Saramago narra seu personagem, Caim, deslocando- se através dos tempos, dos presentes passados e os presentes por vir, interessou- nos narrar aqui como a experiência do tempo se coloca como elemento importante para as construções de imagens, de ideias, de representações e de práticas em torno do personagem urbano, da cidade.

[1] KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Apontamos que as referências do presente, as práticas cotidianas também se constituem a partir da articulação com a experiência pretérita, bem como com as expectativas do porvir. Nesse sentido, seria certo dizer que o presente nunca é uma referência temporal isolada, mas que agrega consigo também o passado e o futuro; é no presente que vão se formulando os significados, configurações, avaliações do pretérito e do vir a ser.

Assim, as representações espaciais variam, não só em termos da vivência do cotidiano, do presente, demarcando espaços valorizados e renegados, do "Eu" e do "Outro", dos estabelecidos e dos *outsiders*, em relação aos diferentes grupos sociais, mas também são construídas a partir da articulação com o tempo, com os projetos de passado e futuro elaborados.

Buscamos compreender como determinadas experiências urbanas foram sentidas e construídas em termos do passado, presente e futuro, estudando o urbano a partir da análise da historicidade enquanto um processo temporal complexo, em que os elementos surgem de uma pluralidade de tempos descompassados[2].

*

Mas a construção de nosso objeto perpassa ainda outro modo de inscrever uma Natal moderna ou seu oposto: a que toma o passado da cidade como passível de conhecimento, sua historiografia.

Assim, parece-nos conveniente reavaliar a produção intelectual sobre a Cidade do Natal, tomando-a agora não apenas como estudos importantes para a construção de nosso próprio trabalho, ou seja, como ponto de partida de nossa pesquisa, mas também, como práticas discursivas, um saber fazer crer. Trata-se de verificar a trajetória de Natal enquanto recorte de pesquisa, mas também enquanto recorte identitário.

Deve se inserir, portanto, dentro da problemática do lembrar e esquecer, no qual o gênero historiográfico se insere como discurso legitimador: com suas pretensões de demarcar um saber sobre o passado acaba também por demarcar uma determinada dimensão espacial da

[2] LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

própria cidade. Com o gênero histórico, pertencente ou não ao lugar acadêmico, o passado da cidade toma formas, faz-se saber; um discurso que pela posição que ocupa autoriza ter acesso ao conhecimento do pretérito, um fazer crer sobre a alteridade passada.

Até aqui, dois pontos importantes insurgem como fundamentais: se podemos demarcar uma enunciação imagética construtora de um texto urbano a lugar social específico, logo esta é permeada por relações de força, de poder, por uma ordem do discurso; também a narrativa que aborda o passado sobre cidade, também atua na elaboração da própria memória sobre o espaço urbano. Ora, memórias e imaginários da cidade interligam-se na medida em que compõem representações influentes no modo de se ver e de se dizer, na identidade espacial da urbe.

É nesse sentido que opera todo um saber sobre o passado. A narrativa histórica encerra todo um repertório de imagens e discursos, claro, apesar de inscrito em suporte escrito e iconográfico, passíveis de (re)apropriações múltiplas.

Porém, a escrita sobre o passado, a elaboração de um saber histórico possui uma dupla forma: como conhecimento e como narrativa. Portanto, uma análise sobre o discurso que invoca o passado da cidade, encerrado sob forma escrita, deve levar em conta tal dimensão: como estrutura a narrativa da cidade, os traços linguísticos e retóricos estruturantes, a análise do texto em sua internalidade; além daquilo que faz saber, aquilo que recolhe dos vestígios do passado, o texto significado, sua externalidade.

Toda a obra que se inscreve enquanto saber autorizado sobre o passado da cidade é como que um acontecimento: opera uma imagem visual e verbal de Natal, a partir de sua escrita. Institui um recorte na cidade, que a partir daí ela é capaz de ser vista e dita; espacialidades e territorialidades.

A Cidade do Natal: um ser vivo

Porém, tão importante quanto os significados que a obra inscreve, é observar a partir de que lugar Cascudo constrói sua escrita; ou melhor, numa operação hermenêutica observar os deslocamentos de posições ocupadas pelo enunciador e seu texto.

A História da Cidade do Natal de Cascudo mereceu, desde sua publicação em 1946, três edições. As condições em que se deu sua terceira edição é paradigmática, oferecendo uma espécie de chave para se compreender o lugar que ocupa Cascudo e sua História de Natal. Ela dar-se-á como componente das comemorações do quarto centenário de fundação da cidade, em 1999. É também uma edição comemorativa do Centenário de nascimento do próprio Luís da Câmara Cascudo (1898).

Tais comemorações, em relação à cidade e a Cascudo, não são apenas meras e felizes coincidências. De fato, há uma clara estratégia de se confundir a comemoração de Natal e a de Cascudo; deslocamentos de identificação, que denotam a própria construção (narrativa) de Natal: pensar no espaço faz também pensar no sujeito; uma dialógica que identifica Natal a Cascudo e vice-versa.

Criada em 1946, sob encomenda do poder público municipal, a obra nascia como contribuição para a cultura do Rio Grande do Norte. De 1946 a 1999, a obra ganhou status de verdadeiro lugar de memória, revestindo- se de uma dupla inserção: a obra como construtora do conhecimento sobre o estado e também ela própria insígnia de tal conhecimento. De um instrumento que encerra um saber a um signo memorial, eis um percurso de deslocamento de sentido.

Esses sentidos dizem respeito à própria inserção que Câmara Cascudo ocupa na sociedade natalense. Durante muito tempo, sua obra foi considerada como uma espécie de conhecimento acabado sobre o passado da cidade (de certa forma, ainda permanece fora dos meios acadêmicos). Todo um regime discursivo, emitido por um lugar intelecto-cultural da sociedade natalense, aponta Cascudo como "o único gênio do Rio Grande do Norte". A ligação espaço/ sujeito fica clara em alguns discursos: "não foi a guerra que projetou Natal no mundo. Foi Cascudo". A autoridade de Cascudo o faz ser como um historiador oficial da cidade, com a imagem de intelectual erudito, "com a obstinação de um cientista[3]". A cidade que Cascudo faz ver é vista através do próprio Cascudo: lembrar de Cascudo faz lembrar-se de Natal.

Mas também é preciso voltar ao texto da história da Cidade do Natal, considerado não apenas como monumento que significa o passado da cidade, mas também como ele opera narrativamente.

[3] PETKOVIC, Enélio. Prefácio a história da Cidade do Natal. In: CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: IHGRN, 1999.

Logo no seu prefácio, a obra aponta como se estrutura: "a cidade é um ser vivo". A história da cidade é narrada tal como a vida de um ser, ela nasce, cresce e morre.

Essa metáfora do ser vivo se apresenta como uma verdadeira chave para se compreender como se estrutura sua narrativa. A cidade merece uma inscrição a partir de sua fundação; até o período republicano ela pode ser encarada como ainda em crescimento; a inserção da religião católica e as revoluções são como que prenúncios de que o "ser" cidade vai se amadurecendo; até o apogeu republicano, da inserção dos bairros de Petrópolis, do Tirol e das reformas urbanas "modernistas"; a II Guerra é o ponto êxtase, coloca a cidade na vitrine do mundo e a faz merecer importância; mas ao mesmo tempo que cresce desordenadamente, a cidade também envelhece, perde suas características juvenis e se perde na especulação imobiliária.

É um cortejo fúnebre que parece acompanhar a História da Cidade do Natal. Os fatos e acontecimentos, as efemeridades são postas como que em um memorial. Um teor de valorização do passado, de saudosismo, impregna suas páginas, bem como um prenúncio tenebroso sobre as condições do "ser vivente".

A História da Cidade do Natal de 1946 inaugura uma construção, por meio de uma escrita, sobre o passado da cidade, numa abordagem que privilegia o crescimento evolutivo da cidade, num recorte temporal que dá conta desde a sua fundação em 1599 até o contexto da II Guerra Mundial. É uma história nos moldes tradicionais, tomando a cidade como um verdadeiro sujeito, que cria a si próprio. A obra é permeada por sentimentos saudosistas do passado da cidade do Natal e de inquietação face à nova configuração que se vai delineando no espaço urbano.

Essa tensão ao escrever sobre o passado de Natal, entre uma cidade que cresce em tamanho e população ao mesmo tempo em que perde suas características que a tornavam "madura", parece impregnar várias obras fora do círculo acadêmico. Assim como Cascudo, empreendem uma escrita que aponta um itinerário de progresso da cidade, com o apogeu centrado na chamada *Belle epóque* e nos seus interstícios, durante a constituição do Trampolim da Vitória, na Segunda Guerra Mundial.

Assim se constituem, por exemplo, as obras de João Maurício Fernandes de Miranda, arquiteto, que participou inclusive da equipe responsável pela construção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento*

de Natal, em 1967-68: "380 anos de História foto-gráfica da Cidade do Natal"[4], de 1979, é uma espécie de história ilustrada da cidade. A partir de esboços cartográficos e de um rico acervo de fotos, originários principalmente de Manuel Dantas, o autor parece traçar o mesmo itinerário de Cascudo: uma cidade que se expõe pequena em seus princípios, tal quais os contornos que lhes dão seus cartógrafos, mas que chega, enfim, à sua modernidade, expressa mesmo pela vida que é exposta pelas fotografias. É como um anexo ilustrativo da obra de Cascudo: dá-se a experiência da visão a ruas, praças e manifestações dos bairros da Ribeira e Cidade Alta e dos bairros de Petrópolis e do Tirol. Não é a toa que as únicas paisagens que se deixam ilustrar no livro foram desses trechos, sejam, além das praias (de areia preta, de ponta negra) uma única fotografia da Antiga Ponte de Igapó.

"Evolução urbana de Natal em 400 anos[5]", do mesmo autor, publicado também em meio às comemorações dos 400 anos da cidade, traz de novo, em relação à obra anterior, uma abordagem mais específica no que diz respeito aos planos urbanos empreendidos para a Cidade do Natal. Miranda se utiliza da mesma abordagem de seu livro de 1979 buscando a totalidade da história da cidade a partir de imagens. O diferencial é a grande inserção de cartografias dos planos urbanos, além de citações dos mesmos: o autor vai tecendo comentários em relação a estes e realizando análises sobre a cidade: seus problemas atuais e futuros. O destaque aqui são os primeiros Planos Urbanos até a década de 1930, numa clara referência à modernidade de Natal.

Por outro lado, desviando- se de uma abordagem total do passado da cidade e do período da "modernidade", João Wilson Mendes Melo[6], membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, se detém num acontecimento específico: "A Cidade e o Trampolim". O autor recorre aqui a uma verdadeira imagem mítica da cidade: onde o progresso se fez e se fez saber. Natal atingiria então o seu ponto culminante, o apogeu de sua "vida".

É nesse itinerário que parece se situar toda uma escrita do passado fora do local de produção acadêmica. Esta se apresenta com um posicionamento diferenciado em relação a aquela, por sua postura crítica.

---

[4] MIRANDA, João Maurício Fernades de. 380 anos de história foto-gráfica da Cidade do Natal (1599-1979). Natal: s/e, 1981.

[5] _____. Evolução urbana de Natal em 400 anos (1599-1999). Natal: s/e, 1999.

[6] MELO, João Wilson Mendes. A Cidade e o Trampolim. Natal: s/e, 1999.

A "moderna" historiografia natalense

Porém, alguns trabalhos inseridos na própria academia tomam como análise uma *belle epóque* natalense[7] (GURGEL, 2006), sua vida literária, europeizante, inserida na "modernidade". Claro, não vemos problema algum em analisar a vida intelectual da cidade na década de 1920; porém, é problemática uma visão naturalizante da mesma, que acaba por solidificar uma imagem construída. Acreditamos que, para além de verificar a "*Belle Epóque* na Esquina", caberia analisar como se tentou construir uma imagem de Natal inserida numa *belle epóque*: existiu uma "idade de ouro" em Natal, uma fase áurea da cultura potiguar? A que local pretendia corresponder esta? São questões não contempladas.

Por outro lado, a produção acadêmica, que ganha destaque apenas a partir da década de 1980, toma com viés critico o período de 1890-1940. Alguns estudos analisaram de um modo geral as correntes teóricas que delinearam a produção dos planos urbanísticos implementados em Natal no século XX. Sua análise liga o processo de urbanização à história político-administrativa da cidade. Assim, o arquiteto e urbanista Pedro de Lima[8], em "Natal século XX", realiza um estudo que elabora um contexto geral sobre os planos de intervenção na cidade. Em outro estudo, o autor discute com mais profundidade a questão da modernidade em Natal, a partir de um personagem que se constituiu como chave para análise desse período: "Manuel Dantas (e o mito da fundação de Natal)".

Outros estudos privilegiam uma análise desse período relacionado com o âmbito das classes políticas-dirigentes do estado. A feição urbana, intervenções "modernizadoras" na cidade são, assim, relacionadas à história política de Natal e do Estado do Rio Grande do Norte, a partir do período republicano no estudo empreendido pela arquiteta Giovana Paiva de Oliveira[9] em "De cidade a Cidade".

A produção acadêmica atual sobre a cidade do Natal situa-se em torno do grupo de pesquisa História da Cidade e do Urbanismo e dos pesquisadores que possuem vínculos com este. As pesquisas abordam o

---

[7] GURGEL, Tarcísio. Belle epóque na Esquina. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2006.

[8] LIMA, Pedro. O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

[9] OLIVEIRA, Giovana Paiva de. De Cidade a cidade: o processo de modernização do Natal (1889-1913). Natal: EDUFRN, 1999.

urbano tanto numa dimensão física, como em termos de representação. Mais uma vez, o período da modernidade se constitui como objeto chave das análises.

Como observamos, tais estudos se põem numa postura crítica sobre esse período. Contudo, a questão que nos preocupa é a autorização, a confirmação e de certa forma naturalização que recai na visualização de um período em que, mesmo dominada por uma elite aristocrática, Natal foi moderna, caminhava rumo ao progresso, no quer que isso significasse e para quem.

Dissertações e Teses também analisam a cidade do ponto de vista de uma análise da reprodução e exclusão socioespacial e também da nova onda turística em termos de análise migratória.

Tais estudos nos servem de referência para construção de nosso próprio trabalho. Mas também é preciso verificar as ausências que eles traçam. Ao privilegiar o estudo de determinadas temporalidades específicas, tais obras autorizam a ver a cidade enquanto moderna, da *belle époque*, do Trampolim da Vitória, e até mesmo da cidade do progresso, da cidade do sol.

*

A partir dessas questões é que construímos os recortes de nosso trabalho. Primeiramente, devido à quantidade de trabalhos que tomam o período de 1889 a meados da década de 1930 como recorte privilegiado para análises, há uma clara ausência de estudos fora desse eixo, além de que, como pretendemos, parece cada vez mais se naturalizar uma determinada visão sobre esse período da cidade, uma visão de que ali a urbe verdadeiramente se constituía enquanto moderna, situava-se sua *belle époque.* Sair desses quadros nos pareceu ainda mais enriquecedor, no sentido de observar as variações daquilo que seria uma Natal moderna e do progresso. É nesse sentido que fomos compelidos a buscar uma "outra cidade" a ser tomada como reflexão.

Encontramos como lócus privilegiado de análise a questão da construção do Plano Diretor posto para Natal em 1967. A escolha de tal Plano enquanto elemento central para a justificativa dos recortes de trabalho se deve a sua especificidade. De fato, ele foi o primeiro plano de

sistematização urbana constituído para Natal após cerca de trinta anos. Tentamos analisar assim o arcabouço da elaboração desse Plano,

elementos que determinariam a elaboração dos planos, mas antes agem como que em uma espécie de diálogo com eles.

*

Mas, na construção do objeto, é necessário ainda verificar a área de inscrição do nosso trabalho: a história urbana enquanto área de conhecimento. A temática da história urbana é uma área de conhecimento que vem se constituindo consistentemente a partir dos anos de 1960, principalmente com as produções britânicas e americanas. Definir aquilo que seria uma história urbana é algo difícil e controverso entre os autores que se enveredam por este campo.

> As posições em torno dessa questão são diversas, com autores que consideram difícil, ainda hoje, demarcar o que é um trabalho de história urbana, autores que apregoam um campo específico para a história do urbanismo, e autores que entendem a história urbana como o estudo da forma urbana como resultante de complexas forças sociais, psicológicas e econômicas[10].

Um ponto comum aos trabalhos da história urbana promovida no pós-60, marco de expansão da área, constitui-se pelo caráter multidisciplinar, conglomerando os saberes de arquitetos, urbanistas, planejadores, geógrafos, historiadores, sociólogos e outros profissionais vinculados à questão urbana.

No Brasil, o interesse pela temática urbana por parte dos historiadores é recente, data do final da década de 1970. Os objetos trabalhados dizem respeito principalmente às questões relacionadas às condições de vida da população pobre das grandes cidades, moradias, habitações e intervenções sanitaristas, de remodelação das cidades e em relação à disciplinarização do espaço urbano, principalmente no que diz respeito aos meios operários, além das questões ligadas aquilo que constitui o patrimônio cultural das cidades[11].

Em relação à historiografia da legislação urbanística no Brasil, Feldman nos aponta três vertentes dominantes seguidas. Uma primeira referente aos "aspectos normativos da propriedade fundiária", analisando este aspecto a partir do recorte temporal da Colônia, com o regime jurídico

do sistema das sesmarias até a Lei de Terras de 1850, que efetivou a transformação da terra em mercadoria. Outra que analisa os aspectos normativos e de dominação da legislação notadamente em relação às classes subalternas centrados principalmente no recorte temporal da Primeira República, abordando a questão da modernização das cidades e seus instrumentos de intervenção sanitarista. Nesse sentido, a questão da exclusão socioespacial delinearia a atuação dos trabalhos inseridos nessa vertente. A última vertente se delineia pela análise dos efeitos da aplicação dos instrumentos legislativos de intervenção no espaço urbano, relacionando tal aspecto com a questão da expansão da cidade, em termos demográficos e fundiários e os problemas suscitados a partir daí.

Em seus trabalhos sobre a questão urbana, Maria Stella Brescianni discute a questão da intensa experiência visual que a cidade proporciona; algo que revelaria os contrastes que nela submergem, enfatizando que "os saberes constituídos formam imagens e representações das cidades, constructos intelectuais que colaboram na formação de campos conceituais que orientam a observação e a avaliação delas[12]".

Raquel Rolnik trabalha ao mesmo tempo os sujeitos que constituem a cidade e ideias e conceitos daqueles que utilizam seus saberes específicos para intervir e produzir o espaço urbano Esses percursos são permeados por uma teia de poderes: todo um arcabouço legislativo que regulamenta e normatiza a produção espacial da cidade. A autora afirma que a legislação também atua como um marco delimitador de fronteiras de poder.

> A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final[13].

A lei atuaria expressando e moldando a cidade ideal ou desejável. Delimita os espaços que estão dentro e fora da lei. Ela não é importante tão somente por que pretende moldar a cidade, mas (e talvez aqui esteja o

[10] FELDMAN, Sarah. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ano 3, n. 4, 2001. P. 35.

[11] BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In.: FREITAS, Marcos César de. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001. P. 237-258.

ponto mais importante) também por atuar no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos. Neste sentido, para além de ser um mecanismo de normatização e gestão do espaço urbano, também atuaria como mecanismo de hierarquização deste, conferindo valores, significados e diferenciações. Age relacionando intrinsecamente a questão da hierarquização do espaço com a presente na sociedade. Portanto, também um agente da exclusão socioespacial.

Analisando o espaço urbano a partir da perspectiva da história cultural, Sandra Jatahy Pesavento aponta as possibilidades de se pensar o urbano a partir de suas representações, tomando estas como geradoras de práticas sociais. Dialogando com Pierre Bourdieu, Pesavento aponta a ligação existente entre as representações e as relações sociais e de poder existentes. Portanto, as imagens e concepções da cidade variam de acordo com os diversos lugares sociais que a produzem e a consomem[14].

As representações do espaço urbano são, assim, múltiplas. Além da cidade vivenciada cotidianamente, na sua concretude pelos diferentes sujeitos e grupos sociais que a compõem, há também a cidade pensada, desejada, sonhada. Há, portanto, uma superposição do espaço: uma cidade comporta em si própria outras cidades. Não obstante, não há uma separação entre a materialidade e o simbólico. Estes aspectos estão necessariamente imbricados. Tanto um quanto outro fazem parte do princípio da realidade. A cidade imaginada é construída a partir daquilo que a realidade objetiva oferece à experiência. As representações se formam da materialidade do real, porém, também agem atribuindo sentidos e significados a esta

> [...] não sendo a representação a reduplicação mimética do real, nela ocorre um deslizamento de sentido.
>
> Ora, por um lado, os dados objetivos são reconfigurados mediante um processo de intenção deliberada, ilusões do espírito ou manipulação. Neste sentido, as representações do urbano, projetando a "cidade que se quer" sobre a "cidade que se tem", expressam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamento do real e um projeto que objetiva

[12] BRESCIANNI, Maria Stella M. Op. Cit. p. 242.

[13] ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997. P. 13.

> resultados. Por outro lado, o imaginário urbano comporta uma dimensão utópica, que não é excludente à faceta manipuladora e deliberadamente convincente do viés ideológico. Pelo contrário, o lado utópico, não racional, que trabalha com a fantasia e até mesmo com o fantástico, se integra e convive com a proposta racionalizadora, veículo de dominação social[15].

*

Apesar das questões relacionadas ao *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* se colocarem enquanto elementos originários e delimitadores deste trabalho, a principal fonte utilizada são os periódicos do período. Na década de 1960, vários jornais circulavam na Cidade do Natal e se instituíam enquanto meios efetivos pelos quais os cidadãos natalenses consumiam informações, além do rádio.

A imprensa escrita da cidade era quase que totalmente vinculada a grupos político-partidários específicos, como era o caso do jornal Tribuna do Norte, pertencente ao grupo político do governador do Rio Grande do Norte, na década de 1960, Aluízio Alves. Trazem assim as insígnias dos interesses e discursos próprios dos grupos do qual são instrumentos de comunicação.

Contudo, para este trabalho, o principal veículo de comunicação analisado foi o periódico "A Ordem". Jornal da Igreja Católica, "A Ordem" nos propiciou vislumbrar alguns elementos discursivos que foram importantes qualitativamente para a construção da análise e da narrativa.

Constituiu-se, portanto, enquanto lugar de fala qualificado e rico para empreendermos um olhar sobre as representações construídas em torno da Cidade do Natal na década de 1960. Primeiramente, pelas temáticas abordadas: "A Ordem", além de, naturalmente, trazer notícias referentes aos assuntos eclesiásticos, era composto basicamente, enquanto corpo editorial, de temáticas ligadas aos acontecimentos que se considerava importantes, dos âmbitos mundial e nacional; as ações dos grupos políticos, mesmo que não se partidarizando oficialmente com nenhum deles; e questões próprias do estado do Rio Grande do Norte e

[14] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p.279-290.

principalmente da Cidade do Natal.

O fato de "A Ordem" se constituir como fonte privilegiada para este trabalho não diz respeito a uma suposta neutralidade em termos da sua vinculação política. Mesmo que numa dimensão muito menor do que os outros periódicos, é certo que o periódico se solidarizava com grupos políticos específicos. Contudo, é pelo modo como as temáticas sobre a Cidade do Natal são abordadas que se coloca a importância de tal fonte.

Há lugar no jornal para os problemas da cidade, geralmente abordados a partir de dramas pessoais ou de um grupo específico – matérias em que mostram certo engajamento do jornal em relação àquilo que ele acha ser o melhor para cidade, realizando críticas aos poderes públicos e clamando aos leitores que também se engajem na luta pela urbe. As matérias nesse sentido sempre se constituem como uma série, são contínuas, como as que abordaram as ações das Frentes de Trabalho em Mãe Luiza, dando informações aos seus leitores por cerca de dois anos seguidos.

O periódico também nos dá acesso àquilo que ele mesmo denominou de "outra face da cidade", saindo da grade de notícias focados eminentemente na política e nas manchetes policiais, como faziam outros jornais do período. Leva aos seus leitores informações sobre os subúrbios, as favelas e os presídios da cidade. O estilo linguístico do jornal também se insere como elemento interessante. Geralmente, a abordagem e as críticas aos problemas da cidade são construídas em tons jocosos, como que de uma maneira irônica.

Além de que, "A Ordem" nos apresentou a vantagem de ser uma publicação quinzenal e não diária. Muitas das questões tratadas nas matérias construídas eram então como se fossem decorrentes das discussões de outros jornais e da semana. Era assim, como se fosse uma espécie de jornal que sintetizava as principais informações que circulavam na cidade, dando-lhes ressonância.

Inserimos também neste trabalho, algumas imagens publicadas por "A Ordem", que se integram às próprias matérias jornalísticas. Contudo, não por uma mera questão ilustrativa, mas por servirem de elementos de

[15] Ibid. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In.: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). Cidade, povo e nação – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Parte IV, cap. 18, p. 377-396.

construção de visibilidades, imaginações e da memória. Muitas das imagens se repetem, sendo utilizadas em diversas matérias, inclusive por alguns anos. São assim, elementos que possibilitam ao leitor construir um modo de ver, um apelo da memória.

Nesse sentido, principalmente no que se refere à parte intitulada deste trabalho *Uma Estranha Cidade*, privilegiamos compor a nossa narrativa a partir de como vai se constituindo os debates no próprio periódico. Debatemos ali, como vão se elaborando determinadas visões sobre a Cidade do Natal.

Imagens contraditórias, que ao mesmo tempo em que apontam para o crescimento e expansão da cidade, adjetivando-a como metrópole insurgente, comparam-na não só com as outras grandes cidades brasileiras do período, mas também com uma Natal pretérita das primeiras décadas de 1920. Nesse sentido, indicamos para a construção de identidades e significados múltiplos.

A lógica apontava para o sentido de que Natal, enquanto insurgente metrópole tornava-se comparável ao Rio de Janeiro, por exemplo. Comparação efetivada em termos positivos, de local onde as coisas aconteciam, mas também ligada a certa negatividade, já que a condição de metrópole vinha acompanhada da inserção de graves problemas infra-estruturais.

Assim, os problemas de abastecimento de água, de energia elétrica, de transportes e de lixo acabaram por destituir a cidade de uma condição de vida salutar. Como se colocava, Natal estava ficando bem feia. Nesse sentido, é operada toda uma articulação com uma Natal de antigamente, em que a urbe seria destituída de problemas.

Os discursos da imprensa deixavam claro que grande parte dos problemas eram decorrentes da inserção de novos espaços na cidade, da ocupação dos bairros suburbanos. Há, assim, todo um esforço em inventariar, dar a conhecer aos leitores outra face de Natal, dos bairros primos pobres, das favelas, das zonas de prostituição e tráfico de drogas, da penitenciária, como que atendendo a uma demanda por informação.

É a produção e circulação dessas imagens urbanas nas páginas da imprensa que nos interessou discutir aqui, tomando como linha narrativa como vai se constituindo o sistema de comparações, de identidades e diferenças, principalmente em relação a uma suposta condição de uma Natal pretérita. O capítulo destina-se a refletir como todo um passado da

cidade foi elaborado no momento de se levar em conta a experiência que a cidade apresentava na década de 1960. Assim, interessou- nos sobremaneira as constantes reportagens dos periódicos da época que davam forma a uma imagem da cidade permeada por constantes problemas que lhe afligiam. Nesse sentido, apontamos que nas falas dos jornais, ao noticiar tais problemas, é uma dupla identidade, ambivalente, que vai se inserindo nas enunciações: que assemelha Natal a uma cidade modernizante, com status muito próximo a outras metrópoles brasileiras, mas que parece estar perdendo certa aura, de cidade pequena sim, contudo, moderna, sem problemas. Claro que uma produção e circulação de "leituras" dos espaços urbanos inseridas a partir de determinados grupos sociais hegemônicos na sociedade, do público leitor dos periódicos.

No capítulo intitulado *O Fazer-se da Cidade*, procuramos refletir sobre algumas práticas de produção da cidade, a partir dos indícios postos na trama jornalística. As experiências cotidianas impuseram à sociedade do período ações que respondessem às demandas do presente. Assim, os mesmos jornais que revelavam a ineficácia da administração pública em dotar a cidade de uma eficaz estrutura urbana também apontam para uma presença cada vez maior da municipalidade no sentido de se fazer ver, em atuar, em se mostrar, não só na "cidade desolada", nos seus bairros tradicionais, mas principalmente nos novos territórios formados.

A inserção cada vez maior da administração municipal nos pareceu ser constituída de elementos simbólicos de configuração e legitimação dos espaços, como que um duplo reconhecimento: do Estado em relação aos novos territórios e destes no sentido de legitimidade de ação da municipalidade.

Assim, tentamos compreender tais práticas de espaço, a partir da conceituação desses fenômenos enquanto pertencentes à análise da cultura política[16], conciliando a análise política com uma inspiração mais cultural e antropológica, privilegiando justamente a questão do simbolismo do poder.

Portanto, foi importante compreender as práticas políticas desenvolvidas durante a gestão municipal de Agnelo Alves (1966-1968), bem como o local social e político em que esta se inseria. Acreditamos que a análise, do ponto de vista simbólico, das inaugurações, agiam dentro de um sentido semelhante às campanhas eleitorais efetivadas na década de 1960. Por isso, inserem-se discussões sobre propaganda política e aproximação popular incentivadas no período, bem como representações construídas em torno dessas práticas.

Discutimos também outras formas de produção dos espaços urbanos: do ponto de vista formal, legal, a partir da iniciativa do estado, como na construção do conjunto habitacional da Cidade da Esperança – que se ligavam também as práticas políticas efetivadas no período; e do ponto de vista informal, com a ocupação desordenada de territórios como Mãe Luiza.

No capítulo intitulado *As Promessas da Cidade*, refletimos sobre as questões relacionadas ao *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, sobre as condições de sua produção. A partir dos periódicos, do próprio Plano e de trabalhos efetuados pelo arquiteto Jorge Wilheim, coordenador das atividades de construção do Plano, buscamos compreender como vai se constituindo a produção e o compartilhamento de determinados horizontes de expectativa.

Tomamos a imprensa como uma comunidade de leitores que se apropriaram de determinados discursos hegemônicos que circularam no âmbito nacional, articulando utopias próprias do plano local, com as expectativas em torno do ideário desenvolvimentista, do mito da cidade de Brasília, da urbanização e suas implicações para o progresso e a modernização.

Analisamos a construção de um campo de saber específico, que legitimou a prática do planejamento urbano como elemento indispensável para resolução dos problemas e para o desenvolvimento seguro das cidades. Bem como, discutimos as análises, as propostas, as diretrizes e as sugestões, todo o ideário urbanístico que implicou a confecção do *Plano Urbanístico e Desenvolvimento de Natal*.

Assim, compreendendo as análises precedentes como elementos resultantes de relações de força que se articularam com as motivações da elaboração do Plano Urbano de 1967, partimos para análise deste, correlacionando o contexto do período pautado numa crença que o desenvolvimento do país, seu progresso, passava eminentemente por uma postura planejadora do Estado. Aqui, busca-se a análise não apenas do Plano em si, mas também como ele atua dialogando não só com a sociedade natalense, mas também com a questão urbana brasileira.

O diálogo com os tempos, com os projetos de presente, passado e futuros da Natal da década de 1960, conduziu os caminhos deste trabalho:

[16] DUTRA, Eliana de Freitas. História e Culturas políticas – definições, usos, genealogias. Vária História, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001.

o *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* como projeto sistematizado de futuro, mas que se relacionou com os conflitos identitários da Natal – insurgente metrópole, para um rumo positivo ou negativo, dependendo dos modos de ver – que apontavam para elaboração de uma experiência do passado, bem como se articulou com as vivências cotidianas do presente da cidade, seja ela formal, ou informal.

O Plano Urbanístico, os discursos sobre a cidade postos na imprensa, as iniciativas próprias do poder público no sentido de agir sobre o espaço urbano, todos esses elementos fazem parte de uma Cartografia – múltipla, complexa – do urbano, que orientou práticas e representações sobre os espaços, cujos efeitos, os fios e os rastros, parecem permanecer na contemporaneidade. Nesse sentido, apontamos que a Cartografia construída aqui é inacabada, pois os Tempos Urbanos continuam a ser articulados, permanecem dentro de relações de força[17], passam por assim dizer, por uma constante invenção. É assim, por exemplo, no próprio tempo presente, quando os grupos sociais que constituem a cidade fazem um esforço de memória, no sentido de empreender um olhar através dos tempos e vislumbrar o seu passado. Pretéritos e futuros, ou melhor, presentes passados e presentes por vir.

[17] FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. Estudos Avançados, Rio de Janeiro, 6(14), 1992.

Imagem 01: Planta da Cidade do Natal em 1959. No período do pós Segunda Guerra Mundial, Natal começa a se expandir, em termos de adensamento, para além dos seus núcleos de ocupação originários (Bairros da Cidade Alta e da Ribeira), em direção a área oeste da cidade (Bairros das Quintas e Dix-Sept Rosado, por exemplo).

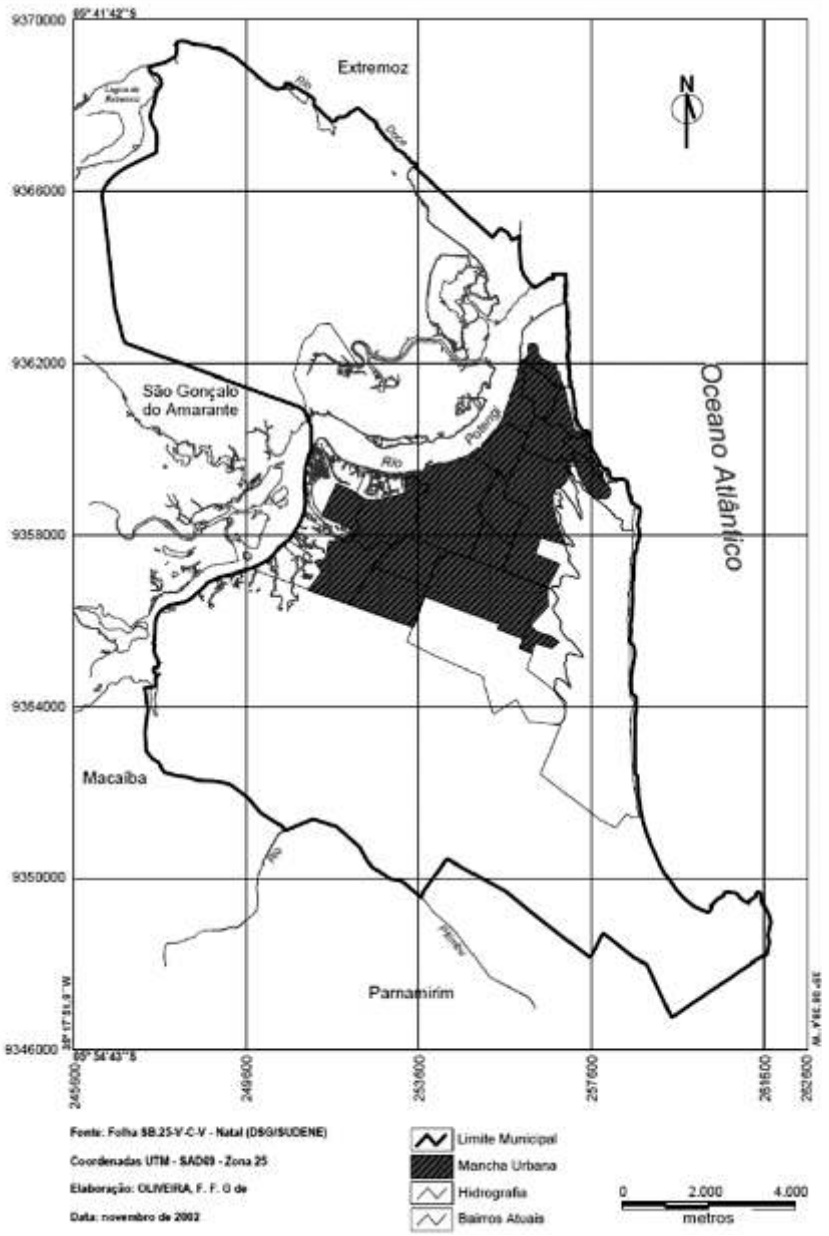

Imagem 02: Carta da mancha de ocupação urbana da Cidade do Natal em 1969.

Fonte: OLIVEIRA, Frederico; NUNES, Elias. Sensoriamento Remoto na análise espaço-temporal da expansão da mancha urbana em Natal/RN {1969-2002}*Anais do XII SBSR*, Goiânia, abr. 2005, p. 3871-3878.

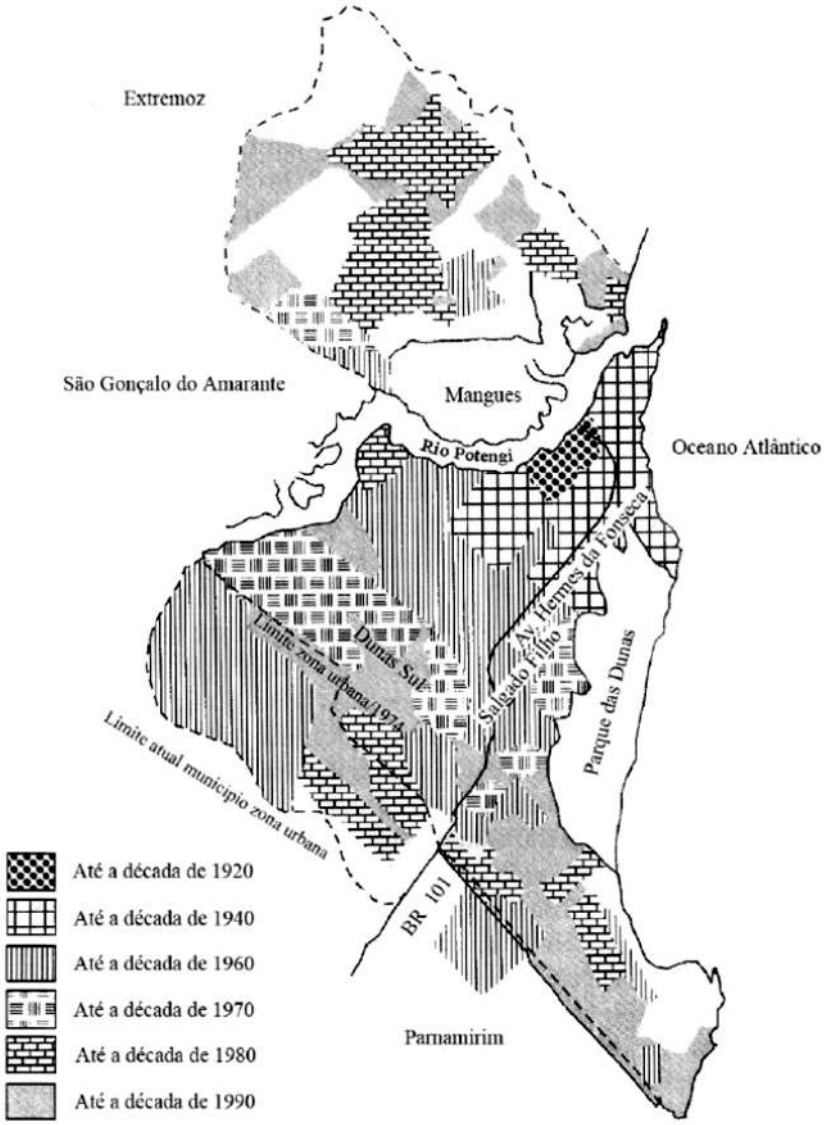

Imagem 03: Expansão Urbana da Cidade do Natal – 1920-1990.
Fonte: LIMA, Pedro. *Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana de Natal.* Natal: EDUFRN,2006

Imagem 04: Vista aérea da Cidade do Natal – divisão atual dos bairros {base cartográfica de 2006}.
Fonte: Acervo da SEMURB

_capítulo 02

UMA ESTRANHA CIDADE: REPRESENTAÇÕES URBANAS DA NATAL DE 1960

2 UMA ESTRANHA CIDADE: REPRESENTAÇÕES URBANAS DA NATAL DE 1960

Quando se é estranho,
Ninguém se lembra do seu nome.

Jim Morrison (1967)

O sentimento constituído pela nova experiência urbana que a Cidade do Natal proporcionava na década de 1960 era em grande parte de estranhamento. Para seus personagens, pelo menos para aqueles que expunham suas falas nos mecanismos de imprensa da sociedade, Natal estava diferente, uma estranha cidade. Afinal, ela havia crescido, expandido suas fronteiras, era agora uma insurgente metrópole.

Porém, não era necessariamente por uma dimensão física que a cidade causava estranhamento. Era sua vivência, sua condição, o "ar" da urbe já não era o mesmo. Seus problemas se multiplicavam, ao mesmo tempo em que novas referências se constituíam nas suas vivências cotidianas. Por "virar metrópole", Natal passava por um conflito de identidade.

Novos sujeitos entravam em cena e, seja fugindo das secas, da falta de empregos e atraídas pela imagem de centro das oportunidades, de oferecimento de uma vida melhor que a cidade supostamente proporcionava, Natal recebia cada vez mais levas de imigrantes vindos do interior do estado do Rio Grande do Norte.

É a partir do crescimento demográfico e da consequente expansão fundiária, de ocupação dos espaços da cidade que vão se construindo as relações de identidade e diferença. Seja demarcando fronteiras entre os espaços tradicionais, já estabelecidos na urbe, e os espaços *outsiders*, recém constituídos ou em processo de formação, seja entre os espaços de hoje e os espaços de ontem, do presente e do passado. Aqui há uma correlação, uma superposição entre os tempos e os espaços, que implica em elementos de recusa e desejos.

População do Rio Grande do Norte e da Cidade do Natal (1940-1970)					
Ano	População				
	Rio Grande do Norte	Percentual taxa de crescimento	Natal	Percentual taxa de crescimento	Percentual sobre o total do Estado
1940	768.018	----------	54.836	----------	7,6
1950	967.921	2,6	103.215	8,8	10,6
1960	1.157.000	1,9	162.537	5,7	14,0
1970	1.550.000	3,3	264.379	6,2	17,0

Fonte: Censos Demográficos – 1940, 1950, 1960, 1970

Os periódicos natalenses da década de 1960 trazem em seus debates, suas notícias e seus editoriais, os aspectos próprios da nova experiência urbana que a Cidade do Natal proporcionava. Colocam-se como inscrições, representações sobre as questões identitárias da urbe, das durezas de ser uma metrópole em formação.

Lugar de voz da sociedade, que se faz ler e ouvir, os periódicos denotavam os problemas que assolavam a cidade, não sem instituir sentidos aí. Instituiu-se uma espécie de geografia de referência, uma distinção entre regiões e bairros da cidade no momento de se abordar as mazelas que neles se faziam sentir.

Além disso, há lugar também para dar a conhecer os aspectos da cidade que fogem dos seus leitores, dos bons cidadãos natalenses. Como que inseridas enquanto atendimento de demandas por fazer saber sobre os novos espaços e seu cotidiano, mas claro, constituídas a partir de pressupostos, de representações, da articulação de significados específicos.

2.1 "NATAL ESTÁ BEM FEIA"

As páginas de jornal estampavam um verdadeiro caos urbano na Cidade do Natal na década de 1960. Os problemas eram os mais variados e, por mais que alguns jornais aliados do poder municipal estabelecido destacassem a atuação do então prefeito Agnelo Alves e seus grandes feitos em apenas um ano de governo (em 1967), não tinham como escapar do tema da ineficiência da municipalidade em dar conta de todas as demandas que a "metrópole" Natal então suscitava.

Em março de 1967, o jornal "A Ordem" trazia em suas páginas uma crônica editorial, perfazendo uma espécie de resumo, de inventário das mazelas que afligiam a urbe. "Falando a Natal", título do texto, trazia um tom denunciativo, de reprovação à própria cidade, encarada como um sujeito; um tom de desapontamento, como um pai que critica a filha pelos maus rumos traçados; instigando que a cidade se envergonhasse do seu estado e se endireitasse.

> Você está feia Natal. Olhe como estão suas ruas: com entulhos de lixo, piscinas de lama, bichos soltos andando. E essa escuridão de meter medo a gente.
>
> Como pode hein! Não somente as ruas distantes de bairros afastados são atingidas. A sujeira atinge a todas. Vêm cá ao centro. Senta-se as praças. Toma lugar nas avenidas. E sai desfilando afoitamente pelo asfalto.
>
> É claro nos bairros a coisa é pior, bem pior, mil vezes pior. Lá não há asfalto, nem sempre tem paralelepípedo e com as chuvas a lama é grande e fedorenta, constituindo-se numa afronta a saúde dos habitantes, mormente as das crianças. Isso sem falar nos monturos onde animais de vária casta vão encontrar ali o seu repasto.
>
> É lamentável Natal esse estado de coisas. Mas há ainda outro problema agudo – o da iluminação. Você está irreconhecível pelo ornamento, sem o enfeite e adorno da iluminação. E já pensou no perigo que isso traz? Na chance de ouro que dá aos marginais as suas manobras de crime e gatunagem?
>
> Ah...nem vamos falar na falta d`água, que seria escrever uma história comprida e desalentadora. Fiquemos no que foi dito.
>
> *Se se pudesse fazer um espelho tão grande, no qual você se mirasse, com que tristeza Natal você enxergaria essas chagas!*
>
> E o que desanima é que nada parece ter cura. Será que não tem mesmo? Deve ter. Pior que isso é o câncer, e já andam a espalhar que se lhe achou cura. Quanto mais... Quanto mais...
>
> Esperemos: você, eu, todos. Esperança é as vezes melhor que um Pau d`Arco. Esperemos que se faça algo em seu favor Natal. Que a higiene volte, que a

> limpeza chegue, que os bichos sejam banidos ou presos, e você, assim asseada, assim vestida de novo aspecto, possa colocar seus brincos de brilhante, digo, suas lâmpadas acesas e *voltar a ser bela e graciosa outra vez*. Esse dia será muito feliz para os seus. E trará admiração a quem a visite.
>
> Enquanto não, resta contentar-se com a amarga verdade: de que você esta ficando feia, bem feia, bastante feia Natal![18]

São referências de uma geografia espacial da cidade que se revela e se institui aí. Nosso interesse em destacar as falas dos jornais em relação aos problemas urbanos que afligem a cidade tem o intuito de encontrar as representações construídas; identidades ambivalentes que ao mesmo que prenunciam a chegada de Natal ao seu caráter de modernização, de metrópole, acaba por estabelecer uma espécie de recusa desta.

2.1.1 A Água, entre a Demasia e a Falta

Decerto, a cidade do Natal, as experiências que proporcionou, suscitou a construção de uma miríade de referências, imagens, representações durante a década de 1960. Porém, a partir das falas postas nos periódicos do período, podemos apontar que durante a época chuvosa Natal era adjetivada, em grande medida, por se constituir enquanto a "cidade dos tororós".

Tororó era o termo que indicava um tipo de chuva que se principiava rapidamente, quase que inesperada, mas que se precipitava fortemente e provocava graves danos para o contexto urbano. Os problemas proporcionados pela queda de água em demasia, a cada período mais intenso de chuva, eram estampados nas páginas dos jornais: enchentes, ruas e casas alagadas, perdas de bens materiais, sujeira e lama que restavam ao fim dos temporais; transtornos, dramas para o âmbito do bem público e também para esfera do privado.

Atuando como a quem caberia inventariar os transtornos, os periódicos se esforçavam em situar para os seus leitores os locais mais afetados pelas chuvas que grassavam a cidade. Traziam também como espécie de responsabilidade sua o exercício da indignação em relação ao poder público, que não tomava providências no sentido de resolver os problemas de inundação que, segundo eles, já vinham se alastrando há vários anos.

[18] FALANDO a Natal. *A Ordem*, Natal, 25 de março de 1967.

Imagem 05: Avenida Duque de Caxias, no bairro da Ribeira, após um "Tororó". O problema das enchentes do período chuvoso assolava, não apenas os bairros suburbanos, mas também os bairros tradicionais, para a revolta de "A Ordem". Entre os anos de 1965 e 1967, foi utilizada pelo periódico como imagem a representar os alagamentos da Ribeira sempre quando da sua ocorrência.
Fonte: FESTA de São Pedro terminou em Tororó. *A Ordem*. Natal, 2 de julho de 1966.

Assim, na ocorrência das chuvas de verão e principalmente nas vésperas de comemoração do dia de São Pedro, já era possível prever o panorama que se delineava para Natal. Com as inundações, seguiam- se danificações aos calçamentos das vias públicas; a água invadia não apenas as áreas menos atendidas da infra-estrutura urbana, os subúrbios, mas também as zonas mais antigas e centrais da cidade, como as belas casas do bairro do Tirol, afetando a dignidade dos bons cidadãos natalenses que ali

residiam. Chegavam a provocar desabamentos, deixavam famílias inteiras desabrigadas.

Em agosto de 1967, os problemas decorrentes da chuva proporcionaram um evento trágico, culminante, que mereceu um editorial contundente de "A Ordem" contra a municipalidade. A Rua Vinte e Cinco de março, próxima ao Hotel Internacional, na Praia do Meio, foi totalmente inundada, obrigando a retirada em massa dos seus moradores para outros locais; uma situação vexatória e de pânico a quantos ali tinham residência. Sem providência alguma tomada pelo poder municipal, os próprios moradores da rua tiveram que tomar a iniciativa de tentar salvar seus bens, sua casas: munidos de picaretas, pás e enxadas, cavaram, eles próprios, debaixo de chuva, um canal em direção ao mar como medida para o escoamento das águas. A bem da verdade, a Prefeitura logo comparecera ao local, porém, para entupir o canal construído pelos moradores, para a frustração de todos. Como se não bastasse, passada a chuva, restava a lama e o mau cheiro e ao invés dos organismos da municipalidade, o que se fez presente foi uma onda de mosquitos e "uma manada de porcos que ao local afluiu para seus banhos nada higiênicos, num autêntico festival de imundície"[19].

Os espaços da cidade mais afetados já eram bem conhecidos: na região central, as chuvas afligiam tradicionais bairros como o próprio Tirol e Petrópolis. O antigo bairro da Ribeira era um dos mais afetados, "sempre que São Pedro, lá em cima, *[era]* um pouco mais generoso"[20]; para desassossego dos moradores de seus casarões, amantes das boas peças teatrais encenadas no Teatro Alberto Maranhão e dos boêmios que frequentavam a Praça Augusto Severo. O drama das inundações assumia aspectos pitorescos, afirmava o periódico "A Ordem"[21]: a cada chuva despontava o medo no bairro da Ribeira; que ficava como que uma Veneza... sem graça. Verdadeiras ilhas se formavam, como era o caso da estação rodoviária, e sem poder ter acesso aos locais inundados, perguntava-se do que valia ao natalense residir numa "cidade grande" se este não pode nem sair da sua residência para frequentar os bons lugares da urbe.

Porém, eram os bairros com a população mais pobre, menos atendidos pela estrutura urbana, que mais se ressentiam com os problemas

[19] PREFEITURA ESQUECEU a Rua 25 de Dezembro. *A Ordem*, Natal, 15 de agosto de 1967.

[20] QUANDO CHOVE é assim. *A Ordem*, Natal, 11 de janeiro de 1964.

[21] Id

decorrentes da chuva. O bairro das Quintas era descrito como um verdadeiro pantanal imundo, haja vista a lama e o lixo que permaneciam permanentemente após as inundações. Os moradores ficavam ilhados, sem poderem se deslocar na cidade devido às ruas intransitáveis, como as do antigo bairro do Carrasco[22], onde uma lagoa de captação duplicara o seu volume de água e transbordara.

As chuvas provocavam buracos que seriam "verdadeiros lagos" situados nas mais diversas artérias da cidade, o que era um perigo para os "moleques" que ali se aventuravam à procura de diversão. Mas a abundância de água verificada a cada tororó não era similar a que abastecia as residências da maior parte dos natalenses. Bairros inteiros não eram assistidos pelo abastecimento de água para o consumo dos moradores. E os tororós contribuíam para o agravamento da falta de água potável, uma vez que com as enchentes, quebravam canos e equipamentos de abastecimento dos bairros que possuíam o serviço de abastecimento de água.

A farta água que caía dos céus destruindo as artérias e invadindo as residências era como que um contraste com aquela que saía das torneiras dos natalenses. Grande parte dos bairros, principalmente os mais pobres, eram abastecidos com água a partir de poços. Os jornais informavam aos seus leitores a condição da água consumida por alguns dos seus concidadãos, como os do então afastado distrito de Ponta Negra, onde os moradores se utilizavam de água salobra de um velho cacimbão, que "ofendia" as crianças, provocando doenças. Diagnosticando o local o jornal constatava que:

> O cacimbão tem uma profundidade aproximada de quatro metros. Do mesmo fazem uso diversas pessoas que tiram dali não só água para beber como também para banharem-se. Crianças cospem dentro. Vimos boiando na superfície da água diversas cascas de comida das mais variadas. Pedaços de jornais, e além de um velho que banhava inadvertidamente o seu burrico na beira do cacimbão, deixando cair dentro do mesmo à água que escorria livremente do asno. Cremos que com todos estes fatos, acrescidos também das péssimas condições em que se encontra o cacimbão, (já tem vários anos de uso) a água que ali existe não pode de maneira alguma ser potável[23].

[22] Atual Bairro de Dix-Sept Rosado.

[23] HABITANTES DE Ponta Negra bebem água que transmite doenças. *A Ordem*, atal, 29 de maio de 1965.

De fato, apenas os bairros da Ribeira, do Tirol, Petrópolis e das Rocas possuíam, aparentemente, um serviço regular de abastecimento. Mas apesar do abastecimento ruim, a água era cada vez mais cara. Em primeiro de abril de 1967, os jornais anunciavam que a partir daquele mês o natalense pagaria mais caro por sua água; e num tom jocoso perguntava se não se tratava apenas de uma ação por parte da municipalidade ligada ao espírito do dia.

Alguns periódicos, como "A Ordem", também mostravam algumas ações da municipalidade no sentido de atender as demandas de abastecimento. Era com bom grado que noticiava os planos de melhora por parte do Departamento de Saneamento do Estado, como a ampliação de adutoras e redes de distribuição de água. Abria espaço para as justificativas do poder público em relação ao problema de abastecimento; noticiava até mesmo ações efetivas, prontas da municipalidade, como o do serviço de abastecimento de água na comunidade de Mãe Luiza em 1967.

Porém, ante as explicações da governança, como a do então responsável pelos serviços de água e esgoto, atribuindo a falta de água a problemas externos ("a crise d`água que no momento afeta a cidade não é culpa nossa, mas consequência dos constantes cortes de energia elétrica provocando a queima de vários motores das estações[24]") e a constatação de que após a inauguração dos poços tubulares que atenderia Mãe Luiza, estes deixaram de funcionar, era um clima de desapontamento, misturando tons trágicos e pitorescos com os quais os periódicos tratavam os problemas de Natal e a ineficiência de seu organismo municipal.

Assim, num período em que a demasia e a falta de água se constituíam enquanto problema, não era à toa que um entrevistado fizesse lembrar que "antigamente" Natal não possuía tantos problemas como os que ocorriam naquele período. O bairro da Ribeira mesmo, apesar de se situar na parte baixa da cidade, não sofria tanto com as chuvas. É assim que, sem a atenção do poder público, o editorial do Jornal chegava a conclusão de que "Natal está ficando bem feia" e fazia votos e aclamações para melhorias na cidade, para que ela voltasse a ser "bela e graciosa outra vez", que retomasse as configurações que havia deixado para trás.

[24] QUANDO A AGUA briga com a luz a população sofre os estragos. *A ordem*, Natal, 22 de outubro de 1966.

2.1.2 A Cidade da Sujeira

Além dos cerca de 200 mil habitantes, a Cidade do Natal também abrigava em suas avenidas e logradouros uma quantidade enorme de lixo, o que dificultava o trânsito de pessoas e veículos, sem falar do mau cheiro que empestava os ares dos bons cidadãos. É com esta imagem que os periódicos da época retratam a Cidade do Natal e seus problemas envoltos com a questão da coleta e tratamento dos resíduos.

Em 1965, o periódico "A Ordem" estampava como manchete principal de capa a denúncia realizada por organizações de saúde acerca dos métodos que a cidade usava em relação ao lixo[25]. Este se espalhava pelas ruas, devido à falta de um serviço de coleta eficaz, o que dava margem para as famílias natalenses correrem o risco de contraírem doenças e proliferarem insetos e parasitas. As práticas de lançamento do lixo sobre terrenos a céu aberto e em águas interiores foram totalmente condenadas e o bom cidadão natelense era descrito não só como aquele que se recusava a adotar tais práticas, como também que denunciava às autoridades competentes seus vizinhos ou conhecidos que acabavam por dotar a urbe de um clima de verdadeira calamidade, de aparência repugnante e mau-cheiro insuportável.

A preocupação com a Limpeza Urbana fizera com que os periódicos conclamassem as autoridades governamentais a levar um representante do estado para participação no seminário "O Problema do Lixo no meio urbano", realizado na Universidade de São Paulo. Coube ao então monitor da cadeira de Higiene Geral e Saneamento, engenheiro Josemá Azevedo, a necessária tarefa de participar das conferências, reuniões e debates, tentando, a partir da experiência de outras cidades brasileiras, encontrar soluções para o grave problema da limpeza pública da capital potiguar.

Havia lixo demais, salientavam os jornais. "Isto se passa em toda parte, até mesmo nas ruas mais centrais da cidade, o problema é o mesmo, sujeira, lama, e as ervas que nascem entre os paralelepípedos". Pior era para aqueles moradores distantes do centro da cidade que eram obrigados a conglomerarem seus resíduos em terrenos vazios. Apesar do bom caminhão coletor de lixo, como afirma o periódico, este demorava cerca de vinte e cinco dias para exercer a prática da coleta nesses bairros.

Os monturos de lixo de tão corriqueiros e persistentes chegavam mesmo a constituir uma espécie de referência geográfica à espacialidade

[25] ORGANIZAÇÕES de saúde condenam métodos que ainda utilizamos com o lixo. *A Ordem*. Natal, 6 de novembro de 1965.

urbana. “A Ordem”[26] até mesmo indicou para seus leitores os principais monturos da cidade que, como fazia questão de frisar, não afligiam apenas os bairros mais distantes, mas também as principais ruas das áreas centrais: um cordão de sujeira servia de guia para aqueles que trafegassem nas largas Avenidas Floriano Peixoto, Prudente de Morais e Campos Sales, no bairro de Petrópolis; monturo na Rua Voluntários da Pátria e em frente ao sobradinho, localizados nas imediações da Praça André de Albuquerque; monturo na Rua Sachet, no bairro da Ribeira, que seria a vencedora em termos de montanha de lixo das áreas centrais e local preferido para as peripécias dos urubus; a rua José Ivo, tradicional reduto da vida boêmia no centro da cidade, numa sujeira total, com lama e lixo fazendo parte do seu leito, parecia agora adequada ao termo que desde a muito se lhe referiam e era conhecida: Beco da Lama.

Nos bairros suburbanos, o ambiente era ainda mais desolador: nos bairros das Rocas e das Quintas, haveria ruas em que não havia um só trecho em que predominasse a higiene. Porém, era na localidade de Igapó que o acúmulo de lixo mais se constituía enquanto problema de saúde pública; afinal, todo o lixo coletado da cidade era ali posto, “mais isto não teria nada se não fosse colocado bem próximos das residências como fazem, ali a fedentina é a maior”[27].

Efetivavam-se reclamações constantes acerca do acúmulo de lixo e lama nos diversos bairros e “artérias” de Natal, onde haveria a carência de coletores de lixo. Carência que oportunizara a ocorrência dos indesejáveis catadores, que seriam comuns por parte dos pobres, que empestavam a cidade, revirando e desfilando os resíduos de lixo pelas ruas, para vender, para usar e até mesmo para comer, chocando os cidadãos obrigados a assistir tal cena.

A municipalidade era criticada ainda por tratar o problema do lixo como uma questão “amadora”. Ora, a coleta, o transporte e o tratamento dos resíduos deveriam ser tratados como um problema de engenharia sanitária, tal como recomendava o engenheiro Josemá Azevedo (monitor da Cadeira de Higiene Geral e Saneamento da Escola de Engenharia de Natal), entrevistado por “A Ordem”. Assim, um órgão com autonomia administrativa, técnica e financeira deveria ser incorporado à administração pública, no sentido de implementar questões como aterros sanitários; produção de adubos a partir dos resíduos; e a digestão com lodos de esgotos

[26] Ibid.

[27] Ibid.

sanitários ou a partir da incineração. Assim, os saberes técnicos eram conclamados para a resolução dos problemas, como únicos recursos efetivos de combate à questão urbana.

A cidade que há menos de 30 anos atrás era identificada como moderna, apresentava aos olhares de seus contemporâneos um aspecto totalmente transformado e ameaçador à saúde pública (suscitando reclamações e debates na Câmara Municipal, em relação ao Departamento de Limpeza Pública e providências higiênicas e urbanísticas da capital), ao ponto de ser caracterizada como a "cidade da sujeira"; inclusive "fazendo com que aqueles que nos visitem pela primeira vez tenham uma péssima idéia de nossa terra"[28].

Imagem 06: Monturo de lixo numa das avenidas do Bairro de Petrópolis. A questão da coleta de lixo era tão problemática que os periódicos davam conta de que alguns monturos, de tão persistentes, colocaram-se enquanto elementos de referência geográfica, para se localizar na cidade. Essa imagem foi reproduzida em várias ocasiões por "A Ordem", entre os anos de 1964-66, quando se referia à temática do lixo. (ORGANIZAÇÕES de saúde condenam métodos que ainda utilizamos com o lixo. *A Ordem*. Natal, 6 de novembro de 1965).

[28] NATAL tem lixo demais. *A Ordem*. Natal, 18 de março de 1967.

2.1.3 Uma Cidade que Cresce no Escuro

Trafegar pelas ruas da cidade a pé, de automóvel ou mesmo nos transportes coletivos, ao cair da noite, constituía-se em tarefa não tão agradável assim. Afinal, apesar do crescimento que a urbe apresentava, até mesmo no sentido do oferecimento de novas diversões, como um planetário, doado pelo governo norte-americano em 1967, Natal era uma cidade que crescia no escuro.

> Quem chega a Natal por via área verá a que grau chega a escuridão da cidade, somente aqui e acolá ver-se trechos bem iluminados, ou mesmo quem mora na cidade em seus passeios dominicais ou se estuda à noite ao retornar para casa ver como são nossas artérias nesta parte do dia, quase que não existem lâmpadas nos postes e as poucas que ainda existem são fraquíssimas, dando para iluminar um pequeno trecho[29].

Nem mesmo as principais artérias escapavam da escuridão que o ambiente noturno proporcionava. Deslocar-se nesse horário pelas avenidas Deodoro da Fonseca e Rio Branco, as principais até então da cidade, era enfrentar uma escuridão quase que total. Postes e lâmpadas, até que existiam, porém, eram fracas, colocadas, segundo os jornais, a uma distância enorme uma da outra. Na Avenida Deodoro da Fonseca, seu principal trecho, do cinema Rio Grande até a Rua João Pessoa, até que possuía uma iluminação regular, porém, somente até as vinte e duas horas. A Avenida Rio Branco possuía uma iluminação melhor, mas não devido aos serviços públicos e sim aos efeitos luminosos dos anúncios das casas comerciais que ficavam acesos até por volta das vinte e três horas; após tal horário: escuridão total.

Para aqueles que por variados motivos necessitavam ir e voltar do centro da cidade à noite, a situação em termos de iluminação pública também era péssima. Era como que uma espécie de percurso da escuridão, tomar as ruas que ligavam o centro aos bairros da Ribeira, numa direção e do Alecrim, em outra, e, por conseguinte os bairros suburbanos. A artéria que servia de eixo de ligação do centro com o bairro do Alecrim, a então Rua Coronel José Bernardo não possuía uma só lâmpada e, como salientavam os periódicos, “o trânsito ali não era mole”. O percurso continuava Alecrim adentro, todo com iluminação, para se dizer o mínimo, segundo os jornais, precária: Ruas Amaro Barreto, Presidente Bandeira, que abrigavam a maior parte do já tradicional comércio do Alecrim.

---

[29] NATAL: uma cidade que cresce no escuro. *A Ordem*, Natal, 11 de março de 1967.

Pior para aqueles que realizavam a chamada volta aos subúrbios:

> Muitos de nossos jovens, estudam à noite e muitos deles residem em bairros distantes [...] as aulas normalmente terminam as 22 horas, do colégio saem para tomar o transporte coletivo que se dirige para o bairro onde reside, acontece que nem todas as vezes eles tem a sorte de encontrar logo o coletivo então chegam em suas residências altas horas da noite, nestes bairros todas as artérias possuem iluminação precária e as vezes nem isto existe[30].

Para esses, o problema da precariedade da iluminação não se constituía no fato de uma visualização ruim no momento de guiar o automóvel, algo que poderia ocasionar acidentes, mas sim no perigo da ocorrência de crimes. Afinal, os "fora da lei" aproveitavam-se justamente dessas condições, "ficando nas esquinas esperando alguma vítima não só para roubar ou assassinar, mas pelo simples prazer de fazer o mal".

Interessante notar que a preocupação em mostrar ao visitante, ao turista, uma boa cidade, bela, parece cada vez mais figurar como uma das preocupações centrais não só dos jornais, mas também do próprio aparato administrativo governamental. É assim que há toda uma série de iniciativas do governo em inaugurar o novo sistema de iluminárias de mercúrio coincidindo com o lançamento do Hotel Reis Magos, agindo em busca do turismo em Natal.

Contudo, para desassossego das famílias natalenses e revolta dos contribuintes que viam as tarifas de iluminação pública aumentar[31], as melhorias da iluminação elétrica só chegariam efetivamente à área que ligava a entrada da cidade, no caminho do Aeroporto Augusto Severo, até a região da orla marítima, nas Praias do Meio – onde se localizava o hotel –, Areia Preta e do Forte.

> A medida de iluminar a entrada da cidade, até o hotel, foi mais para dar melhor impressão aos visitantes de Natal. Em vez de uma má impressão deixada por uma cidade escura, teremos uma cidade iluminada com luzes de mercúrio e asfaltada, modificando a idéia de uma capital-província. Vai-se trafegar por uma artéria devidamente iluminada, e que termina com um hotel digno em Natal e dos melhoramentos introduzidos[32].

---

[30] Ibid.

[31] No final da década de 1960, a Cidade do Natal começou a ser atendida por energia elétrica transmitida pela Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, no Estado da Bahia.

[32] ILUMINAÇÃO completa hotel na busca por turismo. Romualdo Galvão, diretor da COSERN, em conversa com A Ordem. *A Ordem,* Natal, 28 de agosto de 1965.

Apesar dos elogios de tal iniciativa por parte de jornais como a Tribuna do Norte, outros periódicos como o Diário de Natal encaravam ironicamente tal iniciativa, discutindo se haveria possibilidade de as luzes que iluminavam a entrada da cidade não refletissem nas ruas da Cidade Alta.

Assim, o problema da iluminação pública continuava a frequentar constantemente os jornais, sugerindo a falta de estrutura urbana que acompanhava o crescimento cada vez maior da cidade. Os artigos destacavam a hora de se dar a Natal uma iluminação pública que correspondesse ao progresso da cidade, pois o problema já estaria se tornando calamidade.

2.1.4 Coletivos que Andam a Vara e Remo

A frota de transportes coletivos que serviam a população natalense contava no ano de 1966 com quatorze linhas cujos percursos se faziam principalmente no sentido dos bairros em direção ao centro da cidade, levando os trabalhadores para suas ocupações e os consumidores para as diversas lojas, já que era no centro que se efetivava o grande ponto de comércio e serviços, cumprindo a "vocação" de Natal para o setor terciário.

A distribuição das quatorze linhas se traduzia nos 134 veículos, pertencentes a uma única companhia e "A Ordem" nos fez o favor de quantificar as linhas: Areia Preta / Alecrim, com dezesseis veículos; Rocas / Quintas, com 25 veículos; Santos Reis / Lagoa Seca, com dezesseis veículos; Rocas / Alecrim, via Av. Jaguarari, com cinco veículos; Rocas / Alecrim, via Av. Alexandrino de Alencar, com cinco veículos; Circular, via Lagoa Manoel Felipe, com 2 veículos; Circular, via Praça Pedro Velho, com dois veículos; Rocas / Petrópolis, com seis veículos; Rocas / Morro Branco, com sete veículos; Rocas / Nova Descoberta, com dez veículos; Rocas / Nazaré, via Av. Dom Eugênio, com quinze veículos; Rocas / Bom Pastor, com quinze veículos; Rocas / Igapó, com cinco veículos; Rocas / Vila Naval, com oito veículos[33] – que percorriam diariamente a cidade.

A municipalidade estabelecia critérios, que em tese deveriam ser seguidos rigorosamente, visando proporcionar ao usuário uma viagem segura e confortável, sendo essenciais para que os coletivos trafegassem. Assim, exigia-se dentro dos veículos: cigarra funcionando, corre-mão para apoio dos passageiros, bancos sem rasgões e extintor de incêndio; e fora do

[33] NOSSOS coletivos andam a vara e a remo. *A Ordem*, Natal, 22 de janeiro de 1966.

veículo: lanternas, sinaleiras, step funcionando, pintura adequada, limpador de pára-brisa, vidro pára-brisa e espelho retrovisor.

Contudo, não era apenas ironicamente que o periódico festejava o fato de que tais critérios não fossem cumpridos a risca. Afinal, se o Departamento de Trânsito de Natal, com seus quatro inspetores – que não dispunham de nenhuma viatura realizar diligências e atender casos – pusesse em prática tudo aquilo que determinava a portaria municipal, a população veria diminuída a frota em nada menos de cinquenta e seis veículos.

Imagem 07: "Trem das onze". Ônibus da Linha Circular, via Praça Pedro Velho, famoso por ter parado nada menos do que quatorze dias consecutivos num só mês, sendo assim, impedido de trafegar. Apesar de se expandir dinamicamente e ver sua população aumentar, a Cidade do Natal não possuía um sistema de transporte adequado à sua nova condição urbana. Esta imagem foi utilizada pelo jornal "A Ordem" em quatro matérias, durante os anos de 1965 e 1966.
Fonte: NOSSOS coletivos andam a vara e a remo. *A Ordem*. Natal, 22 de janeiro de 1966.

O estado dos veículos coletivos que trafegavam pela cidade era tal que termos como “caindo aos pedaços” e que “andam a vara e a remo” eram comumente empregados para adjetivá-los. Devido a tais circunstâncias, havia até mesmo ônibus que se tornavam famosos, como o que fazia a linha Circular, via Praça Pedro Velho, conhecido pelos passageiros como “trem das onze”, que havia parado durante quatorze dias consecutivos em um só mês.

Além dos coletivos sem condições de circulação adequadas, tornando a viagem uma verdadeira aventura, outro problema, não menos importante, era motivo de reprovação nas páginas dos jornais, que invocavam a prefeitura municipal a tomar as devidas providências:

> Medida fundamental deveria ser tomada pelo Departamento de Trânsito no sentido de patrocinar cursos sobre a maneira de tratar os passageiros, destinado aos cobradores e motoristas. Infelizmente, isto não acontece e, talvez, por estes motivos, é que verifiquem grandes abusos nestes sentidos. Um curso igual para os passageiros não seria má idéia[34].

Porém, se se constituía enquanto problema a péssima condição dos coletivos e a ação dos que “sem a mínima dose de educação, ficam desacatando famílias, com piadas e pornografias”, os “play-boy”[35] e alguns cobradores e motoristas, pior era quando o transporte nem circulava, como acontecia com diversos bairros que não eram atendidos com o transporte coletivo.

Nem mesmo as medidas tomadas pela municiplaidade no sentido de efetivar melhorias no trânsito natalense pareciam agradar os jornais da cidade, denotando as confusões estabelecidas na cidade em decorrência da aplicação do Plano Viário Municipal do ano de 1966. Destacavam a falta de consciência da administração em colocar a Avenida Rio Branco, principal artéria de Natal, larga e bem asfaltada, como mão única, deixando às estreitas e coloniais ruas de seu entorno a tarefa de servir como via de retorno.

---

[34] id.

[35] Ibid.

Imagem 08: Transtornos dos transportes coletivos. Com a implantação de um Plano Viário por parte da municipalidade em 1966, com a mudança de itinerário de ruas, vários transtornos foram proporcionados, inclusive o aumento da passagem dos transportes coletivos. Os periódicos expressam assim o saudosismo acerca dos bondes. Esta imagem foi reproduzida pelo jornal "A Ordem" em quatro matérias, entre os anos de 1965 e 1966. Em 1966, traz a seguinte alcunha para a imagem: "Passageiros ainda voando sem saber ao certo aonde devem tomar o coletivo".

Fonte: AUMENTAM as passagens e diminui o conforto dos passageiros. *A Ordem*, Natal, 1de maio de 1965.

Os periódicos não se escusavam nem mesmo de tecer comparações com o antigo sistema de transporte público da cidade, realizado a partir dos bondes. Destacava-se que, apesar de que do ponto de vista tecnológico ser um meio de transporte superado, os bondes que circulavam desde a Ribeira até a Cidade Alta, indo até mesmo até a Praia de Areia Preta, eram mais seguros, mais confortáveis. E seriam melhores do que os ônibus não apenas por esse conforto material supostamente proporcionado, mas principalmente, pelas questões das vivências possibilitadas pelo "requinte" de tomar o bonde que havia ligado os então antagônicos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. A Cidade do Natal não apresentava mais bondes, nem seria adequado, haja vista não poderem atender a demanda estabelecida de 1960. É certo que as falas do periódico não apregoassem a sua volta, porém, decerto ficavam satisfeitos de poder encontrar no passado algumas referências para o exercício de comparação, um saudosismo, por assim dizer, inventado.

2.2 OUTRA FACE DA CIDADE

Atrelado às falas que davam visibilidade aos problemas que, como vimos, desolavam a cidade, figurava outro elemento importante para

compreendermos as relações dos contemporâneos: a nova experiência que se colocava na urbe natalense. Mais uma vez, os periódicos da época se apresentam como rico recurso para acessarmos os temas, os debates, os interesses, os confrontos estabelecidos na e sobre a cidade.

Na década de 1960, em que os periódicos em conjunto com o rádio se colocavam como meio de comunicação mais importante para a disseminação das informações, conhecer a cidade por parte da sociedade, a construção do sentido, além da prática cotidiana, passava por uma mediação da imprensa. Claro que o consumo no que diz respeito aos periódicos sugere uma relação mais específica, haja vista que cabe mais diretamente ao leitor escolher o tipo de informação que deseja consumir, dentre o rol daquilo que já lhe é previamente oferecido.

Os periódicos não se satisfazem apenas em noticiar os fatos políticos, ocorrências policiais, os fatos trágicos e chocantes que acometiam a cidade. Eles eram impulsionados a localizar os problemas, demarcá-los e informar ao bom cidadão natalense a grave situação em que a urbe se encontrava. Assim, agiam desvelando a geografia de uma cidade outra, que parecia ser totalmente desconhecida pelos seus leitores. De fato, pelo modo como escreviam suas reportagens procediam como se o leitor morasse em outro lugar e não participasse efetivamente do cotidiano da cidade. Ou melhor, deixavam claro a distinção, a coexistência de várias cidades numa só, uma hierarquia dos espaços urbanos que levava em conta não apenas uma questão econômica, mas também um valor de cunho subjetivo.

Nessas reportagens, notadamente descritivas, davam a conhecer a seus leitores outra cidade, para além dos tradicionais bairros centrais. O importante aqui é como são construídas e transmitidas determinadas imagens de certos espaços da cidade; e como estes são classificados numa espécie de hierarquia, que vai desde os "bairros primos pobres", passando pelas favelas, zonas de prostituição e tráfico de drogas até o lugar dos "párias da sociedade", a Casa de Detenção.

2.2.1 Os Bairros[36] Primos-Pobres da Cidade

Os problemas verificados na cidade, devido à falta de estrutura, por serem ocupados sem o devido acompanhamento de instalação básica de serviços urbanos, pareciam ser mais sentidos, multiplicados, nos espaços com produção relativamente recente, os chamados bairros suburbanos.

[36] A ideia de Bairro para o jornal "A Ordem" não se remete a questão do ponto de vista legal, instituído pela municipalidade, mas sim uma localidade, um determinado espaço específico que divide a cidade.

Eram aí os lugares que surgiam como mais problemáticos, segundo os jornais, principalmente pela ocupação desordenada de lotes e pelos cortiços que se espalhavam.

A mesma postura de denúncia e de revolta contra o poder público era lançada pelos periódicos no momento de informar aos leitores os problemas suburbanos. Porém, apesar de tal componente comum, a narrativa traçada para explorar tais questões se colocava de uma maneira diferente daqueles que se travavam no centro da cidade.

Era como que nos bairros tradicionais os problemas se processassem de maneira exógena, sempre a água em demasia ou a falta, as deficiências de iluminação pública, enfim, elementos específicos, que pela falta de ação do poder público, vinham a grassar a vida de tais localidades. Ora, os bairros suburbanos também seriam esquecidos pela municipalidade, os problemas "exógenos" se multiplicavam aí. Porém, a principal questão seria de ordem endógena: o próprio contexto suburbano era o problema. Não seria apenas a resolução de deficiências específicas que deveria ser efetivada pela municipalidade para dar a Natal a condição que esta mereceria. Além destas, era a própria feição, a condição suburbana que deveria ser motivo de intervenção.

Porém, os subúrbios não poderiam ser de todo renegados. Afinal, além de abrigar cerca de setenta por cento da população urbana, essa área contribuía para dar à Natal a feição de cidade grande: talvez por ser a responsável por abrigar seu crescimento demográfico e fundiário... talvez, contraditoriamente, por ser o espaço em que se produziam os grandes problemas da urbe, justamente os elementos que autorizavam os periódicos a tecerem comparações de Natal, com outras grandes cidades brasileiras.

Eram tais questões que intercruzavam a composição das falas dos jornais no momento de tratar a temática dos bairros periféricos[37]. Não só os problemas que ali ocorriam, mas o próprio subúrbio era situado, demarcado; apontamentos de sua história e geografia eram inseridos nas matérias, numa densa descrição, como que para os leitores aquele espaço de Natal fosse distante, desconhecido[38].

[37] O termo "bairros periféricos", já aparece nas falas dos jornais, porém, não percebemos aí, o conceito, a imagem atribuída ao termo periferia na contemporaneidade. "Periféricos" nos parece ser nas falas dos jornais apenas uma referência geográfica. Ao contrário do termo subúrbio, suburbano, amplamente utilizado nos discursos jornalísticos e além de ser uma referência geográfica é também traz um componente simbólico de diferenciação.

[38] Aliás, nos periódicos consultados, de 1961 à 1967, as matérias construídas sobre os subúrbios são todas para dar conta dos problemas que ali ocorriam. Quase não há referência sobre notícias "positivas", com exceção para as notícias dos campeonatos de futebol amador que ocorriam naquele espaço e de matérias com personagens "exóticos" que por ali residiam, como a com o coveiro do cemitério do Bairro do Bom Pastor, que não se constituía como uma referência temática que se interligasse ao subúrbio.

As referências postas nos periódicos dão conta que o subúrbio constituía os bairros primos-pobres da cidade, onde "o conforto, o luxo da civilização moderna chegavam com bom abatimento"[39]. Estes seriam nove ao todo: os bairros de Nazaré (Bom Pastor), Quintas, Lagoa Seca, Carrasco, Boa Sorte, Nova Descoberta – na região Oeste –, Santos Reis, Brasília Teimosa, além de Mãe Luiza – na região Leste –, que na realidade era composta por algumas comunidades que ocupavam os morros aos arredores do tradicional bairro do Tirol.

Apesar de questões em comum, da analogia dos problemas dos bairros populares, desordenamento urbano e uma infinidade de complicações, cada bairro deste merecia uma especificação, retratando costumes e acontecimentos próprios. Novamente, era "vocação etnológica" que se fazia presente.

O Bairro das Quintas ocupava até então uma das extremidades da cidade; tradicional local de travessia, que ligava Natal às cidades interioranas do Rio Grande do Norte; passagem dos transportes rodoviários e veículos de carga que vinham das mais diversas partes.

O termo Quintas decorre da colonial existência de casas de campo. Porém, apesar de referências a este espaço que datam pelo menos do século XVIII[40], o periódico é contundente a condição que o bairro assumia na década de 1960:

> Referindo-se em uma de suas crônicas ao bairro que residia, o poeta empregou expressão que veio a calhar: "Quintas profundas". Realmente as Quintas, como o Rancho Fundo de Ari Barroso, ficam bem pra lá do fim do mundo[41].

E é com uma narrativa que concilia um estilo jocoso numa perspectiva histórica que o jornalista realiza sua descrição das Quintas, informando ao seu leitor um espaço que aparentemente não conhecia:

> Antigamente havia em lugar do bairro enormes quintas. Daí o nome. Cajueiros, mangueiras seculares encompridavam sombras pelo chão. Isto enquanto a noite não vinha, trazendo o lobisomem e outros bichos.

---

[39] 9 SÃO BAIRROS primos pobres da cidade. A Ordem, Natal, 9 de abril de 1967.

[40] Cf.: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3ª ed. Natal: IHG/RN, 1999. p.255-256.

[41] 9 SÃO BAIRROS... Op. Cit.

> Depois surgiram as primeiras construções. Casas de gente humilde, que não achava mais canto no Alecrim ou nas Rocas[42]. Mas o lugar era ermo e solitário. Tanto assim que foi escolhido para construção do matadouro: a fedentina não incomodaria ninguém.
>
> Com o tempo as Quintas cresceram em torno da Rua Mário Negócio, que passou a ser beneficiada pelas linhas de transporte coletivo. Oficinas mecânicas, comércio grosso e postos de gasolina deram preferência a suas ruas. Daí porque as Quintas tem hoje um certo cheiro de óleo queimado e gasolina[43].

Assim, o jornal sugere o modo alheio, do tipo semeador, pelo qual se produziu o espaço do bairro das Quintas, que apesar da enorme distância do centro da cidade – sempre o local de referência do discurso dos periódicos – constituía-se como um dos principais bairros suburbanos, contando já com benefícios, como mercado próprio, pavimentação e luz a vapor de mercúrio em algumas de suas artérias, além das Igrejas Católicas e Protestantes e até mesmo um cinema.

O bairro de Lagoa Seca parecia se colocar como espaço de distinção em relação aos outros bairros suburbanos. Suas características, lugar "tranquilo onde às tardes funcionários aposentados, matronas de respeito e sargentos reformados colocam cadeiras na calçada para o bate-papo de costume[44]" em frente a suas residências, tipo alta-classe média, pareciam enquadrá-lo na antiga definição concedida por Lewis Munford ao subúrbio: espécie de local que servia de fuga da cidade, combinando aspectos da cultura do campo, a jardinagem, e a recreação, antes da transformação e concepção contemporânea do termo.

Exceção em relação aos outros espaços suburbanos, Lagoa Seca só assemelhava-se com estes pelas suas ruas sem pavimentação, onde os moradores deveriam se acostumar com areia nos sapatos, além de outros inconvenientes das artérias sem calçamento, principalmente quando chovia. De fato – e a própria matéria denotava isto – Lagoa Seca de quase nada tinha de bairro primo-pobre.

---

[42] Dentro da "hierarquia espacial" dos bairros de Natal, o Alecrim e as Rocas não se equiparavam em termos de status e significado aos quatro bairros principais: Ribeira, Cidade Alta, Tirol e Petrópolis. Ocupavam como que uma zona de intersecção entre estes últimos e os bairros suburbanos.

[43] 9 SÃO BAIRROS...Op. Cit.

[44] Id.

Com poucos ônibus servindo de transporte para os moradores; inexistência de iluminação e de saneamento básico; casas humildes, a matéria do jornal deixava claro: afora Lagoa Seca, os outros se tratam de bairros subdesenvolvidos, termo usado explicitamente várias vezes. Nazaré, Carrasco, Boa Sorte eram espaços em que foram traçados históricos e referências comuns; e, como que muitos natalenses não soubessem onde ficavam, o periódico estava ali, dando a conhecer outra face da cidade, mostrando que tais bairros "existiam sim".

Os cenários pareciam ser os mesmos, pelo menos assim o eram descritos com

> Suas ruas tristes, seus campos de futebol improvisados, onde a pelada é constante. Em cada esquina há uma bodega vendendo desde brochas a uma cachaça. Na falta de mercado salvam a situação. Tão interessantes quanto as bodegas, o próprio bodegueiro que é sempre um sujeito calvo, de roupa de Brim, gestos lentos e olhos que falam pouco[45].

Paisagens onde as artérias, quando chovia, transformavam-se em riachos e depois em lagoas, mas em que a natação não era praticada devido à invasão de porcos e outros animais, inclusive com alguns quase que imperceptíveis, mas que seriam os piores, os perigosos mosquitos; em que Igrejas Católicas, Capelas ou Templos Protestantes, se existiam, não eram vistos – bairros deixados assim a própria sorte, sem a presença divina, a não ser pelas casas "tipo pastor", onde as "perdidas" se achavam.

A única impressão "positiva" que o jornal aparentemente sugere de tais bairros se dá em relação às suas feiras livres, que lembrariam muito as existentes no interior, onde se encontraria "um bocado de coisas: carne seca, rede de dormir, rede de pescar, alfinete, vaso sanitário, quartinha, frasco de 'Flor de Maça' e feijão em saca". Eram assim, nos seus bairros primos-pobres, que a Natal, já cidade grande, encontrava-se com resquícios de imagens de seu outro, o campo, feição que supostamente a cidade deixara de possuir.

Mas o que permeia todas as falas referentes aos subúrbios é mesmo a impressão negativa, como bem denota as expressões jornalísticas. "Bairros? Seria melhor dizer: subúrbio", salienta o jornal a se referir ao seu leitor sobre os espaços "primos-pobres" da cidade, preconizando bem a

[45] Ibid.

ideia que compartilha do conceito, da imagem, do lugar de memória acerca do subúrbio.

Era a partir da referência desses espaços que o caráter uno, singular, homogêneo, definitivo da urbe – a Cidade do Natal – dissipava-se em sentidos e imagens múltiplas, heterogêneas: a identidade uniforme se perdia nas diferenças – do Centro em relação aos Subúrbios. Afinal, era a experiência do estranhamento do desconhecido que vinham à tona e que se expressavam até mesmo em anedotas:

> Outro dia na Escola Doméstica [no bairro do Tirol] uma mocinha perguntava a outra, que passara a pouco [no bairro de] Nova Descoberta para arranjar empregada doméstica:
>
> – Lá tem cinema?
>
> Não sabe a menina que cinema em Nova Descoberta é a própria janela das casas[46].

E seja pela produção e ocupação recente, embora dinâmica, de tais bairros, pela falta de linhas regulares de transportes coletivos, da deficiência de ruas que os ligassem às regiões centrais da cidade ou pela ausência de atrativos socioculturais, enfim, pela desconexão com a estrutura urbana, estes pareciam ser ainda mais afastados, inacessíveis, desconhecidos, principalmente para habitantes dos espaços tradicionais, aqueles que de fato tinham a possibilidade de expressar seu estranhamento.

Mas, surpreendentemente, a diferença servia para a construção da comparação, da semelhança, da identidade de uma grande cidade:

> Assim como há no Rio [de Janeiro], o problema das favelas, há em Natal com algumas diferenças, Mãe Luíza e Brasília Teimosa. Ambas situam-se perto do mar. E é a única vantagem. No mais, insalubridade, escuridão, gente de má fama[47].

De fato, em franco crescimento decorrente do desespero de centenas de famílias desabrigadas que por si só resolveram solucionar seu problema de moradia, estas duas localidades, Brasília Teimosa e Mãe Luiza ficavam muito a dever à alcunha de bairro primo-pobre. Por isso, as referências mais comuns destinadas a tais são realizadas a partir de termos

[46] Ibid.

[47] Ibid.

como favela, denotando um espaço de profunda miséria social, totalmente desatendida pelo poder público, inclusive fundando-se ao largo deste, a partir de uma produção de uma cidade ilegal. Espaços esquecidos, favelas que matavam: seus próprios moradores, devido às condições insalubres; mais também a imagem da própria cidade – bela, boa de se viver...sem problemas.

2.2.2 A Favela Que Mata

De fato, a comunidade que se distribuía na Avenida Café Filho, na "aristocrática" praia do Forte, entre as proximidades do Forte dos Reis Magos e do Hotel de mesmo nome, não era referenciada sob a alcunha de favela. Comumente, empregava-se termos como pequena comunidade popular para tratar de tal lugar. Porém, Brasília Teimosa não possuía características que a conformassem entre um dos nove bairros primos-pobres da cidade do Natal e a própria matéria que lhe atribui tal "status" trata de argumentar o quão abaixo destes a comunidade se colocava.

Semanalmente, os proprietários dos carros de último tipo, ao trafegarem pela avenida circular, podiam presenciar, para seu desprazer, a miséria chocante dos humildes moradores que ali habitavam. As construções de pequenos casebres, que se multiplicavam a passo largo, contrastavam acentuadamente com os "belos exemplares de modernas residências"[48] que existiam ao longo da Avenida Café Filho.

Brasília Teimosa era fruto da ocupação irregular de terrenos (da União, do Município, além de particulares) por parte da população desabrigada. Datado entre aproximadamente 1960 e 1961, seu surgimento foi acompanhado de diversos protestos dos proprietários dos terrenos ocupados, que chegavam mesmo a acusar a municipalidade de insuflar os moradores a invadir tais terras. De tais questões, é que advém a origem do nome: primeiro do surgimento rápido do bairro, coincidindo com a época da ocupação da então nova capital brasileira; bem como pela insistência no levantamento de inúmeros casebres, quando a própria municipalidade já havia insistentemente proibido.

Mas, Brasília Teimosa persistia, com a construção de casas, no geral, com um só compartimento, que se utiliza tanto para a cozinha quanto para as demais exigências de uma residência normal; e com palhas de

[48] SÉRGIO, Ivan. Brasília Teimosa: desafio aos governos. A Ordem, Outra Face da Cidade, Natal, 7 de Novembro de 1964.

coqueiro fazendo as vezes de paredes e cobertura. Com crescimento tão vertiginoso e contínuo, no ano de 1964, já apresentava uma divisão em duas partes: a Brasília de "baixo", a "original" e a de "cima", onde já se verificavam as primeiras construções em alvenaria e, apesar da ocupação irregular, os terrenos sofriam uma forte valorização, chegando uma casa de tijolos, com dois compartimentos, a ser vendida ao preço de trezentos mil cruzeiros[49].

Imagem 09: Brasília Teimosa. Os periódicos destacavam o rápido crescimento de Brasília Teimosa, ocupada irregularmente, um claro exemplo da presença da cidade ilegal na Cidade do Natal na década de 1960.

Fonte: SÉRGIO, IVAN. Brasília Teimosa: desafio aos governos. *A Ordem*, outra face da cidade, Natal, 7 de novembro de 1964.

"A Ordem" nos faz saber o perfil dos habitantes da localidade:

> Quem não se encontra marginalizado pela falta de emprego, trabalha nas mais diversas profissões. Assim é que lixeiros, barbeiros, vendedores ambulantes e muitos outros trabalhamtodos os dias na sua profissão honesta para sustentar as suas famílias. Apesar disso podemos encontrar facilmente em Brasília Teimosa mocinhas de 15 anos dando o primeiro passo na prostituição.

[49] Id.

> [...] Toda criança de Brasília Teimosa possuía as mais variadas quantidades de vermes. Raquíticas e fracas são raras as que sobrevivem à luta constante contra a doença.
>
> [...] Diversas são as famílias que ainda recorrem ao lixo a fim de retirarem seus alimentos[50].

A insuficiência da municipalidade no sentido de impedir as construções irregulares também era verificada em termos de falta de assistência à comunidade. O abastecimento de água potável era inexistente. Apenas num pequeno "cacimbão", construído pelos próprios habitantes, é que existia água para fins comunitários, contudo, com grande quantidade de sal, servindo apenas para a realização do trabalho das lavadeiras. Isso, aliado à falta de hábitos alimentares saudáveis e à ausência de postos de assistência médica, fazia com que os moradores fossem vítimas constantes de doenças e óbitos. Brasília Teimosa apresentava assim um quadro constante de "miséria e contrastes".

Mas, para os leitores dos jornais, mais chocante do que qualquer outro espaço da cidade se constituíam áreas do Passo da Pátria e Mãe Luiza, descritos largamente com o termo favela, os locais mais insalubres, caracterizados como locais de habitações irregulares, propiciadas pela condição de pobreza de seus moradores que ali se estabeleceram sem a presença de serviços urbanos públicos. Seus habitantes eram associados a uma dupla imagem de pobreza, de carência: de dinheiro e de valores morais para a boa vida em sociedade.

Mais uma vez, esses espaços menos privilegiados de um ponto de vista socioeconômico da cidade chamavam a atenção dos repórteres, que descreviam as condições de vida aí em perspectivas que iam desde dar ciência dos problemas que afligiam esses espaços da urbe até mostrar o exótico, aquilo que apesar de se situar num mesmo lugar – a cidade do Natal –, parecia distante da experiência cotidiana do leitor.

O Passo da Pátria, localizado próximo aos primeiros bairros originários da fundação de Natal, a Cidade Alta e a Ribeira, à beira do Rio Potengi, era originariamente um pequeno porto, com relativa movimentação de pessoas e mercadorias, vindas das cidades de Macaíba e São Gonçalo, destinadas a abastecer a Cidade Alta. Tal fluxo motivou a fixação de uma feira e de casas aos arredores do porto e da ladeira, que a separava do Centro da Cidade.

---

[50] Ibid.

O poeta Jaime Wanderley, que frequentava a então feira do Passo no início do século XX, fez o seguinte relato:

> O populacho fazia da feira do "Passo da Pátria" o prazer favorito das noites de sábado, quando o pátio daquele logradouro regurgitava de gente de todas as camadas sociais, que se confundia na alegria nervosa daquelas horas, que eram vividas sem preocupações, como um passatempo. Já às seis horas da tarde, começavam a descer a íngreme ladeira, pavimentada com empedramento irregular, moçoilas, matronas, cavalheiros, soldados, cabeceiros, comerciantes, funcionários públicos, mundanas, pescadores, uma verdadeira miscelânea humana[51].

Porém, em fins da década de 1960, apresenta-se uma imagem bem diferente acerca do espaço do Passo da Pátria. Se Jaime Wanderley denotava o caráter múltiplo dos grupos que o frequentavam, Lauro Pinto nos transmite um espaço renegado, um território da promiscuidade:

> [...]ali a condição humana atingiu o máximo em infelicidade e degradação. Tanto assim que o maior desaforo e a ofensa mais ferina era o de chamar a qualquer meretriz, mesmo sendo de baixa classe, de Puta do Passo da Pátria[52].

De fato, com o enfraquecimento do pequeno porto e da feira como locais de movimentação comercial, já na década de 1930, acabou por se dar contornos de distinção entre os moradores do Passo da Pátria e os demais da cidade. Passava agora a ser encarado como um problema a ser resolvido.

[51] WANDERLEY, Jaime Apud SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. Natal: CCHLA, 1976. p. 89

[52] PINTO, LAURO. *Natal que eu vi*. Natal: Imprensa Universitária 1971.

Imagem 10: Cena comum do Passo da Pátria. A manchete é acompanhada da alcunha de "um lugar esquecido". Tal imagem foi utilizada em três referências ao Passo da Pátria, entre os anos de 1965 à 1967.
Fonte: UM LUGAR esquecido. *A Ordem*, Natal, 17 de setembro de 1966.

E os periódicos, que cumpriam a função de apresentar aos leitores a face de uma outra cidade, destacavam a miséria que era descortinada por trás da ladeira do centro da cidade.

> Ali cerca de duas mil almas vivem em condições inumanas. Até via de acesso a outros bairros não existe. Para se chegar a Cidade Alta é preciso se arrastar por uns barrancos correndo o risco de perder a vida pois se cair dalí só quem escapa é a alma.[...] Comparecemos ao local e vimos a que grau chega a miséria, a fome e a imundície do esquecido recanto de Natal[53].

Para os leitores, que supostamente nunca haviam travado experiência visual com o Passo da Pátria, o periódico traça um cenário desolador. Crianças pálidas com barrigas enormes, que seriam sinal da presença de vermes, de fisionomias tristes devido à alimentação precária, em que muitas morreriam antes de dois anos de idade ou ficavam doentes

[53] PASSO DA PÁTRIA está quase sem jeito. A Ordem, Natal, 22 deAbril de 1967.

para toda a vida é a cena que mais comumente se veria ali, além de uma quantidade numerosa de marginais e famintos.

A fome era uma presença constante nas falas que se ligam a tal área, que seria causada principalmente pelo desemprego que imperava entre os seus moradores, os quais em grande parte viviam da pesca ou de "levar balaio nas feiras livres e mercados"[54]. Também era comum a ocupação nos chamados "empreguinhos", como os lixeiros, lavadeiras, carroceiros e cabeceiros[55].

Os problemas são elencados e postos diretamente para os leitores:

> Apesar de haver algumas casinhas regulares mais de 80% das residências são de taipa e estão esperando apenas a hora de desabar. As mais próximas ao Rio Potengi todos os anos sofrem inundações. Este ano [1967] os proprietários das mesmas fizeram uma pequena barragem, mas não conseguiram impedir que as águas do rio penetrassem nos seus humildes lares.
>
> À noite, além da escuridão, uma onda de insetos atormenta a população. Esta situação agrava-se mais ainda quando a fossa
>
> da Casa do Estudante [situada no bairro de Cidade Alta] enche. Não tem quem suporte a fedentina.
>
> Sanitário é o problema mais grave. Os habitantes colocam as fezes nas águas do Potengi, onde a maioria toma seu banho diário.
>
> Assistência médica é coisa que desconhecem e a sujeira bate record na cidade. Lama dentro de algumas residências não é novidade. E o único divertimento é ver o trem passar[56].

[54] Id.

[55] UM LUGAR esquecido. *A Ordem*, 17 de Setembro de 1966.

[56] Ibid.

Imagem 11: Rua do Passo da Pátria. Os termos miséria, abandono e desespero sempre fazem parte da conceituação própria a estes espaços constituída por "A Ordem".
Fonte: PAÇO DA PÁTRIA está quase sem jeito. *A Ordem*, Natal, 22 de abril de 1967.

Porém, o espaço que conglomerava as piores condições de vida seria o morro de Mãe Luiza. A Antônio Melo, repórter de "A Ordem", coube a tarefa de subir o morro para descrever, com uma interessante riqueza de detalhes, a então situação da comunidade que representava uma cidade informal desintegrada quase que totalmente da legal Cidade do Natal.

> A nossa reportagem esteve na favela de Mãe Luiza conversando com o povo de lá para saber como vivem. Fatos inacreditáveis vieram a balha. Fatos que

> a nossa imaginação seria incapaz de concatenar [...]. Fatos reais e chocantes surgiram aos olhos daqueles que tiveram constatando as condições de sobrevivência daqueles homens que vegetam. Cada casa que se constrói é o sinal de que surgem novos candidatos a morto na miséria[57].

A estupefação não dizia respeito apenas às péssimas condições de vida, à mortalidade infantil que afligia a esse lugar da cidade. Se por um lado, os preparativos do carnaval eram amplamente cobrados e divulgados pelos jornais, por outro, estes mesmos se abismavam ao constatar as danças pagãs que eram praticadas, "com orgulho", na favela de Mãe Luiza. Assim, as danças profanas como o Changô, Fandango e Chegança eram realizadas, contudo, "não pela maldade do povo mas falta de instrução [...] pois não se dá um meio daquele povo se instruir, daquele povo viver de acordo com a religião", que, claro, no olhar do jornalista, poderia ser apenas a católica. Esses olhares "etnográficos" revelavam verdadeiros "fatos chocantes como galinhas comendo as mercadorias que são vendidas aos fregueses daquelas pequenas bodegas".

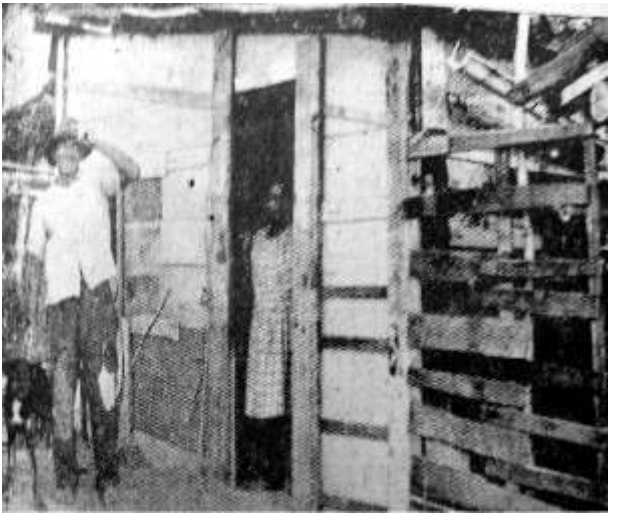

Imagem 12: Moradores em sua habitação em Mãe Luiza. Essa imagem foi utilizada durante os anos de 1964 até 1966, inclusive quando se aborda a temática das Frentes de Trabalho pelo periódico "A Ordem".
Fonte: MÃE LUÍZA: onde nasce uma favela. *A Ordem*, Natal, 29 de agosto de 1964.

[57] "Mundo Novo: a favela que mata": A Ordem, 6 de Janeiro de 1965.

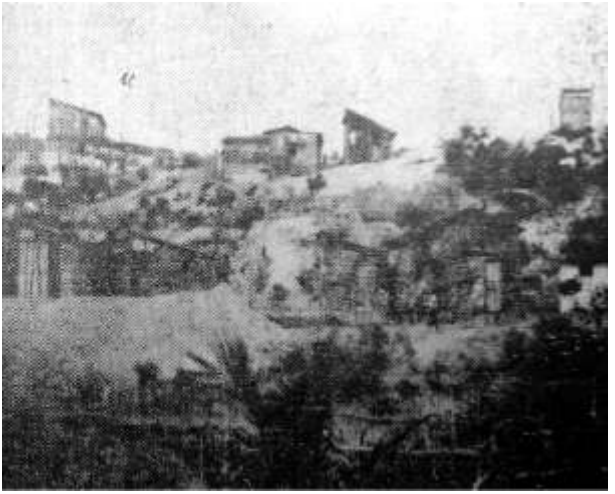

Imagem 13: Visão Geral de Mãe Luiza. É a partir da ocupação irregular dos morros que vai se expandindo o adensamento e criação da comunidade de Mãe Luiza.
Fonte: APARECIDA. A Ordem, Natal, 14 de Abril de 1966.

Havia lugar para vozes de revolta nas reportagens, que denunciavam a afronta em que se constituíam os belos edifícios aos pés das dunas, da cidade que passa, come e bebe bem, diverte-se e se instrui bem, em relação aos favelados que lá no alto das dunas padeciam, com seus casebres carcomidos. Afinal, "que se construam bases de foguetes, mas que se de também condições de vida aos menos protegidos". Mas a conclusão que se chegava é que a favela deveria morrer pelo perigo que as dunas ofereciam aos moradores do bairro de Petrópolis, atemorizados pelos possíveis deslocamentos de areia e soterramento, provocados pelo corte de madeira por parte dos favelados: "deve e é preciso mudar (sic) aquela favela dali [...]. A favela deve inevitavelmente deve morrer, deve deixar de existir ali, deve deixar de se constituir ameaça[58]."

2.2.3 Das Pensões Alegres aos Cubículos: a Problemática da Prostituição

Em março de 1965, atendendo a inúmeras e reiteradas solicitações de famílias e entidades sociais da vizinhança do entorno da

[58] Idem.

Avenida Rodrigues Alves, na altura da então Igreja de São João Batista, a polícia interditou uma das mais famosas e requintadas "pensões alegres" que existia na Cidade do Natal. Enquanto jornal católico, defensor dos valores da moral e da família, "A Ordem" pôs-se à rua, procurando as entidades policiais para dar com detalhes as boas novas aos seus leitores acerca das ações moralizadoras.

> O que se fez foi o exercício simplesmente do chamado poder de polícia. Havia uma Pensão Alegre à Av. Rodrigues Alves onde moravam algumas decaídas e à noite compareciam outras, de fora, onde faziam o "ponto". Mas o pior é que com muros caídos a vizinhança via o que não desejava, inclusive cenas de quase "streap-tease"[59].

O fato – a efetivação de denúncias por parte dos moradores que, portanto, incomodaram-se com o panorama de imoralidade e a decorrente ação efetiva da segurança policial – fora comemorado pelo periódico, indo ao encontro da luta contra a prostituição promovida pelos organismos da Igreja Católica de Natal.

Contudo, além de noticiar e celebrar o fechamento da "pensão alegre", o jornal esforçou-se em boa parte da matéria em justificar o ocorrido, como que se a interdição não fosse bem aceita, encontrasse resistências, oposições, mesmo que veladas. Assim, numa escrita de convencimento, a matéria trata de fundamentar a ação: primeiramente do ponto de vista legal – atentado contra a moral da sociedade e inevitável atuação policial. Daí, toda a preocupação em ir direto às fontes, do delegado da Ordem Social, o ilustre Dr. Ernani Hugo Gomes, que comandou a diligência policial: "as reclamações sucediam-se. Fiz examinar o assunto pelo pessoal da Polícia [...] chegando à conclusão de que a única solução era interditar"[60].

Assim, era numa atmosfera de insatisfação constante da vizinhança, de análise e estudo do caso aprofundado por parte da polícia, até se chegar a um consenso que se processou o ocorrido; ou seja, num clima de inevitabilidade, de esgotamento de possibilidades. Procurava-se, assim, como que se distanciar de uma espécie de sentimento de culpa pelo acontecido, mostrando mesmo que fora bem aceito pela população natalense em geral, com o departamento de polícia tendo recebido

[59] POLÍCIA ENFRENTA prostituição – trabalho e recuperação. *A Ordem*, Natal, 23 de janeiro de 1965.

[60] Ibid.

inúmeros – sem citar nomes ou cifras – telegramas de aplausos e visitas de agradecimento, como bem frisa a matéria. Nesses termos, concluía-se que, apesar de tudo, a moral pública, que valeria mais, havia vencido.

A ação fundamentar-se-ia também do ponto de vista humano. Afinal, destacava-se que ao interditar a "pensão alegre" não se defendia apenas os aspectos "proibicionistas", mas também se praticava um trabalho de recuperação – com a colaboração de instituições como a Casa da Mãe Solteira, as Irmãs de Jesus Crucificado e o Movimento Familiar Cristão – das "mulheres da vida", que como se salientava eram por vezes as menos culpadas, arrastadas por sedutores e exploradas por megeras que se intitulavam "donas de pensão".

Porém, destoando dessa abordagem que se preocupa em grande medida em fundamentar a interdição da "pensão alegre", situada numa região valorizada da cidade, frequentada por importantes figuras (talvez daí a grande preocupação em estabelecer justificativas); numa outra referência com a temática da prostituição, no mesmo ano da anterior, 1965, a "A Ordem" já não parece se preocupar tanto em tecer desculpas sobre a atuação policial.

Ao invés de fundamentos legais ou humanos, a própria chamada da matéria, em letras garrafais, explicitava a condição do regime da prostituição que ocorria na Rua da Floresta, nas proximidades do Canto do Mangue, no suburbano bairro de Santos Reis: "sinônimo de miséria e desespero"[61]. A que se deve tal diferença no tratamento da abordagem por parte do periódico? Talvez pela "chaga social", os prostíbulos – que agora não aparecem mais com o termo "pensão alegre" em momento algum – se situarem em uma área suburbana e frequentada pela "ralé".

Cremos que é uma verdadeira geografia urbana construtora de imagens, de referências identitárias específicas para os diferentes espaços da cidade que opera aí. Essas mediações valorativas ligavam-se a relações de poder que perpassavam determinados modos de se ver e conceber a cidade. Ora, estava em jogo aí que imagens se levavam em conta para se referir à cidade; referências que além de dizerem respeito ao espaço mesmo, também denotam imagens nas quais aqueles que falam querem e têm de si mesmos.

Ao invés de abordar o evento por si mesmo, em justificá-lo, fundamentá-lo, a preocupação em mostrar uma espécie de exótico, do

[61] PROSTITUIÇÃO: sinônimo de miséria e desespero. A Ordem, Natal, 23 de Janeiro de 1965.

desconhecido, ao mesmo tempo com ares de renegação – e não apenas de um ponto de vista moral – é o que prevalece nas referências ao meretrício situado no Canto do Mangue. Há novamente o estímulo ao esmiuçamento das origens, da história, dos habitantes e frequentadores. Volta-se a uma espécie de vocação etnológica do jornal, em claro contraste à matéria explicativa sobre a "pensão alegre".

O prostíbulo era assim associado ao lugar em que se situava. Em reportagens como esta, o Canto do Mangue era descrito como um submundo, que servia de abrigo para os homens pescadores e mulheres lavadeiras; um conjunto de casebres que se espremia na margem direita do Rio Potengi, entre o Porto e o Bairro de Santos Reis, onde cerca de cem famílias viveriam em completo abandono. De dia, faltava água potável, pois nenhum casebre possuía água encanada; e à noite, os moradores eram acostumados à escuridão, uma vez que não havia um só local de iluminação pública; sem serviços de saneamento básico e coleta de resíduos, também conviviam com o lixo e as fezes nas suas pequenas ruas, um recanto da cidade que era "sinônimo de miséria e imundície"[62].

Nessa associação, o termo "sinônimo de miséria" também era atribuído ao meretrício. O periódico noticiava mais a fundo essa prática na cidade, entrevistando inclusive as prostitutas; trazendo referências sobre as que ali atuavam: eram provenientes em grande parte do interior do estado do Rio Grande do Norte, que geralmente procurando trabalhar como empregadas domésticas e sem o devido cuidado dos patrões, já que vinham em idade de treze, quatorze anos, tornavam-se presas fáceis aos homens que lhe faziam promessas de casamento, que lhes davam alguma perspectiva de futuro.

Pertencente ao Canto do Mangue, o prostíbulo da Rua da Floresta também apresentava condições insalubres.

> O melhor termo que poderíamos usar para simbolizar a residência destas pobres mulheres foi este: CUBÍCULOS (sic). São grandes salões entrecortados de papelão separando assim os quartos de moradas. Em nenhuma destas "residências" (sic) existe um só sanitário. As necessidades fisiológicas são satisfeitos, geralmente, em esgotos daí para o velho, indesejável e conhecido "Canal das Rocas". Todas as prostitutas ali residentes, têm filhos. Filhos que criam-se no

[62] CANTO DO MANGUE é mesmo sub-mundo dos pescadores. *A Ordem*, Natal, 12 de Agosto de 1967.

> mesmo ambiente das infelizes mães. A doença é espalhada por todos os recantos. Casos vistos e comprovados de fome. Portanto, além da vida miserável em que vivem, na escuridão da honra, na sombra da infelicidade, são elas vedadas das letras. Nenhuma sabe ler. E os filhos? Enquanto não se trabalham por eles continuam na mesma estrada. No completo analfabetismo. As mulheres pedem para que as assistentes [sociais] consigam vagas em grupos escolares para que a sorte daqueles que são seus amores tenham melhor sorte[63].

A descrição segue meio que densamente, despreocupada a tecer argumentos que fossem favoráveis a intervenção policial no meretrício. Só aqui cabe lugar para os pormenores, para tratamento das especificidades das moradoras e de suas práticas, da Rua da Floresta:

> Residem na rua da floresta prostitutas jovens que conseguem 'trabalhar' fora do local de morada. E aquelas que muito tempo viveram lá, e hoje com idade avançada residem só no mesmo local. Existem também aquelas que se recuperaram parcialmente e hoje vivem amasiadas ou mesmo casadas[64].

Bem como, para traçar o perfil dos seus frequentadores, "em geral soldados, marinheiros, operários e outras profissões que não tem condições de freqüentar ambientes deste gênero mais elevados"[65]. Assim, práticas e usuários como esses "deixam aquelas que fazem de seu corpo um comércio mais a margem da sociedade".

Ora, é claro que o jornal se referia principalmente a questão da insalubridade das condições da moradia e de vida do meretrício da Rua da Floresta para adjetivá-lo enquanto ambiente mais baixo, em comparação a outros ambientes similares, em termos da prática da prostituição. Mas não deixa de ser sintomático as diferenças de olhares, de tratamento da temática: é notável um jornal católico afirmar que existem lugares de prostituição mais elevados do que outros, onde "deixam aquelas que fazem de seu corpo um comércio mais a margem da sociedade[66]".

---

[63] PROSTITUIÇÃO... Op. Cit.

[64] Ibid.

[65] Ibid.

[66] Ibid.

Curiosamente, não há notícia de que o meretrício, ou melhor, o conjunto de cubículos que fazia as vezes deste e pareciam se multiplicar por toda a Rua da Floresta, tenha sido interditado. Quem sabe devido à ausência de muros baixos que fizessem os vizinhos verem amoralidades decorridas ali. Ao que parece, os "vizinhos" só tomaram conhecimento de tais práticas a partir das páginas dos jornais.

2.2.4 Os Lugares da "Erva Maldita"

Assumindo uma postura atuante, de militantes de Natal contra os problemas que cada vez mais a colocavam em perigo, alguns jornais faziam questão de mostrar o quão destemidos eram na luta por sua urbe. O interessante é que lutar pela cidade era travar embates contra espaços diferentes dessa mesma cidade, dando ciência destes, numa clara conotação de sua multiplicidade.

Com essa disposição, é que o Jornal "A Ordem" saiu pela cidade à procura dos Antros de Vício que a infectavam. Percorrendo avenidas, travessas e becos da cidade, a intenção era identificar e denunciar a ocorrência de locais de comercialização de entorpecentes. Camuflados de toxicomaníacos, já previamente inteirados e interpretando as gírias e maneiras dos usuários de drogas, os então repórteres responsáveis pelas matérias iniciaram o "diálogo da maconha", à meia-noite, no chamado "barraco da esperança", localizado na Rua Jordanês, no bairro das Rocas, colocado-o como um dos maiores pontos de vendas de drogas de Natal, sob o comando do proeminente traficante Leôncio.

O objetivo era adquirir a maconha, fotografá-la, pondo-a em clichê, indicando o local de sua aquisição. Mesmo para tão destemidos jornalistas, a tarefa não era tão simples. Afinal, como eles mesmos denotavam, tratava-se de meliantes bem experimentados na comercialização da droga, que seguiam atentamente os passos do potencial novo comprador. Além do mais, possuíam um modo próprio de se comportar e de falar, o qual, como assumiram, estavam apenas medianamente preparados para interagir. Apesar de despertarem a desconfiança dos traficantes – pois não possuíam a "bossa do inveterado" – os repórteres, com a desculpa de que eram apenas iniciantes no fumo, conseguiram o pacote de maconha mediante o pagamento de mil cruzeiros e a promessa de retorno ao local, regressando a sede do jornal com a missão cumprida e um furo jornalístico sensacional.

Mas o bairro das Rocas, onde habitavam pescadores e trabalhadores do porto, não era o único local foco de venda de

entorpecentes na cidade. Indicações dignas de crédito informavam aos jornalistas que no bairro do Alecrim, também habitado por operários e pequenos comerciantes, existiriam diversos centros de distribuição da maconha, principalmente no centro do bairro, nos bares e pensões próximas a Quitandinha. Dentre esses, destacava-se o Bar Indiana, também famoso por ser frequentado por elementos perigosos e de antecedentes criminais. Mais uma vez, os repórteres se dispuseram a penetrar disfarçadamente no recinto, mas não atingiram o êxito anterior, haja vista o clima de insegurança que sentiram ao serem fitados por um elemento com "olhos injetados e veias da região temporal elastecidas" – segundo eles, sintomas de um viciado – que cantarolava, dirigindo-se a eles com as palavras "se vier com gíria vai entrar no pau".

Não obstante, na medida em que as matérias eram publicadas, novas informações sobre "antros de vícios" eram repassadas aos jornalistas. Assim, chegavam ao conhecimento locais como a quadra municipal da Avenida 4, que seria centro noturno de distribuição e consumo da maconha, além do local denominado como Coréia, onde existiria vários mercados de tóxicos. Porém, era a favela do Mundo Novo (Mãe Luiza) que mais chamava atenção, onde os maconheiros atuariam livremente, para desassossego das famílias, sempre no intuito de vender a erva a qualquer custo. Ali, o comércio do tóxico se dava sem pudor algum, a qualquer hora do dia e até crianças estariam a se utilizar do entorpecente.

A partir daí, a discussão se dava de onde vinha a maconha que parecia infestar os recantos da urbe e se não haveria outros tipos de tóxicos, trazendo o exemplo de outras grandes cidades que enfrentavam o mesmo problema, como era caso de Recife. A luta era então travada contra a cidade do tóxico. Sobre os questionamentos que surgiram acerca da existência na cidade de outros tipos de tóxicos, os jornalistas enfatizaram que:

> Respondemos dizendo que como estamos situando o problema em nossa capital é assim que devemos retratá-lo. Existem outros tóxicos, tais como heroína, morfina, cocaína etc. cuja venda sob prescrição médica é normalmente feita nas farmácias. Contudo, é dificílimo e quase ilusório identificar se há antros de viciados nestas drogas [em Natal][67].

Investigações realizadas apontaram que a "erva maldita" era proveniente dos plantios existentes do estado de Alagoas, de onde seria transportada por via marítima – e na maioria dos casos pela própria Marinha

[67] A ORDEM localiza focos de maconheiros em Natal. A Ordem, Natal, 20 de fevereiro de 1965.

de Guerra, clandestinamente – e desembarcada em pontos previamente determinados da costa, onde os "matutos da praia", contrabandistas, ficavam encarregados pela recepção e distribuição do produto para os mercados consumidores. Contudo, era também comum que o desembarque se realizasse no próprio porto de Natal.

A maconha era descrita como verdadeiro cancro social, que após a indicação e apontamento dos centros de comercialização dos entorpecentes feitos pelas reportagens deveria ser motivo de uma repressão enérgica, porém, racional, a ser realizada pela polícia. Na condição de jornal militante e católico, "A Ordem" apontava que os excessos de violência deveriam ser evitados e que seria de bom tom levar os viciados a clínicas de recuperação.

Essas reportagens obtiveram grande repercussão, chegando a ganhar elogios por parte dos mecanismos policiais por tê-la ajudado a localizar e prender traficantes e viciados na "erva maldita" em Natal. Os leitores, além de dar indicações sobre locais de venda do tóxico, se levarmos em conta o modo de expressão das reportagens, pareciam curiosos acerca dos lugares de venda da maconha e teciam comentários sobre o que levava o seu experimento e seus efeitos sobre o indivíduo.

> Muito se tem falado sobre o assunto, mas pouco se sabe sobre os verdadeiros efeitos da maconha. O elemento que chupa a fumaça do cigarro (a fumaça é engolida e não tragada) sente-se no momento em completo êxtase, numa espécie de alheamento do mundo. Após fumar a maconha, ato que exige uma série de cacuetes fisionômicos para que a fumaça desça pela faringe, o individuo recobra um pouco seu estado de movimento e de ação. Aí então opera-se a fase do exagero. Se a pessoa tem frágeis ressentimentos contra alguém estes estados psíquicos são ampliados e profundamente exagerados, passando de meras divergências subconscientes para acirrados acessos de cólera e rancor que extravasam-se no ato criminal.
>
> [...] O primeiro sintoma do maconhado é o aparecimento de listas de sangue nos olhos. Quando o elemento é viciado de muitos meses, começam a aparecer bolhas de puz nas faculdades visuais.
>
> Depois que o maconheiro inicia-se no vício o consumo da erva tem de ser obrigatoriamente diário. No dia em que não se fuma, o organismo não sente

> predisposição para dormir, nem para alimentar-se e sente-se possuído por uma febre que ameaça a própria vida[68].

Assim, estabelecia-se uma ligação entre o maconheiro e a efetivação de outros crimes, como latrocínios e assassinatos; bem como a relação destes com os locais onde atuavam, numa espécie de sobreposição entre crime e espaços urbanos. Nesse sentido, lugares como o bairro das Rocas e a região central do Alecrim ficaram demarcados como zonas de perigo, onde o bom cidadão natalense não poderia circundar. O conhecimento sobre esses espaços deveria ser fornecido apenas pelos jornais, que atuavam, por um lado, combatendo pela cidade – claro, a sua imagem de cidade – e por outro, satisfazendo a curiosidade que seus leitores tinham dos exóticos e perigosos espaços natalenses.

2.2.5 Por Detrás das Grades

Nesses verdadeiros apontamentos etnográficos dos outros espaços da cidade e seus personagens, a vontade de saber não se abria apenas aos espaços suburbanos da cidade, as favelas, zonas de prostituição ou tráfico de drogas. Conhecer as margens, o outro, mesmo que para suscitar sua reprovação, constituía uma tarefa que inflamava a curiosidade dos natalenses e os periódicos se apresentavam como meio de satisfazer tal interesse. Prova disto são as reportagens de Abimael Moraes durante todo o primeiro semestre do ano de 1965, que traziam para o leitor do Jornal "A Ordem", não as condições insalubres da população dos "bairros primos pobres" ou das favelas que se espalhavam pela cidade, mas sim a condição dos detentos do então presídio de Petrópolis. Mais do que qualquer outro lugar, era aí que se inseria aquilo que o próprio jornalista se referia como os "párias da sociedade", sugerindo uma espécie de vinculação, como que hierarquizada, com os novos espaços que se configuravam em Natal: uma escala onde os bairros primos pobres se colocavam no topo da ralé, encontrando na base justamente o depósito de lixo humano, a Casa de Detenção.

As matérias produzidas eram baseadas numa série de visitas de Abimael Moraes ao presídio. Em cada visita, o jornalista procurava interar-se das histórias dos presidiários, estabelecendo assim contatos com estes, abrindo caminho para uma posterior entrevista. Tais entrevistas eram

[68] DE ONDE vem a maconha. A Ordem, Natal 30 de março de 1965.

transmitidas aos domingos, às 21h30min, pela Rádio Rural, também um veículo de comunicação da Igreja Católica. Terminada a entrevista, diretamente do Presídio de Petrópolis, cabia ao jornalista transformá-la em uma narrativa escrita para assim poder ser publicada no Jornal "A Ordem".

Não tivemos acesso às transmissões radiofônicas, contudo, é evidente que aquilo que era dito pelo presidiário durante a entrevista era retomado, apropriado pelo jornalista no sentido de transformar o dito numa linha narrativa coerente, estruturada com um início, meio e fim. Nosso interesse reside justamente aí, no sentido elaborado pelo jornalista em relação às histórias contadas pelos presos, no momento da construção de seus enunciados.

De fato, as dez reportagens publicadas entre janeiro e junho de 1965, que ocupavam cerca de um pouco mais da metade de uma página de jornal, possuem uma estrutura narrativa em comum. Nas histórias contadas por Abimael Moraes – afinal, diferentemente da transmissão radiofônica em que quem fala é o preso, claro, a partir da mediação das perguntas elencadas pelo jornalista, nas reportagens escritas a fala é de total responsabilidade do autor – a intenção é claramente mostrar ao mesmo tempo, por um lado, a condição humana dos presos e, por outro, a vinculação dessa condição a uma espécie de destino que fez com que desde o "princípio" suas vidas estivessem determinadas para o desenrolar dos fatos que o levaram a detenção. Abimael Moraes se interessava não apenas pelos fatos últimos da vida dos presos, mas sim partia da infância destes, procurando traços que lhe dessem elementos para sua narrativa.

É assim o enredo construído para contar a história de Abel Vieira, sem alterações na ordem da narrativa, com um conjunto de fatos sucedendo-se coerentemente. Abel Viera, figura ilustre e respeitada na Casa de Detenção, além da alcunha de ser o mais famoso "puxador" de carros do estado do Rio Grande do Norte, exercia a "função" de assistente jurídico de seus colegas de infortúnio. Como predestinado que era, fora apenas aos 10 anos de idade, em 1940, que tivera contato com a vida por detrás das grades, acusado de quebrar o vidro de lança perfume da esposa de Pedro Ganso, seu vizinho, durante o carnaval. Apesar de ser solto sem maiores problemas pelo seu pai, haja vista sua menor idade, menos de quinze dias depois estava novamente Abel Viera nas dependências da cela da cadeia. E mais uma vez estava implicado com o personagem Pedro Ganso, com este tendo-o acusado de ter quebrado uma lâmpada da iluminação pública. O narrador Abimael Moraes ressaltava que começava daí um conflito, um descrédito mútuo, recíproco, entre a Justiça e a figura de Abel Viera.

Em sua narrativa, Abimael Moraes assumia uma escrita que evidenciava uma linha tênue que existiria entre o aspecto trágico e o cômico dos fatos da vida de seus personagens. É nesse sentido que o autor faz questão de ressaltar que a história de Abel Viera estava implicada com personagens e fatos ligados a motivos animais. Se sua experiência com a delinquência se iniciava com um Pedro Ganso, seria em companhia de seu colega de infância, um Antônio Ratinho, que começaria o interesse por automóveis, algo que levaria à sua desgraça. Não obstante, esse interesse quase que patológico por automóveis fora acentuado após Abel Vieira ter acompanhado a série cinematográfica do "Besouro Verde", que mostrava diversos carros que lhe faziam encher a boca d`água, principalmente o do herói da série, que possuía um vislumbrante possante.

Ora, os fatos revelados até aí pela narrativa de Abimael Moraes já prenunciam o desenrolar da história. Era inevitável que Abel Viera partisse para o furto de automóveis. E assim o fez com apenas 14 anos de idade. E, mais uma vez, os elementos trágicos e cômicos foram requisitados para compor o desenrolar da vida do personagem. Andando pelas largas ruas do bairro do Tirol, Abel deparou-se com um Oldsmobile "dando sopa", como que se estivesse o convidando para uma "voltinha" e assim o fez em conjunto com quatro companheiros[69]. Contudo, tão logo fora iniciado o "passeio", o carro pifou. Mas isso não abalaria o destino traçado para Abel e prontamente arrumou-se um jipe da Royal Air Force para a aventura continuar.

De fato, para alguém então com idade de Abel Viera, tais peripécias já pareciam demasiadas imprudentes e impraticáveis. Mas o espírito destinado a Abel não poderia se dar por satisfeito, como ponderou Abimael Moraes, a aventura "precisava ainda de uma encenação para revalidar mais ainda o trabalho". Assim, motorizados com o Jipe, Abel eseus companheiros resolveram invadir um Seminário, retirando daí umas batinas. Devidamente uniformizados e abastecidos, haja vista que o jipe estava com o tanque cheio, saíram os "três seminaristas" e os "dois sacristãos", como Abel classificou-os, indo parar na cidade de Santa Cruz, cerca de cento e vinte quilômetros de distância da cidade do Natal, onde viraram a cidade de cabeça para o ar.

Abimael Moraes sempre deixava claro que não caberia fazer juízo dos presos a partir daquilo que escrevia. Mas claro que em sua fala ele construía um sentido sobre tais indivíduos, compartilhado por seus leitores. Tais indivíduos eram renegados pela sociedade e por essa condição

[69] Não são revelados na história os nomes dos companheiros que acompanharam Abel Vieira e assim não sabemos se seus nomes também possuem motivos animais.

deplorável despertavam, aos olhos dos leitores natalenses, uma visão exótica. Num contexto de intenso crescimento urbano, onde números de crimes aumentavam, também se inseriam como elementos para recusa da cidade contemporânea.

Imagem 14: Por detrás das grades. A questão da construção da nova penitenciária suscitou uma demanda por informações acerca dos chamados "párias da sociedade". Essa imagem foi sempre utilizada por "A Ordem" quando se trata da questão penitenciária e temática relacionadas desde o ano de 1965.
Fonte: CASA de detenção desumaniza os presos. A Ordem, Natal, 3 de setembro de 1966.

2.3 IMAGENS PRETÉRITAS, CONSTRUÇÕES DO PRESENTE: AMBIVALÊNCIAS IDENTITÁRIAS

Mas não se lançava mão apenas das referências espaciais, como vimos nessas relações entre novos e velhos espaços, para se situar, para vivenciar a nova experiência que a contemporaneidade proporcionava. Referências temporais eram retomadas, ou melhor, elaboradas, construídas no sentido de possibilitar a experimentação da nova realidade; representações constituídas no sentido de estabelecer uma relação semântica, uma atribuição de sentido à nova dinâmica urbana de Natal, que provocava sentimentos antagônicos no que tange a cidade.

Por um lado, colocavam-se relações positivas, de contentamento pela nova configuração que a cidade assumia. O que se sobressaía aqui era a dimensão modernizadora que se constituía, com aumento no número de pessoas, de edifícios, de estruturas urbanas, da dinâmica econômica. Afinal, Natal, pela sua urbanização veloz e intensa, era efetivamente – e isso vem claramente permear as páginas dos periódicos da época – passível de comparação às outras cidades brasileiras (guardadas as devidas ressalvas e dimensões), nem que fosse pelos "problemas" que a modernização proporcionava. Destacava-se que apesar de tudo, Natal acompanhava o desenvolvimento que o Brasil seguia.

Contudo, é notável que grande parte das vozes do período se fazia no sentido de crítica, de uma espécie de saudosismo.

É interessante perceber como os conceitos são utilizados numa semântica específica. Assim, se por um lado o termo moderno tradicionalmente possui vinculações próximas do termo novo, nessa configuração discursiva o que ocorre é justamente uma vinculação contrária. O moderno aqui se liga ao antigo: a Natal realmente moderna, que respirava os ares do progresso era a Natal do início do século XX, enquanto que o novo se liga a uma concepção de degenerescência, de caos.

Portanto, se há a perda de toda uma série de referências espaciais que a cidade proporcionava, o modo de se relacionar com uma "nova Natal", com uma experiência distinta de até então, era levada a cabo a partir da construção de um passado áureo da cidade, "sem problemas", onde a cidade era moderna, apesar de pequena: mas afinal era isso mesmo que se constituía como algo positivo, ser uma cidade que agregava, quase que harmoniosamente, o provincianismo e a modernidade. Um passado da cidade, de fato, idealizado, uma construção para dotar um sentido ao modo de experimentar a Natal que aí vai se configurando: é a cidade do início do

século que vai servir de referências identitárias para se relacionar, experimentar a cidade dos contemporâneos.

Há aqui articulações entre determinadas concepções e sentidos atribuídos ao tempo com discursos que se propõem a reorientar a experiência coletiva de uma sociedade, ou seja, a própria construção de sua identidade social. Re-interpretação do passado de acordo com as necessidades e orientações do presente, o que demonstra a suscetibilidade dos usos do passado, da história no âmbito de relações de força.

_capítulo 03

O FAZER-SE DA CIDADE: CONFIGURAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS

3 O FAZER-SE DA CIDADE: CONFIGURAÇÕES DOS ESPAÇOS URBANOS

> *Até então, apesar da surpresa e da inquietação trazidas por estes acontecimentos singulares, cada um dos nossos concidadãos continuara as ocupações conforme pudera, no seu lugar habitual. E, sem dúvida, isso deveria continuar.*
>
> *Albert Camus (1947)*

Apesar dos discursos da imprensa natalense no contexto da década de 1960 nos possibilitar o acesso a representações negativas acerca do caráter urbano que a cidade vai assumindo – com problemas de infra-estrutura, como as deficiências de abastecimento de água e de energia elétrica, dotando-a de uma feição "bem feia" – Natal continuava a se expandir, a ser produzida, não de uma maneira natural, livremente, mas a partir das ações dos diferentes grupos sociais.

A cidade, a partir dos usos diferenciados dos seus espaços, vai se constituindo, não apenas em termos da sua morfologia, de sua materialidade, da construção de moradias em determinadas áreas, por exemplo, mas também dos significados e dos valores atribuídos aos seus diferentes territórios. Assim, a cidade vai se reproduzindo de forma desigual, contraditória, como produto apropriado diferentemente pelos diversos sujeitos e grupos sociais.

No cotidiano da vida da cidade, para além da repetição, o que prevalece são disputas, confrontos entre permanências e mudanças no que se refere aos seus próprios espaços constituintes, mas também aos comportamentos, valores, ideiaideias e práticas urbanos.

As configurações dos espaços urbanos, no que tange aos valores positivos ou negativos em relação a estes, também vão se construindo no cotidiano, a partir do "fazer-se" da cidade. Algumas destas configurações podem ser analisadas a partir da ação do estado, da municipalidade, não apenas instituindo melhorias e infra-estruturas urbanas, fomentando a ocupação de espaços específicos para o desenrolar da vida cotidiana, mas também, agindo simbolicamente, a partir de sua presença, no se fazer ver e ser reconhecido, portanto, legitimando-se como elemento de poder. Nestes termos, podemos apontar que se apresenta aqui uma produção racional, uma prática sistematizada do espaço.

Porém, no cotidiano, justamente pelo seu caráter contraditório, também se desenrolam tramas informais, que fogem ao controle das posturas racionais, do controle da sociedade, em que, também, a cidade vai sendo produzida. Tais questões podem ser observadas, por exemplo, nas ocupações irregulares de territórios.

A Cidade do Natal na década de 1960 também vai sendo configurada a partir destas relações. Das formalidades e informalidades de ocupação cotidiana de seus espaços e da importância, dos valores e significados atribuídos a estes.

3.1 PRODUÇÕES SIMBÓLICAS DOS ESPAÇOS URBANOS

Em fevereiro de 1967, passado cerca de um ano da disputa eleitoral pelo Palácio Felipe Camarão, configurava-se uma nova contenda na Cidade do Natal: desta vez, para se saber aquele que iria reinar a cidade durante os festejos carnavalescos. O reinado de Momo ganhou aí grande destaque e atenção, sendo motivo para que a Prefeitura implementasse uma comissão de organização exclusiva para preparar as atividades lúdicas até a quarta-feira de cinzas. O objetivo principal da administração municipal era manter a população na cidade, que já tradicionalmente se dirigia às praias para veraneio, como a Redinha, praia habitada por um pequeno núcleo de famílias de pescadores, famosa por ser bela, simples e tranquila.

Naquele mês de fevereiro, no qual se completara o primeiro ano de mandato do então prefeito Agnelo Alves, o carnaval estava na ordem do dia e toda atenção recaía sobre as questões relacionadas à estrutura das festividades, desde a estratégia de policiamento a ser efetivada, no sentido de evitar os excessos e preservar a moral das filhas e irmãs dos cidadãos natalenses, até o percurso do corso, o caminho em que as charangas deveriam seguir, trazendo os foliões que não frequentavam os requintados bailes de carnaval da cidade, nos salões de clubes como do América, ABC e Aeroclube, situados nas áreas mais nobres.

Selecionadas as majestades carnavalescas, deu-se início as refregas. Numa manhã de sol que trazia a Rainha de Carnaval, a chave da cidade fora passada aos cuidados de Momo, pelo próprio Prefeito, no Bairro das Quintas, local também escolhido para dar lugar ao início do percurso do corso, que adentraria a cidade, rumo aos bairros centrais. A escolha das Quintas como local "inicial" das atividades festivas fundamentava-se por um quesito de importância simbólica: era colocado como espécie de uma

das portas da cidade, exatamente pela sua disposição geográfica, na intersecção entre o campo e a urbanidade; no caminho para a cidade de Macaíba e para a região do Seridó, em que a ponte de Igapó servia de ligação para entrada da população do interior na cidade do Natal.

Contudo, o elemento simbólico se coloca para além dessa justificação pautada pelos organizadores do carnaval de 1967. O bairro das Quintas, situado num prolongamento do Alecrim, era constituído, desde os tempos coloniais, por sítios que produziam gêneros alimentícios que abasteciam a cidade. Foi justamente por essa localização estratégica, no meio do caminho, que durante a dinâmica do crescimento populacional urbano, iniciado no período Pós-Segunda Guerra Mundial, que o bairro das Quintas viu sua ocupação aumentar. É só em 1947, durante a administração do então prefeito Sylvio Pedroza, que as Quintas, assim como várias outras localidades, para além dos núcleos originários da cidade, fora colocado na categoria de bairro. Nesse sentido, com a inserção de novos moradores, vindos principalmente do interior do estado do Rio Grande do Norte, o antigo lugar que servia essencialmente para produção de gêneros que abasteciam a cidade, transformava-se em local de habitação de baixa renda, um bairro suburbano.

É nessa lógica que age outro componente simbólico no que diz respeito às ações da administração pública da cidade. Naquela década de 1960, cada vez mais a municipalidade efetivava ações no sentido de se fazer presente nos bairros suburbanos da cidade, principalmente a partir da administração do Prefeito Agnelo Alves, iniciada no ano de 1966. Acontecimentos como o carnaval de 1967 sugerem significados de uma prática sobre os espaços urbanos que dizem respeito a sua própria configuração. Assim, os bairros suburbanos – cuja produção em termos de adensamento da ocupação populacional se deu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, se constituindo, portanto, como os novos bairros da cidade – apresentavam outro tipo de produção a partir do esforço do poder público em se inserir nesses espaços.

Apontamos que tal inserção, nas ações aparentemente mais banais, tal qual a integração de bairros suburbanos às atividades festivas carnavalescas, estão permeadas de sentidos legitimadores do espaço urbano.

Assim, se por um lado o crescimento desordenado pelo qual a cidade passava fazia acentuar os graves problemas urbanos, como a falta de abastecimento de água e luz, mostrando, assim, a incapacidade da administração municipal em acompanhar, com ações de melhoramentos

efetivas, o grau de crescimento que a cidade tomava; por outro, enganaria-se quem falasse numa completa ausência das ações da municipalidade em

assumir a municipalidade em 1966.

Instado a debater sobre as ações que efetivaria uma vez à frente da administração municipal, o então candidato proferiu uma frase que se colocou de forma paradigmática para atuação de seu governo: "vou para a prefeitura com o intuito de renovar e ampliar as fronteiras da nossa municipalidade"[71]. As ações da municipalidade se fizeram justamente a partir de tal determinação, agindo sobre os espaços já constituídos na cidade, mas também sobre os novos territórios em formação.

Ações que diziam respeito não apenas a questões de ordem material, de intervenção no espaço urbano, implementando obras de infra-estrutura nos diversos bairros, mas principalmente iniciativas que se ligavam a componentes simbólicos. Ora, desde o seu primeiro ano de mandato (1966) que Agnelo Alves, à frente da prefeitura, procurava cada vez mais anunciar, inaugurar, comemorar as obras efetivadas em sua gestão, que se concentravam, em grande parte, nos bairros mais afastados do núcleo originário da cidade. Um crescente desejo de se mostrar, de dar visibilidade à municipalidade, principalmente nos espaços que mais careciam de sua atuação.

E os periódicos, seja numa linha crítica, irônica ou simpática, noticiavam as visitas e inaugurações da prefeitura, que a partir de 1967 tornavam-se cada vez mais frequentes. Os motivos para a presença do Prefeito e de seu vice, Ernani da Silveira, *in loco,* nas diversas regiões da cidade, eram os mais diversos, desde um anúncio do início de estudos e encaminhamentos para execução de um Plano Viário até o calçamento e iluminação de ruas da cidade.

Fora assim, a partir dessas iniciativas que o Prefeito se dispôs a comemorar o seu primeiro ano de governo. No dia 31 de janeiro de 1967, o Executivo natalense pôs-se em um palanque armado na Praça André de Albuquerque, no centro da urbe, para inaugurar a Estação Metropolitana de Passageiros. Anunciava também a entrega ao povo de vinte e seis ruas calçadas a paralelepípedo nos subúrbios da cidade, além de pavimentação asfáltica e iluminação das ruas Junqueira Aires, Pe. João Manoel e Padre Pinto, no bairro da Cidade Alta, fazendo divulgar que as melhorias chegariam até o bairro do Alecrim, nas Avenidas Mário Negócio e Coronel Estevão, algo que proporcionaria um melhor deslocamento entre os bairros.

Realizados os festejos no centro da cidade, inaugurada a estação, o prefeito se encaminhou, no dia 25 de fevereiro do mesmo ano de 1967, aos

[70] ANFITRIÃO. *A Ordem*, Natal, 19 de fevereiro de 1966.

morros de Aparecida, Mãe Luiza e Novo Mundo, para inaugurar o serviço de abastecimento de água, constituído por cinco chafarizes, com trinta torneiras que distribuíam água de poços tubulares que, como se pronunciou, intentava resolver o grave problema da falta de água naquelas comunidades[72].

Reunia-se a imprensa para divulgar as principais metas a serem alcançadas pela administração municipal, como a que anunciou que a construção de galerias pluviais nos bairros do Tirol e Petrópolis, seria uma das prioridades da gestão no ano de 1967, planejadas para serem efetivadas antes do inverno para evitarem a formação de lagos e crateras no leito das ruas[73].

Anunciar e inaugurar obras, as mais diversas, parecia ser uma das grandes preocupações da prefeitura. O destaque dos jornais ficava por conta da presença da municipalidade na inauguração de praticamente todas as obras, o que possibilitava um contato maior com a população, com os bairros, bem como, com suas distintas adversidades. A Ordem apontava mesmo que, apesar de tudo, das complicações existentes, os bairros de Natal não se sentiam esquecidos pelos seus administradores, cuja presença se fazia sentir nos locais mais problemáticos.

A Vila de Igapó, região limítrofe norte da cidade, às margens do Rio Potengi, por exemplo, vira em menos de um ano, fora do período eleitoral, o Prefeito e sua comitiva em três oportunidades. Em novembro de 1966, a municipalidade se fizera presente ali para inauguração de um poço tubular, com a finalidade de abastecer de água a população de cerca de mil habitantes.

Contudo, passados três meses da instalação do poço, "A Ordem" reclamava que este se encontrava em desuso, haja vista não ter sido colocado uma bomba para sucção e retirada da água do subsolo. Noticiado o caso, a prefeitura logo se dispôs a inauguração da bomba, celebrando que a população não mais precisaria abastecer-se nos antigos cacimbões, em que cada lata de água custava em média dez cruzeiros. Porém, novamente a Vila de Igapó, ou melhor, as matérias jornalísticas que a contextualizavam, levaram contrariedades ao Prefeito; afinal, mesmo com a inauguração do poço e posteriormente da bomba, a localidade continuava sem atendimento de energia elétrica, algo que impossibilitava a utilização da estrutura implementada[74]. E na terceira vez que a municipalidade se fez ali presente, não foi para inaugurar a chegada da eletricidade e sim para vistoriar os reparos no

[71] A ORDEM entrevista candidatos à prefeito de Natal: Lucena e Agnelo respondem ao povo. *A Ordem*, Natal, 18 de setembro de 1965.

lastro da Ponte de Igapó, promovidos pela Rede Ferroviária do Nordeste[75].

Porém, era justamente a partir da questão da energia elétrica que a municipalidade mais procurava construir a sua visibilidade junto aos espaços e à população da cidade. Acompanhando a chegada do fornecimento de energia da hidrelétrica de Paulo Afonso e as execuções da Força e Luz, organismo do governo do estado destinado a administrar e executar os novos serviços de eletrificação, a prefeitura ia promovendo eventos festivos a cada bairro e por vezes a cada avenida que recebia a nova eletricidade.

E com a chegada da iluminação, a urbe se regozijava, adquiria outro aspecto com tons de beleza e progresso.

> NATAL está se tornando digna de seu belo nome. O seu embelezamento está se acentuando cada vez mais, como também o seu progresso.
>
> Podemos crer que NATAL será uma das mais belas cidades do NORDESTE. Um dos seus primeiros fatores é a iluminação a vapor de mercúrio, que está sendo colocada nas principais artérias da cidade. Como não poderia deixar de ser, o assunto em voga na cidade, é a nova iluminação[76].

E numa avenida e outra, o Prefeito e seu vice sempre estavam dispostos a comparecer às comemorações de inauguração, promovendo o espetáculo proporcionado pela chegada da nova luz, cujos atos possuíam grande apelo popular, atraindo para os eventos habitantes não apenas do bairro ou da rua beneficiada, mas também da vizinhança.

A execução do Plano Piloto de Iluminação, levado a cabo pela municipalidade a partir do final do mês de abril de 1967, pretendia beneficiar as artérias centrais da cidade. E a cada etapa finalizada, a prefeitura constituía um evento público, convidando a população para conferir a nova noite iluminada da cidade: no dia primeiro de maio de 1967, inauguração das luzes da Avenida Apodi; e no dia dezenove de junho de 1967, inauguração da iluminação das Avenidas Tavares de Lira, Rio Branco, das ruas Cel. José Bernardo, Amaro Barreto e das Praças Gentil Ferreira, Carlos Gomes e José da Penha, constituindo assim o sistema espinha dorsal das luzes da cidade, fazendo uma espécie de corredor iluminado, desde o bairro do Alecrim até a Ribeira, trechos prontamente percorridos pelo prefeito e pela população que o acompanhava. Como salientava "A Ordem", "a

[72] PREFEITO COMEMORA 1º ano de governo. *A Ordem*, Natal, 7 de janeiro de 1967.

[73] GALERIA da Afonso Pena é meta principal da Prefeitura de Natal. *A Ordem*, Natal , 25 de fevereiro de 1967.

cidade, antes escura, está[va] tomando um verdadeiro banho de luz, pois o Plano Piloto estende-se também pelos subúrbios"[77].

[74] IGAPÓ tem poço sem bomba. A Ordem, 18 de Fevereiro de 1967.

[75] PONTE DE IGAPÓ recebe remendos. A Ordem, Natal, 12 de agosto de 1967.

[76] NATAL começa a ganhar luz. A Ordem, 24 de junho de 1967.

As datas das inaugurações das novas luzes das artérias da cidade eram por vezes selecionadas para se identificarem com outras celebrações, potencializando o valor simbólico dos atos, agregando um público maior e conferindo certa legitimidade de ação – pois não apenas se comemorava o lançamen o e/ou dia santificad ugurações festivas da

Fo ova luz da Avenida D bairro da Cidade Alt

nte às sete élulas foto-

rio e a nova a avenida ade[78].

E ça ao ritual comemora realizada, transforma que ainda ligados às "A Ordem" anuncia ao z:

Praça Pio X, feito Agnelo a passagem irão da sede ndo músicas

e natalense sendo uma festividades se encerrarão com um casamento matutino".

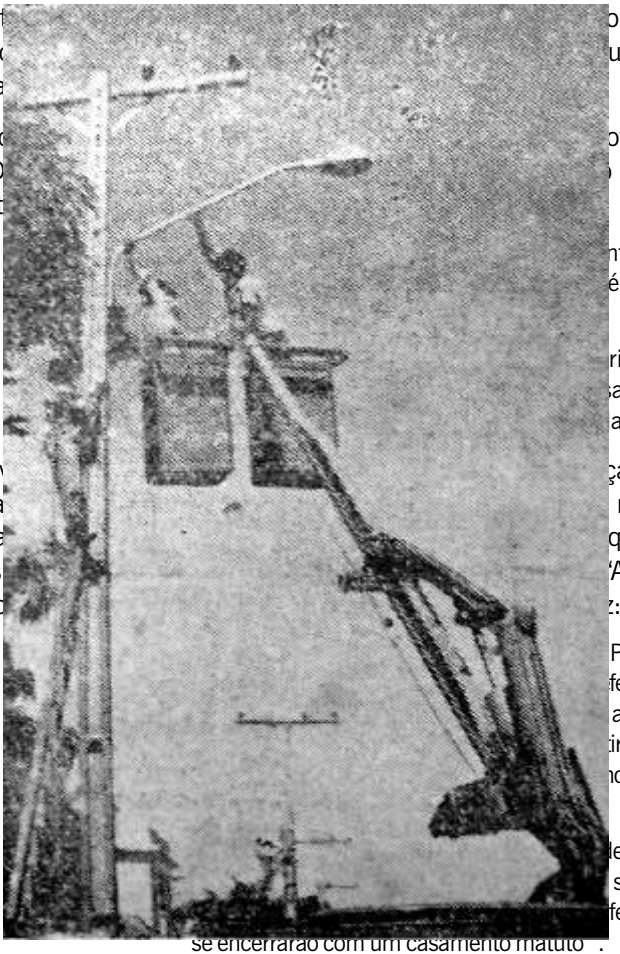

Imagem 15: "A luz de Agnelo". Durante os anos de 1966-67, a municipalidade, tendo à frente o Prefeito Agnelo Alves, intensificou sua presença nos diversos bairros da cidade, iluminando-os com as novas luzes. Em agosto de 1967, era a vez do bairro das Rocas receber seu novo sistema de iluminação. E como de costume, o prefeito não poderia deixar de participar do evento, este fora representado, além de seu vice, pelo ex-governador do estado do Rio Grande do Norte e irmão do próprio prefeito, Aluízio Alves, que, não por acaso, também comemorava o seu natalício. E seja para visualizar o espetáculo das novas luzes ou a figura carismática que o ex-

Fonte: AGNELO INAUGURA luz na Avenida Deodoro. *A Ordem*, Natal, 24 de junho de 1967.

governador assumia, uma grande massa de pessoas se deslocou em passeata desde a Vila Naval até a praça da feira do bairro, local onde o ato de inauguração seria realizado.

E a cada ato comemorativo desse porte, as inaugurações encontravam ressonância, divulgação também a partir das notícias dos periódicos, que davam conta das ações realizadas, bem como daquelas que estavam por serem implementadas.

> Em todas artérias daquele bairro [das Rocas] foram colocados postes de concreto, transformadores e lâmpadas de filora, com exceção das ruas São João e Areial, que receberam lâmpadas a vapor de mercúrio e luminárias ornamentais. Foram gastos na execução deste trabalho cerca de 50 milhões de cruzeiros antigos.
>
> A próxima meta da administração Agnelo Alves é a iluminação de mercúrio da Avenida Salgado Filho, trecho compreendido entre a 15 e os transmissores da Rádio Cabugi, e do Bairro de Nova Descoberta[80].

Assim, atraindo uma grande quantidade de pessoas para repetidos eventos comemorativos, cujos atrativos não eram apenas a presença e as falas dos personagens políticos, mas o entretenimento proporcionado pelas inaugurações em si, além do próprio espetáculo das luzes, como também pela reprodução dessas ações nas páginas dos periódicos, a municipalidade via sua presença na cidade, desde os bairros centrais até os suburbanos, ser multiplicada, uma atuação quase que constante.

Se as falas contidas nos jornais, num primeiro momento nos aparece como divergentes em relação à eficácia das obras realizadas pela municipalidade, o que importa é verificar que o poder público é cada vez mais requisitado enquanto instituição capaz de resolver os problemas citadinos.

As falas em torno das inaugurações, das obras da municipalidade, leva-nos a levantar a ideia de constituição de legitimidade por parte do Estado em atuar não só nos espaços tradicionais da cidade, mas também nos novos bairros; como espécie de produtores de homogeneização e autoridade sobre tais territórios. Em outra frente, caberia a municipalidade estabelecer determinadas concessões, em termos de melhorias urbanas; portanto, mecanismos de legitimação que permitiriam à municipalidade agir no sentido

---

[78] AGNELO INAUGURA luz na Avenida Deodoro. A Ordem, Natal, 24 de Junho de 1967.

[79] Ibid.

do controle do espaço; estabelecimento de uma legitimidade do Estado que se via fortalecer no plano de seus direitos fundamentais, de poder de ação e reconhecimento da sociedade como um todo deste poder. Ao mesmo tempo, aflorava uma espécie de recusa e crítica a estes mesmos espaços que a municipalidade cada vez mais pretendia manter sobre controle.

De fato, tendo por base a dinâmica que a cidade do Natal chegava àqueles anos de 1960, não nos parece tão estranho que as práticas políticas tenham também se modificado. Afinal, a administração pública tomava sua iniciativa imanente de organizar, sistematizar, controlar a cidade. Diante da complexidade que caracteriza o contexto urbano, haveria, portanto, novas maneiras de se promover a inserção da municipalidade nas novas áreas. Essa inserção se revestia num jogo de poderes, com características de (re)conhecimento mútuo, por parte do poder público em relação aos novos espaços, mas também destes em relação à municipalidade. Um jogo de poder que produzia a cidade, com a integração dos novos territórios ao âmbito urbano, mesmo que essencialmente num viés de caráter político-administrativo.

3.2 PRÁTICAS POLÍTICAS

As ações da municipalidade no sentido de se fazer presente nos espaços urbanos recém constituídos, não apenas efetivando obras de melhoramentos urbanos, mas também a partir de visitas e inaugurações com motivos os mais diversos, que se tornava, na administração iniciada em 1966, cada vez mais constante, estampavam as páginas dos periódicos do período como um elemento novo da política municipal.

Afinal, a disposição do governo municipal em anunciar e publicizar suas ações no âmbito urbano – nas áreas centrais da cidade, mas principalmente nas áreas periféricas – não encontrara paralelo em relação às administrações anteriores. É claro que, além de se constituir enquanto elemento de legitimação dos espaços urbanos, a presença da figura da municipalidade nos acontecimentos os mais banais sugerem um esforço de capitalização simbólica para sua imagem pública.

Mas como compreender o percurso de inserção dessas novas práticas políticas? Uma resposta estaria na mudança estrutural que a cidade do Natal passava no período. Assim, à nova dinâmica populacional e fundiária, à nova condição urbana, decorreu modificações no modo de se

[80] NOVAS LUZES para o bairro das Rocas. A Ordem, Natal, 12 de agosto de 1967.

fazer política.

Porém, essas novas práticas políticas também possuíam algumas especificidades próprias, percursos arbitrários, para além de uma mera adequação necessária de tais práticas à nova experiência urbana. Referimo-nos à própria conjuntura do paradigma político do período, cujas características também se faziam sentir no modo de agir dos políticos em relação à cidade.

Assim, talvez seja conveniente observar as articulações, o campo político em que a figura do então prefeito Agnelo Alves estava envolvida, para assim podermos captar o sentido dessas práticas políticas.

3.2.1 A Vocação Dual

A disputa eleitoral travada em 1965 para decidir os ocupantes aos cargos de Prefeito da Cidade do Natal e de Governador do Estado do Rio Grande do Norte opunha dois grupos políticos distintos. De um lado a coligação "Cruzada da Esperança" (que congregava partidos como PSP, PTB e PTC), galgando os nomes de Agnelo Alves, para o Palácio Felipe Camarão, e do Monsenhor Walfredo Gurgel, para o Palácio do Governo; e de outro, as "Oposições Unidas" (cujo carro chefe era a UDN), trazendo as figuras do médico Pedro Lucena, como candidato a Prefeito, e Dinarte Mariz, concorrendo ao Executivo Estadual.

Uma eleição tão disputada, num período político tão conturbado, um ano após o Golpe Militar de 1964, exigia uma análise aprofundada por parte daqueles que acompanhavam o pleito. Foi pensando assim, que "A Ordem" optou por destacar as eleições numa perspectiva histórica, oferecendo aos seus leitores um panorama aprofundado. O interessante é o sentido que tal análise denotava. Pautando a vida política de Natal como uma espécie de destino manifesto a ser reproduzido.

Para "A Ordem", chamava atenção o fato de que as eleições majoritárias no Rio Grande do Norte sempre tivessem se caracterizado pela dualidade de candidatos. Teria sido assim, pelo menos desde o período da redemocratização brasileira em 1947. Nesse mesmo ano, promulgada a constituição estadual, seguiram-se os embates eleitorais que opuseram Udenistas (UDN) e Pessedistas (PSD), sempre se alternando no poder político.

Como explicava detalhadamente o periódico, no governo do

estado, José Varela (PSD) se saíra vitorioso da contenda com Floriano Cavalcante (UDN), em 1947; na eleição de 1950, um racha no PSD fez com que Dix-Sept Rosado Maia, agrupando dissidentes pessedistas, udenistas e petebistas, vencesse o candidato do governo Manuel Varela de Albuquerque; em 1955, mais uma vez a UDN se saiu vitoriosa, com Dinarte Mariz superando Jocelin Vilar.

Nunca mais de dois candidatos: dualidade, tendência dos potiguares! Era tal questão que marcava o trabalho argumentativo da matéria, repetidamente destacada. E, como que para acentuar a legitimidade, a coerência do discurso que se deixava ler pelos leitores, "A Ordem" procurou bases científicas para referendá-lo de maneira definitiva. Assim, ouvido pelo jornal, o sociólogo Veríssimo de Melo explicou a sua tese: o fato da dualidade de candidatos nas disputas políticas teria justificativas antropológicas. Tese que seria muito bem fundamentada, com fatos verificáveis, como ele próprio explicou:

> A história de Natal sempre caracterizou-se pela dualidade. As tribus indígenas que habitavam a cidade se dividiam em duas metades: uma que morava na colina (adorando lua e sol) e outra a beira do Rio Potengi (adorando pai e mãe, bom e mal – sempre dois valores religiosos).
>
> Esta característica dual é própria da antropologia de Natal. O prof. Cascudo diz que os habitantes primitivos de Natal dividiam-se em **Xarias** (os mais ricos que comiam xaréu e xarela) e **Canguleiros** (pobres que se alimentavam de cângulo ou peixe poxo)[81]. A rivalidade era acentuada inclusive com demonstração de força física, entre os dois grupos. O prof. Cascudo diz que a rivalidade acabou em 1908 quando foram instalados os bondes de burros.
>
> Entretanto, a minha opinião é que a dualidade não terminou a esta época. Ela é própria da vida de Natal. Transferiu-se para o esporte, dividindo a cidade em torcedores do ABC (canguleiros) e América (Xarias), clubes esportivos criados em 1915.
>
> Na política a dualidade manifestou-se com o Sr. Café Filho que dizia abertamente querer ser votado pelos canguleiros, pois era um deles. Terminou vice-presidente da República.
>
> Atualmente as bandeira vermelha (oposição) e verde

> (situação) demonstram a persistência dessa dualidade que é própria de Natal, desde nossos primeiros habitantes. Por força desta tendência sociológica nunca surgiram mais de dois candidatos. O que tem tendência a polarização em dois campos diversos, nunca mais.[82]

Confirmando a tese de Veríssimo de Melo, como colocava "A Ordem", as eleições de 1960 também opuseram dois candidatos: Aluízio Alves e Djalma Marinho. A leitura efetiva dessa contenda pelo periódico era interessante, sempre se baseando numa perspectiva histórica, portanto, legitimando-a. Aí se colocariam os remanescentes de toda uma postura dual, uma vocação natural, de constituição sociológica, no modo de se vivenciar o clima político de Natal.

A "Cruzada da Esperança" representaria nitidamente os "canguleiros", as camadas populares do estado, algo construído pelo próprio discurso da coligação. Era apontada como a nova classe política potiguar, que tinha na personalidade de Aluízio Alves (irmão de Agnelo) a liderança-mor e figura paradigmática. A UDN representaria os Xarias, a permanência do poder das oligarquias que dominavam a política norte-rio-grandense desde o período da redemocratização em 1947.

Continuando a sua argumentação, "A Ordem" explicava que o clima de radicalização das paixões, que teria caracterizado a disputa de 1960, seria decorrente justamente deste papel de atualização histórica da dualidade. E todo um componente mítico é trazido à tona no momento de se explicar a contenda que aí se travou. Aluízio Alves surgiu para a vida pública no seio da política oligárquica, alçando quatro mandatos como deputado federal pela UDN. O governo de Dinarte Mariz deixava antever que o candidato natural dos situacionistas seria justamente Aluízio Alves. Contudo, a condução do processo político não poderia dar-se de maneira tão pacífica. Os jogos conturbados da disputa deveriam exercer a sua força histórica. Assim, problemas de cunho pessoal e partidário impediram a colocação do então candidato natural pela UDN. Após marchas e contramarchas, o governador Dinarte Mariz apresentou para sua sucessão o então deputado Djalma Marinho. Aluízio Alves opôs-se, lançando-se candidato, após aglutinar em torno de si forças políticas e econômicas, tais como o major Theodorico Bezerra (tradicional chefe do PSD) e o deputado Clóvis Motta (membro de família conhecida pelo seu poderio industrial).

---

[81] Luís da Câmara Cascudo, a quem se refere o sociólogo, narrou tal história, com uma pequena variação, Cf.: CASCUDO, Luís da Câmara. Xarias e Canguleiros. In.:_____. História da Cidade do Natal. 3. Ed. Natal: IHG/RN, 1999. Cap. XXII, p. 233-236.

Assim, o que estava em jogo nessa leitura era o fato de que além da persistência, da força da tradição, da história da dualidade do poder, as disputas a partir de 1960 se colocariam com novos componentes, que a atualizariam, impulsionando-as, dando-lhes novo vigor.

As eleições de 1965 representariam a continuidade dessa atualização, numa espécie de consolidação. Assim, não era a toa que Aluízio Alves, liderança-mor e figura paradigmática nesse jogo dual, ao lado de seu opositor Dinarte Mariz, pretendia entregar o governo a um homem da sua geração política. E se assim o fez, lançando a "Cruzada da Esperança" com os nomes do Monsenhor Walfredo Gurgel, seu Vice-Governador, para o Governo do Estado e Agnelo Alves, seu irmão, seu chefe de gabinete e presidente da Fundação de Habitação Popular (FUNDAHP), apontado como grande articulador de Aluízio Alves, responsável pela construção das alianças eleitorais e pela implementação das políticas de governo, para a prefeitura do Natal.

Portanto, Agnelo Alves trazia consigo as insígnias constituídas na atualização dual da política em 1960 – destinado a representar os canguleiros e a cor verde, a esperança de uma nova perspectiva de futuro, assegurando a consolidação no poder de uma nova geração política no Rio Grande do Norte. A radicalização das tomadas de posições, o arrefecimento dos ânimos, seria assim mais que compreensível, haja vista que tal questão fosse de nossa natureza histórico-antropológica.

Contudo, o jornal colocava que infelizmente a mesma renovação não era verificada em relação ao interesse popular que se manifestaria de forma apenas inconsciente, com verdadeiras hordas humanas que a base de elementos simbólicos e cânticos acompanhavam tal e qual candidato.

> E em vista disto a terminologia usada caracteriza-se pelo linguajar jocoso (fechador, velho babão, ladrão...). Admitem alguns que esta linguagem estaria sendo utilizada, pois é a única maneira das lideranças manterem contato vertical com o povo[83].

Assim, continuaria o desinteresse para com as questões políticas por parte dos eleitores. Ou quando assim faziam, seria para repetir jargões e termos de baixo calão para tal e qual candidato. E o que seria pior, os próprios postulantes estariam incentivando a utilização da linguagem ofensiva contra seu concorrente, como uma maneira de arregimentar mais

[82] ELEIÇÃO: perspectiva histórica. A Ordem. 2 de outubro de 1965.

votos para si, a partir de uma identificação com o povo. Aqui o periódico apontava que a força histórica dual levava a uma postura das oposições dos primeiros tempos, em que os grupos indígenas chegavam a se rivalizar fisicamente. Contudo, as formas de aproximação popular empreendidas no período nos levam a apontar novas formas de práticas políticas.

3.2.2 Propaganda Política e Aproximação Popular

Para o jogo político, num período democrático, tal como se colocava o início dos anos de 1960, era essencial o contato com o povo. Afinal, era através do voto atribuído por este que se elegiam os representantes dos poderes Executivo e Legislativo. E até mesmo com a concretização do Golpe Militar em 1964, as eleições para o Poder Municipal na Cidade do Natal, efetivadas em 1965, ainda contavam com a legitamação do voto.

O crescimento demográfico nas cidades, superando o número da população rural, inseria-se como outro ingrediente que fazia urgir uma nova postura da classe política em relação às camadas populares. Era preciso persuadir estas de que tal candidato mereceria a sua confiança, encarnando os seus anseios, proporcionando uma identificação do político que assumiria uma espécie de liderança em relação ao povo.

Os periódicos natalenses do período eram conscientes desses elementos e suas leituras já apontavam para a necessidade de novas maneiras de se relacionar com os eleitores. É nesse sentido que a "A Ordem" apontava a figura de Dix-Sept Rosado Maia como o primeiro a inovar os métodos de propaganda eleitoral, aproximando-se do povo, traço marcante de sua campanha, colocando tais questões como fator preponderante de sua vitória ao Governo do Estado em 1950[84]. Ora, num período de exceção democrática brasileira (1947-1964), era essencial antever novas aproximações junto ao eleitorado no sentido de obter seu apoio.

Mas foi na campanha de 1960, ao governo do estado do Rio Grande do Norte, que novos métodos propagandísticos foram utilizados em toda sua completude. A prática política encarnada por Aluízio Alves se inseria como um componente eminentemente novo, que, num período democrático e de crescente aumento demográfico e de números de eleitores, necessitava da solicitação ao apoio popular, a identificação entre

[83] Ibid.

as camadas menos favorecidas, encarnando as esperanças de tais.

Exemplo destas preocupações em torno de persuasão junto ao eleitorado é que uma empresa de publicidade fora contratada para ser responsável pela estratégia propagandística de sua campanha política eleitoral, recurso nunca antes utilizado no Rio Grande do Norte. Com isso, o candidato poderia contar com o apelo "moderno" da técnica publicitária, para com mais facilidade e usando as estratégias dos profissionais da comunicação de massas, convencer a população de que realmente representava a esperança de mudança, pois os publicitários se encarregariam de construir essa nova imagem política.

O recurso propagandístico fora intensamente explorado, com utilização inclusive de jingles musicais, que construíam uma imagem de proximidade e identificação com o grande eleitorado, com as camadas populares. Músicas que traziam palavras de ordem em relação ao candidato, de fácil entendimento e inserção e assim amplamente consumidas pelas camadas populares, como se constituía o jingle "Eu Votarei":

> Eu votarei, eu votarei
> Eu votarei com Aluizio,
> Eu votarei de coração,
> é amigo da pobreza
> e detesta corrupção.
> Eu votarei, eu votarei.
> Votarei com Aluizio,
> votarei de coração,
> o inimigo não me engana'
> ele que morra de aflição.[85]

Aluízio Alves construiu um discurso em que se apresentava como liderança política que romperia com o atraso econômico e com as velhas oligarquias políticas conservadoras, que seriam patrocinadoras desse atraso. Atento a importância do eleitorado das camadas populares, fomentou estratégias de grande poder de persuasão junto às massas – estratégias em que as divulgações da campanha eram permeadas de elementos simbólicos. A esperança e a cor verde tornaram-se símbolos para gestos e metáforas. Assim, chamavam-no de "Candidato da Esperança", os dias da eleição era o "Dia da Esperança", os comícios e passeatas realizadas as "Caravanas da Esperança", o grupo político e os partidários faziam parte

[83] Ibid.

da “Cruzada da Esperança”, além do “Trem da Esperança”. As músicas de campanha estavam contaminadas por esses bordões.

Foi no Trem da Esperança
Que Aluízio viajou
Quando chegou na guarita,
A notícia encontrou:
Que o chefe de polícia,
Em decreto oficial,
Proibiu os seus comícios
No coração de Natal.
Mas o povo em passeata
Prá lá desfilou,
E em frente ao comitê
Aluizio falou[86].

Os fatos mais pitorescos ocorridos durante a campanha de Aluízio Alves foram transformados em músicas e paródias. Nelas podemos perceber claramente a maneira como a partir das adversidades, dos insultos, criavam-se uma contrapartida propagandística que se revertia em grandes benefícios, pois cada vez mais ficava a impressão de que o adversário, o então Senador Dinarte Mariz, era anti-povo e de que Aluízio seria o paladino desse mesmo povo. Articulava assim suas dificuldades as do povo, como que, ao se opor ao grupo aluizista, os adversários também estivessem se opondo ao próprio povo, transformando as questões negativas em positivas para sua campanha. Sua vitória encarnaria, portanto, a própria conquista das camadas populares.

Nos inflamados discursos que proferia em seus comícios, intensificava a imagem de redentor do povo sofrido, único representante da esperança dos fracos e desesperados. Discursos que emocionavam e empolgavam os eleitores, considerando-se junto ao povo não só como um líder, mas também como herói.

As músicas tiveram assim um grande impacto, além disto, as ofensas feitas aos correligionários de Aluízio – apelidando-os de “gentinha”, por exemplo - foram capitalizadas pelos coordenadores da campanha e transformadas em bordão de campanha de Aluízio. Por outro lado, a propaganda aluizista associou a imagem do candidato do grupo adversário a um político que não gostava do povo e que representava os ricos e

[85] EU VOTAREI. Jingles Políticos que fizeram história. Tertuliano Pinheiro (Org.). CD sonoro, 2006.

poderosos que mandavam e desmandavam no Estado, responsáveis que assim eram pela corrupção política e a pobreza.

Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
Vejo alguém que está chorando,
Deixa chorar.
Debruçado na janela, deixa chorar.
A **gentinha** é quem manda,
Deixa mandar. Vai votar em Aluizio.
Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
Nosso voto é de Aluizio, é de Aluizio.
A vitória é de Aluizio, é de Aluizio.
A **gentinha** vai vibrar, sim vai vibrar.
Quando Aluizio governar.
Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
A eleição vai ser barbada, vai sim senhor.
A **gentinha** está com tudo,
Está sim senhor. Dando voto a Aluizio.
Aluizio vai ganhar a eleição
Em toda parte de Natal ao Sertão[87].

A cidade, principalmente Natal, era a temática recorrente nos seus discursos e nos seus jingles musicais, o principal alvo dentro do apelo propagandístico efetivado na campanha. Afinal, era ali que se localizava o grande percentual de eleitores e era principalmente para os locais menos assistidos do ponto de vista das políticas públicas do estado, que os elementos discursivos procuravam se direcionar.

Povo dos bairros de Natal:
Rocas, Guarita e Alecrim,
Quintas, Tirol, Lagoa Seca,
todo natalense enfim,
Ele se apresentará
com um programa inteiramente novo.
Este homem é Aluizio Alves,

[86] TREM DA ESPERANÇA. Idem.

> o maior candidato do povo.
> O nosso Estado há muito apela
> para este gênio benfeitor.
> Aluizio, maior sentinela,
> capacidade, grande lutador.
> Na certa estarás votando,
> contribuindo para o dia da vitória.
> Com Aluizio com sucesso e glória.[88]

Os comícios também eram efetivados principalmente nas regiões suburbanas da cidade, onde se localizavam o maior número de eleitores da capital do estado do Rio Grande do Norte e que mais se inclinavam a votar no grupo aluizista, haja vista sua construção discursiva ser direcionada para estes.

Nas eleições municipais de 1965, na Cidade do Natal, os recursos propagandísticos também foram largamente utilizados. Porém, era a figura "mítica", carismática e popular de Aluízio Alves que centrou o processo eleitoral da contenda. Sua posição central estava presente desde a escolha do candidato do grupo, seu próprio irmão Agnelo Alves.

Interessante notar é que a inserção de Agnelo Alves junto ao eleitorado, ao contrário de Aluízio Alves, era insignificante. Necessitando, portanto, de um esforço de construção da imagem do então candidato a prefeito do grupo aluizista. Tal construção se iniciou com a colocação de Agnelo Alves à frente da Fundação de Habitação Popular, órgão inteiramente ligado às demandas das camadas populares.

Porém, é na articulação, na sobreposição com os símbolos aluizistas que se fundará a imagem de Agnelo Alves. Estratégia que se saiu vitoriosa, haja vista sua eleição para prefeito em outubro de 1965. Mas, alcançada a vitória com base nos comícios e no capital político de Aluízio Alves, as preocupações com a construção da imagem ainda continua, como bem denotam as preocupações com as inaugurações das obras as mais diversas.

Tais questões proporcionaram a construção de percepções diferenciadas em relação a Agnelo Alves. Em junho de 1965, "A Ordem" denotava a dificuldade que se inseria na eleição do então candidato.

> Nos últimos meses tem sido grande o esforço do situacionismo para fortalecer a candidatura do

[87] ALUÍZIO VAI GANHAR. Ibid.

> jornalista Agnelo Alves nos meios populares. Se por um lado algum resultado positivo tenha sido alcançado por outro o governo enfrenta as reinvidicações partidárias na Cruzada [da Esperança], que não podem ser desprezadas. Mesmo vencido este problema político, o Sr. Agnelo Alves não estaria em ótimas condições, vez que sua penetração nas camadas humildes não tem consolidação nem raízes anteriores[89].

O mesmo periódico, em agosto de 1967, trazia um soneto em homenagem ao mesmo Agnelo Alves, composto por Milton Siqueira, com uma imagem, excessos a parte, completamente diferente da esboçada em 1965, de junto, próximo, amigo do povo.

> Entre os bons ele ostenta a coroa da glória,
> A luz da inteligência, as rosas da bondade,
> Resplandece imortal nas páginas da história,
> No coração do povo em constante amizade.
>
> Ele venceu na vida em franca mocidade,
> Pelo amor conquistado aos lauréis da vitória,
> Dos inimigos vís desprezando a maldade,
> Pairando muito além desta maldita escória.
>
> Um justo que jamais ao poço engana,
> Ele vive no afeto aurifulgente e nobre,
> Da estirpe potiguar pelna [*sic*] da galhardia
>
> Sua porta jamais se fechou ao mendigo,
> Jamais a sua mão recusou a do pobre,
> E de todo ele é um governante amigo.[90]

Nessa lógica política e eleitoral, de construção de imagens articuladas com as camadas populares, é preciso levar em conta também o papel que os comícios e passeatas representavam para os grupos menos favorecidos. Era o momento de maior aproximação do candidato com seus eleitores – e essa estratégia vai continuar mesmo após as eleições, com as inaugurações das obras – momento não só político, mas também lúdico, de

[88] MARCHA DO POVO. Ibid.

lazer para a população. E a classe política compreendia bem esse papel, como denota a coluna "Natal Sem Segredos", de Guilherme Delgado, que em junho de 1965, trazia por título "Multidão Embriagada":

> Há poucos dias estivemos observando um comício político num dos subúrbios de nossa capital. Como é natural nesta campanha, constatamos o entusiasmo, o delírio, o excesso apossando-se em intensidade variável da multidão que ali se postava.
>
> Mas sobremodo nos aguçou a atenção, uma espécie de departamento de propagação do álcool que funcionava próximo em viaturas dos correligionários e promotores daquela manifestação. Os carros encontravam-se estacionados um pouco distantes do aglomerado humano, como que se escondendo, no anonimato da noite.
>
> Para este recanto do vício, onde saciavam seus instintos e desta forma contribuíam para meta publicitária de "aumento do entusiasmo".
>
> O que é lamentável em tudo isto é a insensibilidade dos responsáveis pela contenda política em nosso Estado. Teimam eles em não enxergar o perigo que representa multidão fanatizada e ainda por cima embriagada moral e fisicamente.
>
> Os que julgam gritos, delírios incontrolado, agressividade e irracionalismo tão comuns nestes ajuntamentos, como meio de impressionar e persuadir, podem inclusive ser tragados por um destes movimentos criminosos da multidão.[91]

Visando convencer os eleitores, o grupo político de Aluízio Alves construía a representação de um mundo, dentro daquele contexto, possível e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível. A estrutura dessa argumentação apresentava a vertente de que "o mundo atual está ruim, mas ficará bom", numa típica argumentação da oposição e a segunda da situação. Tratava-se, assim, de uma argumentação de natureza discursiva, ficcional.

O discurso com essa estrutura se constituía na retórica da

[89] SUCESSÃO MUNICIPAL tende a consolidar-se embora interesses políticos dividam sistemas partidários. A Ordem, Natal, 5 de junho de 1965.

[90] SIQUEIRA, Milton. A Ordem, Natal 5 de Agosto de 1967.

persuasão eleitoral, que nada mais era do que o argumento da campanha do grupo aluizista. Era aí que se processava seu argumento de campanha, isto é, a sua retórica, elemento importante para compreensão não só da sua vitória ao governo do estado do Rio Grande do Norte, mas também, pelo capital simbólico que foi agregado ao seu nome, transformando-o em um verdadeiro mito.

Por outro lado, outro componente que salta aos olhos nessa cultura política da administração pública se refere a um novo paradigma, que também apresenta relações com a prática populista no Rio Grande do Norte: o americanismo.

Naqueles anos 1960 de Guerra Fria, a aproximação entre Estados Unidos da América e Brasil se fazia sentir pela concretização da Aliança para o Progresso, cuja atuação se fez com maior força a partir de recursos financeiros destinados à região nordeste do Brasil e em especial ao estado do Rio Grande do Norte. Essa aliança estabelecida resultou na construção da Praça Kennedy, como elemento simbólico de agradecimento e reverência ao presidente que implementou o projeto e que resultou em recursos financeiros para o estado.

O "imperialismo sedutor"[92], em que o governo estadunidense utilizava-se da área da política cultural, como o cinema, para promover uma maior identificação de outros países com o americanismo, também se fez sentir no âmbito das práticas políticas. Ora, não adotou Aluízio Alves de recursos propagandísticos contratando uma empresa de publicidade para assegurar sua imagem política de representante da esperança, fazendo com que seu discurso fosse mais facilmente consumido pelas camadas populares?

Esses recursos à propaganda e à imagem política fora pela primeira vez potencializada durante a eleição do Presidente estadunidense John Kennedy, explorando as cadeias televisivas. Aluízio Alves constituía para si uma nova prática política eleitoral, em que ambientava uma identificação com as camadas populares e o jeito americano de se promover a imagem política, utilizando-se além de discursos que emocionavam e empolgavam os eleitores, recursos propagandísticos e de identificação popular.

Porém, o americanismo, a Aliança para o Progresso, também se fazia sentir em termos de recursos financeiros para o Estado que se transfiguravam em iniciativas de melhorias urbanas na capital, como a projeção e construção de um novo bairro para a cidade: a cidade da esperança.

[91] DELGADO, Guilherme. Multidão embriagada. A Ordem, Natal, 21 de junho de 1965. Natal Sem Segredos.

Portanto, pretendemos que as iniciativas de legitimação e integração dos novos territórios na Cidade do Natal, bem como a do próprio

[92] TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

como também o rápido crescimento populacional urbano e mais especificamente de Natal tinha demandado essa nova realidade histórica. Nesse sentido, o populismo conseguiu se implantar no RN no momento de crise da política oligárquica coronelista estadual em meio às aspirações das camadas populares. Seria assim, que Aluízio Alves surgiria como figura populista norte-rio-grandense capaz de mobilizar grande parte da população estadual.

> Aluízio Alves representou a figura de um líder populista, na medida em que, nas eleições de 1960, tornou-se porta-voz desses setores populares emergentes. Sua candidatura ao Governo do Rio Grande do Norte conseguiu obter um número significativo de adesões. Conseguiu o apoio dos sindicatos rurais, do movimento nacionalista, de Djalma Maranhão (liderança nacionalista de grande expressão na capital) e até dos comunistas, que atuavam na ilegalidade[96].

Contudo, o conceito de populismo apresenta algumas variações interpretativas, dependendo do objeto de análise que se liga à análise política. Assim, por exemplo, Lúcio Kowarick[97], ao estudar o espaço urbano em São Paulo com suas intersecções com o campo político, aponta que devido às práticas populistas imperantes no período pré-1964, as massas populares que se aglomeravam nos centros urbanos não podiam ser marginalizadas do jogo político.

As demandas das classes populares acerca das carências de infra-estrutura urbana faziam da cidade um espaço privilegiado para ação política e de ideologia[98]. Assim, os movimentos populares se viram permeados pelas benesses prometidas ou propiciadas pelo estado. Contudo, o autor salienta a necessidade de não perceber o populismo apenas com características de manipulação política, em que as camadas populares se colocavam como mera massa de manobra, elemento passivo na sustentação do regime e dos dirigentes da época. Aponta para uma paulatina conquista de autonomia frente às práticas cooptativas que permeavam o estilo de dominação populista, para o surgimento dos movimentos sociais urbanos.

---

[93] PEREIRA, H. A. A. R. O Homem da Esperança: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960 – 1966). Recife, 1996. 156 p. Tese (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

[94] O mais importante teórico acerca de estudos sobre o populismo é Francisco Weffort. Veja o clássico: WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Cidade, ação política e crescimento da população urbana são vistos no pré-1964 numa perspectiva de um pacto populista de classes. Uma relação baseada numa política clientelista de troca, na barganha entre obtenção de melhorias para os bairros e comunidades estabelecidas e o apoio eleitoral, sem que fosse colocada em questão a ordem política, social e econômica que diferenciava as condições de vida das distintas classes sociais e dos lugares que habitavam. Apesar de social e economicamente excluídas e politicamente subalternizadas, as camadas populares constituíram através do voto uma das bases de legitimação das formas de dominação então vigentes.

Porém, como nos aponta os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira[99], o conceito de populismo traz consigo uma carga semântica que acaba por não privilegiar uma abordagem mais consistente do ponto de vista da historiografia atual. Ora, se tomamos nesse período da história política brasileira apresentando como características principais a atuação de um Estado repressivo e excludente, que a partir de suas ações moldam as mentes e os comportamentos das camadas populares, não há margem para se compreender as ações políticas na década de 1960 em Natal no sentido de configurar e legitimar os espaços da urbanidade como relações da municipalidade enquanto práticas sobre o território.

A análise desse período leva em conta a dimensão cultural, privilegiando sim a ação do Estado no sentido de controlar a cidade, mas também vislumbrando que tais ações se inserem enquanto elementos de negociação e apropriação. Procuramos, nesse sentido, vincular análises das ações da municipalidade no sentido de se fazer presente nos espaços suburbanos como formas simbólicas do poder do estado tomar posse legítima do seu domínio, compreendendo as ações da municipalidade num sentido simbólico, enquanto práticas de produção do território; elementos estratégicos construídos a partir de relações de força que buscavam legitimar não apenas a integração dos novos espaços à urbanidade, mas também seu próprio poder sobre estes.

3.3 OUTRAS PRODUÇÕES URBANAS: ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

Os discursos jornalísticos empreendidos pela imprensa escrita na Cidade do Natal na década de 1960 possuem alguns elementos narrativos,

[95] Id. p. 27.

temáticas abordadas bastante recorrentes. O periódico "A Ordem", por exemplo, possui aí uma perspectiva que se liga principalmente a algumas questões centrais: das temáticas e atuação da Igreja Católica; de alguns principais acontecimentos no âmbito mundial; dos fatos políticos e esportivos do estado; e dos problemas da cidade, numa linha de crítica ao poder público entrelaçada numa escrita irônica e jocosa. Pode-se dizer que esta é em grande parte os elementos de preocupação para a elaboração do periódico.

Claro, por vezes, as inscrições narrativas apresentam algumas variantes. É assim que em fevereiro de 1966, "A Ordem", ao noticiar um problema da cidade, lança-se a reflexão num nível sociológico:

> Cada família tem a casa que pode ter. Umas têm casa bonita, grande. Ajardinada e alcatifada. Às vezes com piscina ou campo de esporte no quintal, mas sempre com um carro na porta. Outras têm uma casa menos bonita que a primeira e menor também. Nessas nem sempre tem carro na porta. Seus moradores se conformam em ir a esquina pegar o ônibus e ir ao emprego ou para a cidade fazer compras. Quando é dia de festa tem o telefone do vizinho, ou o seu mesmo, pra quebrar o galho. E chamar um táxi.
>
> Porém, existem outras famílias. As casas dessas são feias e sujas. Com remendos e sem reboco. Perto da lama e do mar, onde mais próximo o pai tira o sustento para seus filhos. Entretanto, ainda existem outras famílias. Estas não têm casas bonitas, nem mais ou menos, nem feias. Vivem ao léu, procurando uma árvore que lhes dê sombra, uma marquise que lhes dê abrigo contra chuva, ou um vagão de estrada de ferro encostado que lhes cubra do sol e da chuva. E da noite e do dia[100].

Casos de problemas relacionados à habitação, que se dão *pari passo* ao crescimento populacional da cidade, ocupam várias manchetes dos periódicos natalenses. E "A Ordem", com sua perspectiva cristã e humana, tende sempre a noticiá-los clamando para sua resolução por parte

---

[96] PEREIRA, Henrique A. A. R. Op. Cit. p. 16.

[97] KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[98] Ideologia aqui compreendida pelo autor como um termo negativo, falseador da realidade.

do poder público, atentando para o bem das pessoas afligidas.

As falas sobre a ausência de residências, de falta de moradias, são sempre acompanhadas, interligadas à compreensão de que esta produz inevitavelmente a prática da mendicância; bem como, de que também está relacionada com a problemática do êxodo rural, algo colocado como sendo "conseqüências naturais do nosso subdesenvolvimento"[101]. Dessa equação, resultaria a ascendência com que a mendicância crescia, cujas estatísticas apontavam que em Natal, no ano de 1965, cerca de seis mil pessoas dependiam única e exclusivamente, direta ou indiretamente, da caridade pública para sua sobrevivência[102].

Para mostrar aos leitores a que nível chegava tal problema, "A Ordem" esforçava-se por trazer matérias sobre casos isolados, sobre pessoas, famílias que sofriam com a falta de moradia, para, a partir de então, tecer considerações gerais, generalizar e reivindicar melhorias por parte do poder público.

Casos como as das mães de família desamparadas que tiveram suas vidas retratadas durante o contexto de quinze dias até o dia das mães do ano de 1967. Caso exemplar, pois a partir de uma cena cotidiana, num drama pessoal, denota os elementos que dão contornos ao problema da habitação em Natal. "A Ordem" vai até uma delas, Maria Terezinha dos Santos, no dia 29 de abril de 1967, para que conte sua história, para se deixar saber pelos leitores natalenses.

> Sou natural de Acari, tenho dois filhos, Rogério Eduardo de três anos e Robério de três meses. O pai de meus filhos, funcionário de um banco, foi para Recife, deixando-me só com duas crianças e sem nenhum meio de vida.
>
> Continuei em Acari na casa de meus pais. A situação começou a piorar dia a dia. Meu pai cego não pode mais trabalhar [...] mas nem por isso se aposentou. Ficou encostado com seus vencimentos atrasando até em seis meses. Analfabeto não procurou seus direitos.

[99] Para o debate e crítica acerca dos usos do conceito de populismo na análise da política brasileira a partir da década de 1930 ver, por exemplo: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[100] VELHO TREM da central é casa nova para Adelson. A Ordem, Natal, 19 de Fevereiro de 1966.

Na semana passada viajei para Natal para procurar emprego e abrigo. Aqui chegando aconteceu o contrário. Nem arranjei trabalho para criar meus dois filhos e nenhum casebre.

Me encontrei com Emília, minha velha amiga, que esta na mesma situação. Possui uma filha de poucos meses, Ivanice que se encontra adoentada. Armamos estas duas redes para os meninos debaixo desta árvore. Pedimos esmolas e vamos levando a vida até

[101] DELGADO, Guilherme. Mendicância. A Ordem, Natal Sem Segredos, Natal, 7 de Agosto de 1960.

[102] Id.

Assim
nprego e sem
abrigo – as du
o de um pé de
sapoti, na Ru
seus poucos
pertences: um
de leite, uma
caixa, duas re
a do corpo[104].
Para sobrevive
nte o dia uma
trata das criar

Algu
ente as mães
desabrigadas
os, com uma
cena ainda n
na cidade, a
situação tornou-se calamitosa e desesperadora para as mães, que não puderam mais se estabelecer embaixo da então árvore moradia. Por sorte, encontraram uma carcaça abandonada de um automóvel onde novamente destabaixo das asas dos tanques para sensibilizar a sociedade, como também para criticar a condição urbana existente na cidade.

Imagem 16: Sem teto. Sem trabalho e sem moradia, vários imigrantes aderem à prática da mendicância para sobreviverem. À noite, arranjavam-se em frente ao mercado da Cidade Alta, nos batentes das lojas para dormirem. A Ordem" conseguiram um abrigo para os dias de tempo ruim.

Fonte: *A Ordem*. Natal, 29 de abril de 1967.

O destino das mães era semelhante ao daqueles que à noite, em frente ao então mercado da Cidade Alta, quando as lojas fechavam e o trânsito de ve
vam a chegar, muitos dos q
batentes das lojas fronteiriç
.

Assi
ncia e da falta de habitação s
cos da década de 1960 na ci

3.3.1 A Cidad

A retr
blemas como da crise da ha
dos periódicos da cidade. I
nusitado dos acontecimento
das. Imagens exóticas e culn
esentações da cidade, como
êxodo rural.

Porém
populacional intenso da cidade, também se liga à especulação imobiliária, à valorização dos espaços de moradia, bem como às soluções encontradas pelo estado no sentido de dar conta do problema.

Imagem 17: Moradia debaixo de uma árvore. Com o crescimento populacional, a moradia vem como uma das questões a serem enfrentadas no grave problema de déficit habitacional.

Fonte: MÃES de Família desamparadas vivem debaixo de uma árvore. Fonte: *A Ordem*. 29 de abril de 1967.

E a, que se
soube atra de 1966.
Dividindo no qual a
cidade se e Família.
Em virtude edida, seu
Adelson, e mpelido a
mudar, em vagão de
trem inutil

O inusitado
de tal fat a. Assim,
destacava , segundo
depoimen olução de
moradia e ndo passar
a chuva, n delson. Os
trabalhos feitos com
material velho, para a surpresa da mídia que comemorava a criatividade dos moradores: bicas e fornas de flandres, que fazem parte também da ornamentação interior do vagão. Também, nessa ornamentação, além de duas cadeiras de palhinha, um guarda louça e uma cama, existe lugar para duas redes, onde se acomodam os dois filhos do casal"[108].

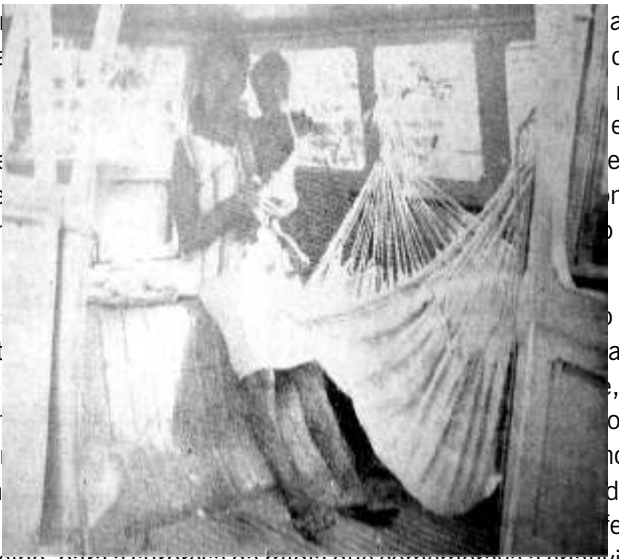

Imagem 18: Kombi-moradia. O problema da falta de habitação na Cidade do Natal é retratado por jornais como "A Ordem", a partir de dramas pessoais, como destas mães imigrantes sem teto para passar o dia das mães.
Fonte: SERÁ que amanhã é o dia de todas as mães? *A Ordem*. 08 de maio de 1967).

Jornais como "A Ordem" procuravam ir além da descrição do inusitado. Em meio às falas de surpresa que tratavam do exótico que permeava em tal acontecimento, sobressaía também uma espécie de espanto em relação ao "vagão-casa". Indagava-se a título de reflexão, por parte dos leitores, se "não seria bom também, se reivindicar uma casa popular para a família de seu Adelson Araújo?"[109].

De fato, a construção de habitações populares por parte do poder público era uma questão central nas preocupações políticas na década de 1960. Na cultura política construída nesse período, a efetivação de moradias para o público de baixa renda estava destinada tanto a resolver as demandas da sociedade, quanto aos interesses da especulação imobiliária e à própria prática política.

Dentre as políticas públicas que atuaram no sentido da efetivação de habitação popular no estado do Rio Grande do Norte, na década de

[103] MÃES DE FAMÍLIA desamparadas vivem debaixo de uma árvore. *A Ordem*, Natal, 29 de abril de 1967.

[104] Id..

1960, a construção do conjunto habitacional da Cidade da Esperança, em Natal, foi aquela que mais chamou a atenção. Não apenas pelo emprego de recursos para sua aplicação, mas também por se constituir enquanto umas das principais plataformas de campanha do grupo político articulado em torno da figura de Aluízio Alves. Tal conjunto era uma espécie de carro-chefe dos feitos do governo, uma vez que seria através de sua efetivação, numa espécie de síntese, que o governo corresponderia à vinculação pretendida com as camadas populares, "a gentinha", atendendo as reivindicações por moradia. Assim, não era à toa que o nome atribuído ao conjunto fosse justamente Cidade da Esperança[110], termo chave das campanhas eleitorais de 1960 e de 1966 e que adjetivava o referido grupo político.

Era uma questão estratégica que um dos carros-chefe do programa de governo do então governador Aluízio Alves fosse a construção de um conjunto habitacional, coordenado pela Fundação de Habitação Popular, que tinha à frente até o ano de 1965, o futuro prefeito da Cidade do Natal, Agnelo Alves, que ocupava um lugar central, pois possibilitava uma aproximação e identificação com os anseios das camadas populares. E o conjunto habitacional fora logo arregimentado como elemento simbólico para encarnar as aspirações de futuro dos populares, numa junção com a própria propaganda política eleitoral estabelecida. Assim, o nome do conjunto fora batizado como "Cidade da Esperança".

E é com essa perspectiva de futuro que, nas vésperas do Natal de 1964, o poder público faz saber, através dos periódicos, numa manchete publicitária, a boa nova que estava por vir àqueles que ainda não possuíam a sonhada casa própria.

> Se você ainda mora em casa alugada, está convidado a passar o Natal do próximo ano em sua casa própria. É natural que você pergunte como e onde: e nós lhe respondemos: em 1965 já estarão prontas centenas e centenas de casas populares que a FUNDAÇÃO DE HABITAÇAO POPULAR está construindo, sob a direção de Agnelo Alves, na Cidade da Esperança. Por sua casa própria, você pagará apenas 20% do salário mínimo vigente na capital, e assim mesmo somente depois de receber as chaves[111].

Mas naquele ano de 1964, os trabalhos de efetivação das casas no

[105] SERÁ que amanhã é o dia de todas as mães? A Ordem, Natal 08 de Maio de 1967.

conjunto popular da Cidade da Esperança ainda estavam começando e apenas as casas protótipos encontravam-se em processo de finalização. Com fomento da SUDENE e da USAID, além do próprio Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Cidade da Esperança, enquanto parte das obras do núcleo de Natal da FUNDHAP, tinha um plano de aplicação a ser desenvolvida em três partes, como salientava o então diretor da entidade aos periódicos.

A construção da primeira super quadra contaria um total de quinhentas e setenta e seis casas, com recursos já então assegurados pela USAID, programa da "Aliança Para o Progresso" e a SUDENE; a segunda super quadra, contando com um total de cem casas seria destinada aos servidores públicos, num financiamento com o então instituto de previdência; e a terceira parte, com recursos ainda, neste momento, não assegurados, agregaria um montante de mil trezentas e setenta casas, planejadas para serem entregues no final do mandato do então governador Aluízio Alves.

A FUNDAHP fora criada então para tentar resolver um dos grandes problemas que afetavam a Cidade do Natal, a questão da moradia, que se acentuava no ritmo do aumento populacional. Se o ritmo de construções se ampliava, a demanda por residências tornava os aluguéis altos, chegando a comprometer a metade de um salário mínimo para as mais modestas.

[106] VELHO TREM...Op. Cit.

[107] Id.

[108] Id.

[109] Ibid.

[110] Para uma visão geral dos conjuntos habitacionais constituídos em Natal no período pós Segunda Guerra Mundial, ver: MEDEIROS, Sara Raquel Q. de. A casa própria: sonho ou realidade? Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2007.

[111] O GOVERNO Aluízio Alves constrói em Natal casas para o Natal. A Ordem. 12 de Dezembro de 1964.

> Em Natal só o número de casas de taipa, barracos, barracões etc... sem as mínimas condições chega a 31%, favorecendo a promiscuidade, a delinqüência, a propaganda das doenças. Acrescente-se a estes 31% mais 20% de casas construídas total ou parcialmente em alvenaria, mas sem as condições mínimas, e ter-se-à o índice impressionante de 51% como "défict" habitacional em nossa cidade. Segundo o levantamento de 1963 somente casas de taipa há em Natal quase 11 mil.

De novembro de 1964, data da colocação da pedra fundamental que marcava o início das obras, até fins de janeiro de 1966, data da primeira de uma série de inaugurações do conjunto habitacional popular, a Cidade da Esperança tornou-se além da principal agenda de governo, um espaço de referência para aqueles que sonhavam com a casa própria. Seu Adelson Araújo fora então aconselhado a se cadastrar junto ao programa, como fizeram mais de seis mil famílias.

De fato, a efetivação da Cidade da Esperança se constitui como um marco para a cidade, uma vez que se origina aí uma política oficial, formal do estado em termos de ocupação dos espaços suburbanos de Natal. A inauguração em janeiro de 1966 trazia a construção de quinhentas casas, uma capela, um mercado e redes de água e luz, ou seja, um espaço planejado e efetivado pelo estado, já possuidor de uma estrutura urbana mínima. Em julho do mesmo ano, esta primeira parte do conjunto habitacional também era atendida pela construção de um grupo escolar com curso primário completo e de um Posto de Saúde, comportando um gabinete médico e dentário.

Só nessa primeira etapa, pretendia-se deslocar para a Cidade da Esperança cerca de três mil e quinhentas pessoas, que teoricamente deixariam as residências que não as pertenciam, sejam alugadas ou cedidas, para morarem em casa própria. Habitações de dois tipos: as famílias com mais de sete filhos ocupavam casas do tipo A, com dois quartos, e as famílias com número inferior a sete ocupavam casas do tipo B, que dispunham apenas de um quarto.

A ação da FUNDAHP no sentido da construção de casas populares

era encara sso com o
desenvolv enas por si
mesmas, p nha. Mas,
fundamen cumpria a
função de equentes.

S onteiras e
estradas d das casas
populares da cidade,
inclusive p do poder
municipal

de. A olhos
se. Existem
que podem
endo isto,
nos locais
dem-se as
percorrer, e
pital.

se faz que
onde nossa
strução das
o de outras
estão a visto
utomóveis e
e[112].

O conseguiu,
mesmo qu e alvenaria
ou se co e não foi
retratado pelos periódicos da época. Mas histórias de vida como a de sua
fam ram em Areia Preta.

Imagem 19: Anúncio Publicitário da Fundação de Habitação Popular (FUNDAHP). A construção de casas populares se constituiu como elemento estratégico do discurso do grupo político da chamada "Cruzada da Esperança", procurando promover a identificação com as camadas populares.
Fonte: O governo Aluízio Alves constrói casas para o povo. Diário de Natal, 1960.

Questões que tinham relações não apenas por demandas habitacionais por parte das camadas populares, mas também das próprias relações políticas e econômicas do estado e da especulação imobiliária. Afinal, áreas residenciais como a Cidade da Esperança, construídas a partir do financiamento público, em locais distantes das zonas já urbanizadas, em terrenos desocupados, contribuíam, além de aumentar as fronteiras urbanas da cidade, para torná-los disponíveis ao mercado imobiliários.

Acompanhando a inserção da infra-estrutura urbana nos conjuntos habitacionais, como os de abastecimento de energia elétrica e de água e esgotos, promove-se também a valorização, em termos econômicos, dos

terrenos, conciliando de certa forma os interesses da especulação imobiliária.

Assim, somos levados a crer que, mesmo se seu Adelson não estivesse satisfeito com o seu "vagão moradia" e desejasse se mudar para a distante Cidade da Esperança, que se colocava para além da zona suburbana, onde as ruas que a ligavam ao centro da cidade estavam ainda sendo abertas, teria dificuldades financeiras de assim proceder, do mesmo porte que o fizeram sair de sua antiga casa alugada e procurar abrigo no exótico, mas econômico vagão.

3.3.2 As Frentes de Trabalho: Construções da Cidade Informal

Porém, não é apenas pela iniciativa do Estado, a partir da construção de conjuntos habitacionais populares, por exemplo, que se desenvolve a produção da cidade aí. Muito pelo contrário. É através de ações informais, de ocupações irregulares, como no caso de Brasília Teimosa, que Natal vai se ampliando, crescendo. É a partir de construções informais, do ponto de vista da legislação urbana, que vai se configurando o espaço da cidade do Natal.

Mas, não tão informais assim. O que dizer das ações da municipalidade de se fazer presente nesses espaços, a partir da instituição de melhorias urbanas, de inaugurações de obras, demarcando seu poder, mesmo que e principalmente simbolicamente, num processo de reconhecimento mútuo? O que dizer das iniciativas do poder público em incentivar e até mesmo subsidiar as camadas populares a ocupar os espaços menos valorizados da cidade, sem garantias legais, ou seja, irregularmente? A não ser pelos donos de lotes particulares ocupados, não há vozes em contrário a esse tipo de ocupação.

Fixações irregulares, mas que encontram grande apelo e fomento também da própria sociedade civil. As Frentes de Trabalho constituídas a partir do ano de 1965 são um elemento emblemático para se compreender esse processo de produção informal. Sob a organização da Igreja Católica, apoiada pela municipalidade, as Frentes de Trabalho tinham por função atender duas necessidades prioritariamente: dar ocupação aos moradores desempregados dos bairros carentes da cidade, fazendo-os atuar efetivando melhoramentos urbanos na sua comunidade.

Os moradores entravam com a mão-de-obra; a Igreja Católica organizava os trabalhos e promovia campanhas de doações desde alimentos até materiais de construção a serem utilizados nas Frentes de Trabalho; e a administração municipal ajudava doando algumas verbas para o pagamento de pessoal e despesas, além de alimentos, advindos do programa "Aliança para o Progresso" e, quando possível, quando a colaboração não atrasava outras obras da prefeitura, enviava materiais, como caminhões e caçambas para ajudar nas obras.

Inicialmente, a intenção das Frentes era atuar nos bairros pobres da cidade – perspectiva que se mostrou incipiente, com atuação em apenas pequenos focos, como nos trabalhos de melhorias em residências

[112] CIDADE DA ESPERANÇA será inaugurada ao fim de janeiro. A Ordem, Natal, 08 de janeiro de 1966.

efetivados [illegible] de todo
fracassada [illegible] lidação de
uma das n[illegible]e, o bairro
de Mãe Lu[illegible]estinada a
dar residê[illegible]dições de
garantir ur[illegible]

Fo[illegible]ias: dando
ocupação [illegible]rcionando
uma persp[illegible]

O [illegible]regular de
ocupação [illegible] os limites de dunas de Mãe Luiza e as
comunidades [illegible]. Construindo acessos, ligando o morro à cidade, efetivando memórias nas
habitações já construídas, abrindo ruas na própria comunidade,
demarcando lotes e levantando novas casas para as famílias que cada vez
mais procuravam a cidade em busca de uma perspectiva de futuro.

Imagem 20: Vista aérea da Cidade da Esperança em 1967. Pela imagem é possível perceber a expansão urbana ligada ao Poder Público, pretendia-se entregar para a cidade.
Foto: José Emerciano Galvão Ponte. Acervo da SEMURB.

Ja[illegible]eno vapor,
naquele q[illegible]divulgada,
promovida[illegible] Católica,
encarrega[illegible]ngariando
novos pat[illegible]esmo ano,
já se desc[illegible]eia do teor
descritivo

Imagem 21: Casas populares da FUNDAHP, construídas na Cidade da Esperança. Durante todo o ano de 1966, a construção da Cidade da Esperança é noticiada por "A Ordem", denotando a nova condição de perspectiva de futuro que a Cidade do Natal assumia.
Fonte: FUNDAHP entrega novas unidades. *A Ordem*, Natal. 13 de agosto de 1966.

> Quem sobe o morro atrás da Cirôlandia hoje vê uma cena muito diferente daquilo que se esperava: caminhões passando, fazendo o chão estremecer, carregados de barro; mulheres atravessando as ruas com panelas, peneiras, latas de água e outros artigos de cozinha. Homens descarregando os caminhões, levantando nuvens de poeira; outros carregando pedras pesadas para os inícios de uma construção[113].

Construções que apesar do ritmo aparentemente acelerado, como fazia crer as matérias do periódico, careciam dos donativos de particulares, de empresas. E além de incentivar o espírito de solidariedade destes, "A Ordem" também tinha de desfazer certa imagem de Mãe Luiza – favela, local de vagabundos e marginais – para angariar fundos para as ações das Frentes.

Assim, as matérias também davam conta de mostrar os esforços dos moradores, trabalhando de sol a sol incansavelmente, construindo não apenas suas casas, mas também trazendo melhorias em comum para

todos, com construções como centros comunitários e grupos escolares.

> Na frente de trabalho mas de cem homens lutam para trazer progresso para seu próprio bairro. O número de trabalhadores varia de dia em dia, porque o que recebem não é um salário que faça concorrência com os da indústria e comércios locais. Assim, quem descobre trabalho "cai fora", voltando quando desempregado. E isto está como foi planejado, porque a Frente não é propriamente um emprego, mas sim uma maneira de matar dois coelhos com uma carga só: dando trabalho para quem não o tem e executando um programa de melhoramento da comunidade.
>
> Não são somente o pai de família que se engajam neste trabalho – todos os dias os trabalhadores tomam uma refeição quente, no grupo escolar de Mãe Luíza. Quem prepara o lanche são as esposas dos trabalhadores, usando os gêneros doados [...]. por causa das peculiaridades do feijão, que passou muito tempo armazenado, o processo implica umas cinco horas de ferver, nos fogareiros trazidos de casa e num fogão trazido pela paróquia Sta. Teresinha. Quem já preparou uma refeição para cem homens nesta condição sabe que não é sopa...[114]

A visão de vagabundagem que permeava o bairro de Mãe Luiza, para o sucesso das iniciativas das Frentes, a partir dos donativos, precisa ser substituída em parte por trabalhadores que não encontravam oportunidades, mas que eram dispostos às iniciativas do bem comum. O morro tinha então, a partir da iniciativa dos seus moradores, uma lição a dar à "cidade".

> Ouve-se muitas vezes que a frase que "o povo não quer trabalhar" – frequentemente dita pensando particularmente no povo dos bairros mais humildes.
>
> O projeto das "Frentes de Trabalho" [...] é uma indicação das mais claras possíveis de que o povo quer mesmo trabalhar, uma vez dada a oportunidade.
>
> O trabalho na Frente não é bem remunerado em comparação com outros trabalhos, mas sim na satisfação de lutar pelo progresso da comunidade e fazer disto o sustento da família. E o povo quer esta satisfação – os trabalhadores a querem, as colaborações a querem também.
>
> É por isso que a canção diz "quando derem vez ao morro toda cidade vai cantar"[115].
>
> Apesar das dificuldades que contra que lutam, estes homens não são revoltados, nem desesperados, nem amargurados. São gente trabalhadora – têm que ser trabalhando nove horas debaixo do sol, com pá e picareta; são gente optimista [...] tão boa que quando as ferramentas custavam a chegar trabalhavam com as próprias mãos[116].

Trabalhadores é como comumente são tratados os moradores que se engajavam nas Frentes. Porém, na tarefa de clamar pela solidariedade e

[113] O MORRO JÁ TEM VEZ. A Ordem, Natal, 22 de janeiro de 1966.

compaixão dos natalenses, o periódico não se renega também a referir-se como favelados e a descrever suas condições sub-humanas, como posto no Manifesto aos Homens de Responsabilidade, destinado aos leitores no mês de fevereiro de 1966, que clamava pela ajuda.

> Nas favelas existentes [...] em Mãe Luíza [...] sobrevivem em condições sub-humanas, cerca de 14.000 pessoas.
>
> Ali o que se vê é a fome, a mortalidade infantil, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a falta d água e saneamento, campo fácil a prostituição e à iniciativa ao crime.
>
> Das 2.500 barracas apenas 100 estão saneadas.

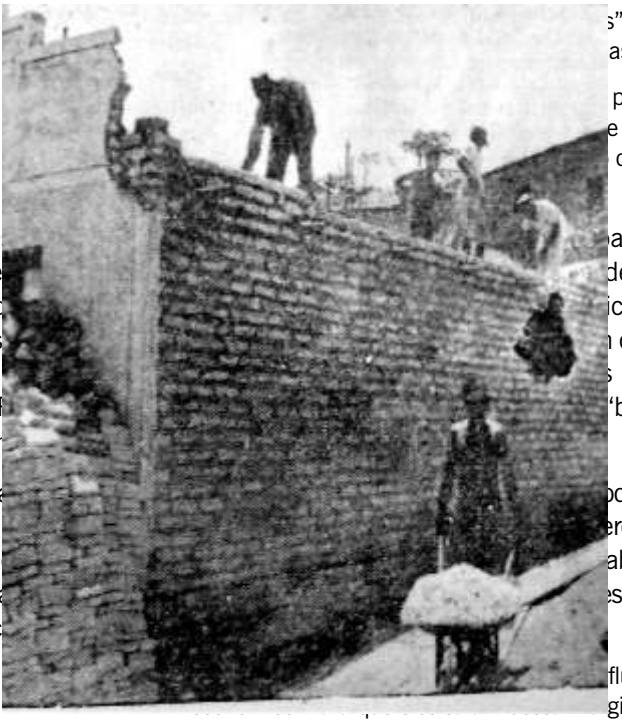

Imagem 22: Atuação das Frentes de Trabalho em Mãe Luíza. A Ordem, a partir de imagens como esta, queria passar a ideia para a sociedade natalense que, nos morros da Mãe Luíza, havia pessoas dispostas ao trabalho.
Fonte: O MORRO já tem vez. *A Ordem*, p. 32, dezembro 1966.

[114] MANIFESTO aos homens de responsabilidade. A Ordem, Natal, Fevereiro de 1966.

> dos habitantes. [...] E mais: permitir que os favelados encontrem meios de subsistência própria e possam realizar sua própria promoção humana [...][119].

E as mudanças efetivadas em Mãe Luiza, divulgadas em "A Ordem", eram motivos de comemorações, acompanhadas de pedidos de ajuda para a continuação do trabalho. Nesse intuito, em maio de 1966, em um portfólio que compunha o periódico, os organizadores dos trabalhos esforçavam-se por mostrar aquilo que já havia sido realizado, bem como as pretensões que se intentava alcançar: quatro centros sociais reparados, melhorados ou construídos – desejava-se concluí-los, além de construir escolas, uma Igreja e um cemitério; levantamento das necessidades nos campos da educação e saúde, além do início de um processo de alfabetização – e a serem instalados centros médicos-dentários, cursos de alfabetização de adultos, de ensino secundário, cursos profissionais e femininos a serem iniciados; seis quilômetros de ruas construídas, mais dois quilômetros beneficiados – e, por fazer, vinte quilômetros de passagens de areia a serem melhoradas; quatro casas construídas – restando a construção de moradias para as cerca de vinte mil pessoas que habitavam o morro; e por fim, não menos importante, prova da "vontade de trabalhar" dos residentes do morro e uma primeira tentativa de empregá-los para o bem da comunidade – pretendendo-se aumentar o trabalho e os bons resultados dos projetos de interesse comunitário e implantar uma indústria artesanal, para possibilitar a auto-suficiência dos moradores[120].

[115] O MORRO JÁ TEM VEZ. Op. Cit.

[116] SOB O SIGNO de Betânia e João XXIII. A Ordem, Natal, 14 de maio de 1966.

[117] Manifesto... Op. Cit.

[118] Ibid.

[119] Id.

Pretensões ambiciosas que não foram de todo concretizadas. Em dezembro de 1966, ao realizar um balanço comemorativo de um ano das atividades da Frente, as construções pareciam ser as mesmas elencadas no mês de maio – quatro casas e ruas construídas, quatro centro sociais reparados[121]... –, inclusive, mantendo-se os mesmos planos a serem traçados e alcançados, dando a impressão de que passada a empolgação inicial, o ritmo dos trabalhos havia diminuído. Duas matérias do mês de setembro [122] e sentido, registrand trabalhos, sendo su apontando contunder s em uma fase de tra

D Frentes de Trabalho c penas uma matéria, n aradas, as Frentes vo mente oito cruzeiros ra urbana mínima pa roblemas como os d

P por parte das Frentes havia se tornado incipiente, a ocupação do morro só aumentava, casas de taipa continuavam sendo construídas. Assim, se por um lado as intenções e o programa das Frentes de Trabalho não foram em grande parte concretizados, por outro, elas foram uma das responsáveis por publicizar o morro de Mãe Luiza como local passível de ocupação, no que se refere à moradia e ao trabalho em si. Nesses termos, podemos apontar que a demanda que as Frentes haviam produzido, não foi possível atender.

Imagem 23: Construção de casas em Mãe Luiza. Mostrando essa disposição ao trabalho por parte dos moradores da comunidade de Mãe Luiza, esperava-se sensibilizar a boa sociedade natalense.
Fonte: O MORRO já tem Vez. A Ordem. 22 de janeiro de 1966

[121] A MENSURAÇÃO do que foi feito. A Ordem, portoria, Natal, 21 de maio de 1966.

As a[illegible]rtunizando a entrada em ce[illegible]ano de 1967, dirigia o entã[illegible]tado estadual Tércio Rebell[illegible] que tivera no padrão de oc[illegible]os materiais, levando certa[illegible]m em termos simbólicos, h[illegible]al local, claro que imagens [illegible]portunidades para os dese[illegible]velados e de ameaça crescente, para os leitores natalenses do jornal "A Ordem".

Imagem 24: Os trabalhadores de Mãe Luiza. Essa imagem foi amplamente utilizada – em três matérias - em todo ano de 1966, quando "A Ordem" informa aos seus leitores acerca das atividades da Frente de Trabalho, [illegible] imagem síntese que o periódico tenta instituir.
Fonte: FRENTE anda pra frente. *A Ordem*. 22 de janeiro de 1966.

3.4 VIVÊNCIAS DOS ESPAÇOS

Na ação do Estado, na construção de casas populares nos limites da cidade, mas principalmente na fixação nos subúrbios e na ocupação irregular de [illegible]iais, a tríade fundamental [illegible]moldou o seu padrão de cres[illegible]

Assin[illegible], em se fazer atuante nos n[illegible]iados, seja na sua ação mat[illegible]uem-se como práticas de [illegible]construindo. Experiências s[illegible]

Apes[illegible]da cidade, o poder público[illegible]al se expande também com[illegible]lia Teimosa e Mãe Luiza, o[illegible]ncentivando o crescimento o[illegible]

Tais elementc[illegible]ansão, deu-se espontaneam[illegible]e procedeu. Porém, não se[illegible]leres públicos com[illegible]. Cais legal, como foi o caso de Mãe Luiza, a ação das Frentes de Trabalho. O fato é que a partir dessas ações, seja a partir da cidade formal ou informal, também vão se instituindo outras formas de produção para além da que estão materializando a ocupação de Mãe Luiza, por exemplo, mas também temos uma produção simbólica, como a questão da inserção da municipalidade nos novos espaços constituídos na cidade, mas que também constroem referências, estabelecem identidades e

Imagem 25: Casas legais, como foi o caso de Mãe Luiza, a ação das Frentes de Trabalho. Betânia era uma das localidades de uma série de comunidades de que dava nome a Mãe Luiza. Imagem utilizada em várias matérias que abordam a questão das Frentes. Quando "A Ordem" trata dos resultados das atividades, é sempre essa imagem que acompanha o texto jornalístico. Ações como estas empreendidas pelas Frentes impulsionavam a expansão informal dos espaços urbanos. Mãe Luiza se colocava como grande área catalisadora da população pobre sem condições de constituir moradia própria.
Fonte: SOBO signo de Betânia e João XXIII. *A Ordem*. 14 de maio de 1966.

diferenças em relação aos espaços urbanos.

[121] FRENTE João XXIII depois de um ano mostra o que fez. *A Ordem*, Natal, 17 de Dezembro de 1966.

[122] FRENTE anda pra frente. *A Ordem*, Natal, 10 de Setembro de 1966.

[123] FRENTE João XXIII volta a atuar. *A Ordem*, Natal, 1º de julho de 1967.

_capítulo 04

AS PROMESSAS DE CIDADE: UMA ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA

4 AS PROMESSAS DE CIDADE: UMA ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA

As promessas costumam falhar,
principalmente onde mais prometem.

William Shakespeare (1590/1613)

Seja almejando um futuro melhor, diferente da experiência do passado e das angústias do presente, seja antevendo os trilhos da continuidade que a experiência do tempo proporcionou a sociedade sempre procura imaginar, antever, dar mesmo as diretrizes para seu futuro. A Cidade do Natal também possui em seu acervo de imagens e de idéias concepções de futuro, neste caso, futuros do passado, que prometiam um tipo de cidade.

Compondo a sociedade, existem alguns locais que praticam e constroem planejamentos, promessas de futuro organizadas, sistematizadas, que são em grande medida, a classe dos políticos, dos intelectuais, dos detentores de saberes específicos, que não raro, assumem mais de uma destas condições.

Estes arregimentam esperanças e utopias de futuro para justificarem ações no cotidiano das cidades. Dão sentidos ao passado, ao mesmo tempo em que elaboram um devir.

Na década de 1960, circulava no Brasil uma utopia que enchia de promessas o futuro da nação. Brasília, capital da esperança, era o símbolo da constituição de um novo tempo para o país, em que se livraria das amarras que o prendia no passado, e trilharia um rumo seguro em direção ao desenvolvimento.

O mito de Brasília se espalhou. A cidade real se multiplicava a partir dos símbolos da sua representação. O que estava em jogo era a articulação das expectativas locais com as utopias que circulavam no plano local. Os ingredientes próprios para se promoverem as práticas futurísticas para a cidade.

A natal da década de 1960 também elaborou suas utopias identitárias, constituiu seus horizontes de expectativa. Contudo, um futuro que possuía suas limitações.

4.1 PENSAMENTOS FUTURISTAS DA CIDADE DO NATAL

"Surge Et Ambula"! Foi a partir desta invocação que Manoel Dantas, intelectual e homem público representativo do período denominado de *Belle Èpoque* natalense, das primeiras décadas do século XX, pôs-se a imaginar e desejar uma "Natal daqui a cinqüenta anos", título de sua palestra proferida em 1909, no Salão de Honra do Palácio do Governo do Rio Grande do Norte. Podemos dizer que é aí que se apresenta, senão a primeira, uma das narrativas inauguradoras das constituições de futuros do passado da Cidade do Natal.

Leitor de Jules Verne, Dantas construiu uma narrativa que consolidava Natal enquanto cidade moderno; que concilia os valores do passado, da modernidade, de civilização e crença no progresso, com o futuro, num exercício mesmo de futurologia, articulando à trama narrativa o entrelaçamento dos tempos.

> Perlustrei o campo vasto da fantasia. Varei o futuro com a sede de um desejo patriótico, vi através da névoa do sonho uma cidade gigante, tal qual a desejaria no exagero do meu amor. A pátria de meus filhos. Tempo é que, de lá da asa deste sonho, volva os olhos ao passado, onde dormem talvez esperanças mortes e ilusões perdidas[124]

Mais do que profecias, Manoel Dantas compôs um modelo de cidade ideal, não apenas em seus atributos físicos, da organização urbanística, mas também em termos das práticas sociais, denotando a fé no progresso científico e tecnológico, que levariam ao aperfeiçoamento da sociedade.

Estabelecem-se relações entre a realidade, denotada pela preocupação com o desmatamento da dunnas e os riscos dos desmoronamentos dos morros soterrarem a cidade; e a ficção, prevendo que a cidade se tornaria cosmopolita, com a inserção de habitantes de várias localidades, e com a transmissão de acontecimentos do mundo a partir do que ele chamava de "fotografia à distância". Ficção que foi utilizada inclusive para construir o mito da fundação de Natal.

> Rezam velhas crônicas que, quando Jerônimo de Albuquerque, no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus de Nazaré, aproou para estas bandas, apareceu-lhe no convés da

[124] DANTAS, Manoel. *Natal d`aqui a cincoenta annos*. Natal, imprensa official, 1909. (fax-simili)

> caravela que bordejava fora da barra, incerta do ancoradouro, uma criança divinamente bela que lhe apontou o rumo do porto seguro e do seguro abrigo. Vasta floresta cobria o solo rico da selva virgem de ser humano. O índio bravio passava de lado deslumbrado pelos clarões que iluminavam a floresta e amedrontado pelo som de vozes estranhas que estrondeavam como trovões. Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra[125].

Ensejava-se ali a continuidade segura dos tempos e dos ideais da modernidade, que atribuía ao modelo de civilização européia como premissa – e Paris enquanto cidade – a ser seguida para concretização do progresso nos trópicos[126].

Esta certeza nas transferências dos ideais europeus proporcionou a construção de outros futuros passados – que claro, agem como elementos em comum, correlacionados uns com outros –, aqueles cujos responsáveis atribuíam a reforma urbana o núcleo de ações a serem efetivadas para a chegada segura e profícua do futuro.

A passagem do século XIX para o XX marca em Natal o início das práticas dos planos urbanísticos. Nesse período a cidade se ressentiu da ocorrência de três planos. Foram eles, o Plano de Cidade Nova, efetuado por Antônio Polidrelli, em 1901/1904; o Plano Geral de Sistematização de Natal, elaborado por Giacomo Palumbo, em 1929; e o Plano de Expansão de Natal, confeccionado pelo Escritório Saturnino de Brito, em 1935.

Para uma cidade do porte que Natal tomava no período de construção de tais planos, podemos dizer que houve uma razoável quantidade destes. Tais planos se filiaram a diversas correntes teóricas e se constituem como marcos referenciais do processo de urbanização de Natal. São eventos de caráter político-administrativo. Neste sentido, seria interessante verificar a constituição geral de tais planos, mesmo não sendo o objetivo deste trabalho empreender uma análise mais geral sobre eles. Não obstante constitui-se como importante exercício de comparação, verificando os pressupostos que carregam consigo, e principalmente, que feição pretendiam dotar a cidade.

---

[125] Ibid.

[126] Para uma análise mais aprofundada acerca da obra de Manoel Dantas, da qual nos apoiamos para estas afirmações, Cf.: LIMA, Pedro de. O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

Até o início do século XX, a paisagem urbana que se podia vislumbrar na cidade do Natal se restringia basicamente aos seus núcleos originários: a Ribeira e a Cidade Alta. Tal característica foi observada por cronistas que passaram pela cidade no século XIX, merecendo alguns comentários intrigantes. Henry Koster, observando a Natal do início XIX, questionava:

> Um estrangeiro, que por acaso, venha a desembarcar neste ponto, chegando nesta costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população deste país, porque, se lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade, o predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro[127].

Mais do que a própria condição do que era a cidade, esse trecho de viagem de Koster deixa explícita uma paisagem do desejo que vai se delineando para Natal, com a inserção das mercadorias e ideais europeus. A integração da cidade aos produtos, inclusive os culturais, do velho mundo, padrão de civilidade, fará jus ao tal título.

A ótica que Tavares de Lyra, governador do Estado do Rio Grande do Norte (1904-1906), empreende a historiar à cidade das últimas décadas do século XIX, também é emblemática:

> Natal que tem mais de três séculos, era, não há mais de 20 anos, uma pequena cidade atrazada, sem hygiene, sem conforto, sem movimento, sem vida, apesar de sua excepcional posição topographica. A população era de cerca de dez mil almas e a casaria, formando ruas em sua maioria estreitas e tortuosas, das quaes apenas algumas tinham calçamento e iluminação e Kerozene, era baixa, pobre, sem gosto, dando-lhe um aspecto de acentuada decadência [...]. A transformação da Capital começou com o novo regimen[128].

Tal referência sobre a cidade construída por Tavares de Lyra, em princípios da década de 1910, remete-se intencionalmente a um passado que, tomando o dizer do autor, não deixava saudades. Como uma realização

[127] KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. P. 119.

[128] LYRA, Tavares. História do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2008. P . 334.

da previsão de Koster, a cidade parecia agora se adequar ao status de seu título, pelo menos para os atores que vivenciaram a época de Tavares de Lyra. De fato, a partir do período republicano a paisagem urbana de Natal transformava-se. "A pequena cidade atrasada" ingressava no caminho da modernidade, no sentido que lhe atribuía a elite natalense. Porém, para além de ser esquecida, a paisagem de atraso e pequenez haveria de ser tomada como referencial imagético para ser contraposta a uma proposição de intervenção urbana. A velha Natal era tomada como justificativa e legitimação para construção de uma nova Natal, que encarnasse os ideais de modernidade, civilização e progresso, caracterizadoras do contexto.

Há uma nova produção da cidade, a partir de arquitetos, urbanistas, médicos sanitaristas, detentores dos saberes específicos sobre a questão urbana, que planejaram e intervieram no espaço urbano, e empregavam seus conhecimentos na realização de uma cidade moderna, higiênica, como tanto ansiavam as elites urbanas do período.

A nova urbanidade empreendida por seus produtores parecia ter remediado os três séculos de atraso rumo ao progresso pelo qual a Cidade do Natal havia padecido. Vários atores que atuaram neste período nos deixaram registros

> [...]a cidade desperta de seu sono três vezes secular e eu sinto bem a alegria de uma vida nova[...]. O mesmo esforço que tem rasgado avenidas empedra o areal, ameniza as ladeiras, saneia as terras alagadas. Começou a viação urbana e o bonde cimentará de vez a obra de pacificação entre os dois bairros (a Cidade Alta e a Ribeira). Por toda parte a visão de agonia do Velho Natal [...] tudo mudado. Metade de uma geração levou para a sepultura costumes simples, tradições ingênuas, hábitos pitorescos, e alguma coisa que por ventura reste desse passado irá conosco na voragem do tempo, na pressa do progresso impaciente [...]. Tudo está passando. Os próprios lugares vão perdendo o prestígio antigo [...] sobre os morros, ao longo da costa, alteiam-se agora habitações amplas e arejadas, dominando o vasto oceano verde. Por toda a parte a visão da agonia do velho Natal, mas por toda parte também, a visão de seu renascimento [...][129].

[129] Ibid.

Com as intervenções na cidade, a elite natalense não mudava apenas a morfologia urbana, mas também a significação, a leitura da cidade. Dar-se neste contexto, não apenas a construção material de novas espacialidades, como a cidade nova (os bairros de Petrópolis e Tirol). Tem-se também a constituição de uma imagética que colocava, a partir de então, Natal nos trilhos do progresso, no rumo da civilização. O passado insípido que as leituras da velha cidade colonial ofereciam, com características rurais, fora então superado pela nova paisagem citadina construída, a partir do ideário da elite. Esta criava então para si, a partir da nova feição que a cidade tomava, uma nova imagem, essencialmente burguesa. A urbe fora equipada com elementos técnicos que a caracterizava como moderna. Uma cidade reformada, higiênica e regular: era a paisagem que se vislumbrava agora.

Uma nova cidade imaginada a partir do Plano da Cidade Nova, que começou a ser construído a partir de 1901, pelo agrimensor Antônio Polidrelli, de onde se retirou o seu termo mais conhecido: *Plano Polidrelli*, ou *Master Plan*. Se iniciava ali, com a demarcação de novos trajetos, com ruas e avenidas, uma preocupação em projetar, racionalizar os espaços livres, para sua posterior ocupação. A concretização do Plano deu lugar ao terceiro bairro de Natal, Cidade Nova, posteriormente desmembrado em Tirol e Petrópolis.

Com ruas largas, instituídas a partir de uma orientação em xadrez, para facilitar a inserção dos ventos, que serviria de ventilação para os habitantes e proteção contra as doenças, os miasmas, Cidade Nova constituiu um perfil urbano que agradava as elites republicanas do início do século XX. Como coloca Pedro de Lima

> A Cidade Nova se constituiu em uma dupla solução para o desejo de auto-segregação das classes dominantes locais. Por um lado, o Plano Polidrelli superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial, onde as classes conviviam, praticamente, no mesmo espaço ou guardando uma certa contigüidade. Por outro lado, serviria como refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que, então, grassavam pela cidade[130].

[130] LIMA, PEDRO. Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001. P.35.

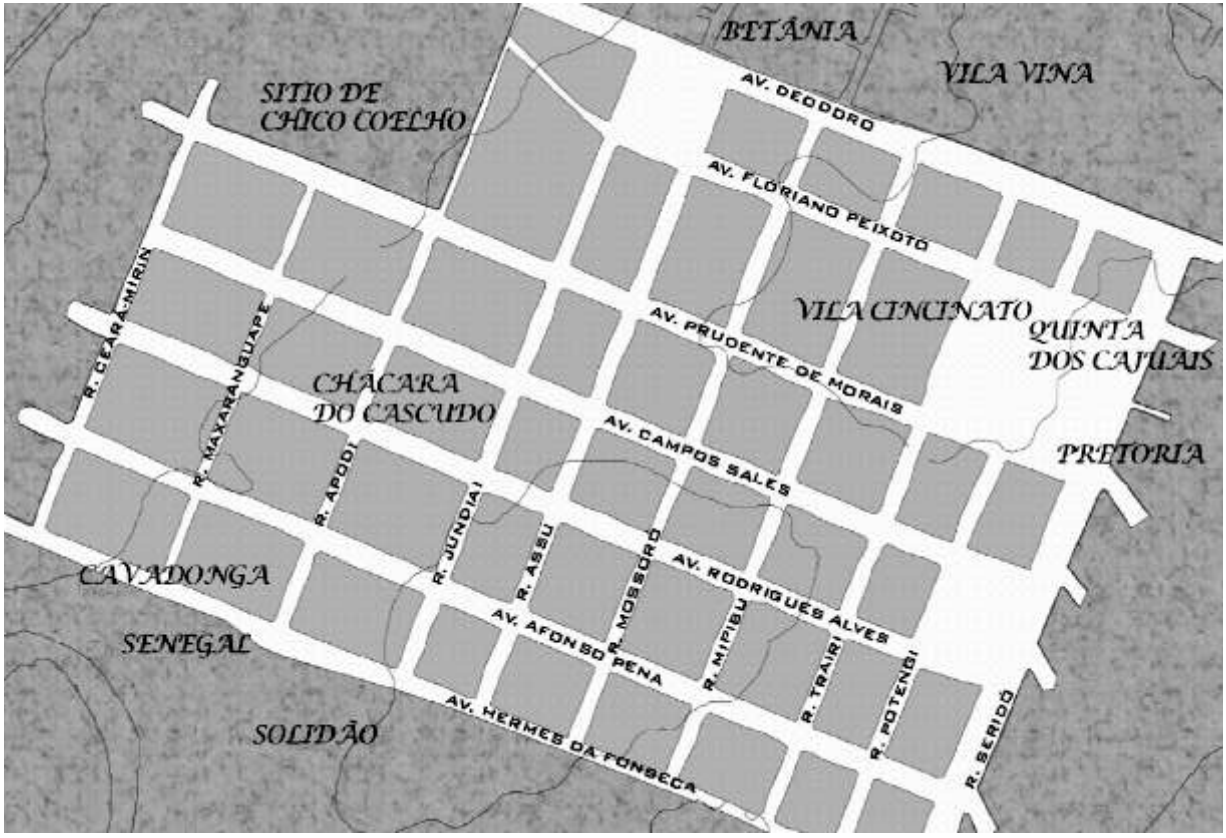

Imagem 26: Master Plan (1901-1904). Primeiro Plano Urbanístico da Cidade, que pretendia constituir um ordenamento urbano à Natal, responsável pela criação dos bairros de Petrópolis e do Tirol.

Fonte: Arquivo da SEMURB.

O Plano foi caracterizado também pela inserção das intervenções médico-higienistas, que tentavam empreender características de melhoramento, embelezamento da urbe. Embora não tenha tido a intenção de ser um instrumento de estruturação urbana, pois a preocupação do poder público não era o de fazer uma ordenação do espaço urbano, mas sim embelezar e modernizar a cidade, acompanhando a tendência dos grandes centros como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, aquele plano estabeleceu um padrão espacial para a cidade, constituído por um conjunto de eixos viários paralelos e perpendiculares, definidos no sentido norte-sul, leste-oeste, respectivamente.

O Plano Geral de Sistematização de Natal foi elaborado em um dos momentos mais importantes do processo de modernização da cidade. A publicação em 1927, de um livro de poemas do poeta Jorge Fernandes, o qual saudava o bonde novo da cidade, símbolo do progresso, conectava Natal ao Movimento Modernista; a posição geo-estratégica de Natal colocava-a na história do desenvolvimento da aeronáutica; e a mulher conquistava o direito ao voto no Brasil. Com o plano, situando-se a partir do movimento Cidade Jardim e dos princípios da Carta de Atenas, culminava um amplo processo de modernização e embelezamento da cidade. Ele manteve e ampliou a trama regular desenhada a partir de 1901. O arquiteto Giácomo Palumbo foi o responsável por desenvolver o plano de urbanização de 1927.

Concebido pelo Escritório Saturnino de Brito, o Plano de expansão de Natal pretendia estabelecer uma forma de articular os projetos dos sistemas de água e esgotos e de edifícios para a administração pública. A ação apresentava preocupação com o abastecimento de água, que incluía as captações, reservatórios e distribuição e um projeto de esgotos sanitários. Com ele reafirmava-se em Natal a experiência de Saturnino de Brito, onde se combinam a funcionalidade, o Sanitarismo e o Pitoresco como forma de ação urbanística. Um quarto de século depois, o padrão espacial do Plano urbanístico de 1901, não só sobreviveu, mas foi ampliado.

Natal só irá verificar a ocorrência de novos planos urbanísticos no final da década de 1960. Porém, neste meio tempo, com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e a vinda cada vez mais estrutural de pessoas do campo em direção a capital, provocaram um crescimento populacional intenso. Durante o período, a economia de Natal foi dinamizada, especialmente com a constituição de um mercado imobiliário. E seguindo o processo que vinha se delineando com os planos anteriores, nesta etapa do processo de urbanização de Natal, o padrão espacial de 1901 se consolidou[131].

[131] Para uma análise mais sistemática acerca dos planos urbanísticos da primeira metade do século XIX, Cf.: LIMA, Pedro de. Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

Imagem 27: "Plano Palumbo", constituído em 1929, na gestão do Prefeito Omar O`Grady.
Fonte: Arquivo da SEMURB.

Imagem 28: Plano Geral de Obras, elaborado pelo escritório Saturnino de Brito, inaugurou obras de saneamento da cidade em 1939.
Fonte: Arquivo da SEMURB.

4.2 AS EXPECTATIVAS URBANAS

A condição que Natal assumia na década de 1960 proporcionava a seus atores privilegiados, aqueles que se faziam ouvir através de instrumentos de comunicação, experiências que correspondiam a uma espécie de ânsia pelo futuro. Progresso: este era o termo que acompanhava o ritmo das falas políticas, o compasso das escritas dos textos jornalísticos, para informar desde as mais banais e irrelevantes notícias até os acontecimentos que prometiam marcar profundamente a trajetória futura da urbe.

Natal crescia, se expandia e tal fato não era negado nem pelos poderes políticos hegemônicos, que controlavam a máquina pública, a oposição a estes e nem mesmo os setores da imprensa que se apressavam em dar a conhecer os problemas urbanos, sempre acompanhados de fortes críticas e reivindicações em relação ao poder público estabelecido.

Porém, o que se estava em debate era que tipo de expansão, que regime de crescimento se deveria propiciar, e que estratégias deveriam ser efetivadas para garantir um futuro onde o progresso se afirmaria. Se a cidade rumaria, sem controle, em direção ao subdesenvolvimento, ou se planejaria as diretrizes, a partir do estado, da condição de seu desenvolvimento.

Para construção de seu ideal de progresso levou-se em conta além da experiência e da cultura urbana própria natalense – constituída a partir das disputas em torno do espaço da cidade, cuja trajetória se delineava, como apontamos, pelo menos a partir do início do século XX –, o ideário desenvolvimentista, correspondendo ao projeto político do governo federal, não a partir de uma adesão incondicional, mas como se processasse como uma comunidade de leitores[132], repercutindo, traduzindo as concepções de tal ideário.

O que se apresenta é a presença da circulação de representações, de idéias hegemônicas, produzidas a partir do plano nacional, que vão ser retomadas e reelaboradas no plano local, através do poder público estabelecido, mas que encontrava também grande inserção e difusão na sociedade natalense, na imprensa. Representações que dizem respeito justamente as estratégias para o alcance do progresso, que passava pela questão do planejamento urbano, horizontes de expectativas que proporcionaram a construção do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal, nos anos de 1967 e 1968.

[132] CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

Natal, assim como outras cidades brasileiras, como São Paulo, Florianópolis, Goiânia e Curitiba[133], apropriava-se das mensagens difundidas no período, em que a partir do planejamento estatal se constituiria as bases para o progresso, afastando o passado agrícola do país e privilegiando a sociedade urbana, que teria acesso as facilidades modernas.

Assim, a expansão da insurgente "metrópole" potiguar deveria ser moldada a partir das idéias do planejamento urbanístico moderno, cuja representação de Brasília se constituía como modelo a ser seguido, operando como que um mito. Os problemas urbanos suscitados pelo crescimento irregular e desenfreado da população e da ocupação de territórios deveriam ser resolvidos, numa idéia quase utópica, pelo emprego da técnica, pelo saber dos urbanistas, que tratariam de iniciar a marcha pelo desenvolvimento a qual a Cidade do Natal estaria acostumada. Um quase consenso que atribuía a redenção dos problemas citadinos ao monopólio do saber urbano moderno, detentor do conhecimento das estratégias adequadas para a transmissão para o futuro, para o progresso.

4.2.1 Utopias Locais

E que perspectivas renovadoras se abriam para Natal na década de 1960! Imaginava-se que se estava vivendo em uma cidade que caminhava em direção aos padrões de uma vida moderna; que dava condições para os seus moradores usufruírem dos bens materiais e simbólicos que a vida urbana propiciava. Pelo menos é assim que ficava evidente para os leitores da coluna de Paula Frascinete, que compunha o jornal "A Ordem".

Paula Frascinete era responsável, desde o ano de 1965, por assinar a coluna "Notícias da Sociedade", que, como o título já diz, se destinava a informar aos leitores do periódico os acontecimentos, os fatos, as iniciativas da elite, da "nata" e dos filhos da boa sociedade natalense. Dava conta dos informes das festas badaladas, dos eventos importantes, como a cobertura da escolha da miss Rio Grande do Norte, da visita de celebridades à insurgente "metrópole" Natal.

A colunista divulgava as notícias aos seus leitores denotando o quanto Natal estava ficando moderna, quase que não devendo em nada as outras grandes cidades brasileiras, principalmente se fosse levada em conta

[133] Cf.: MOTA, Juliana Costa. Planos diretores de Goiânia de 1960: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge .Wilheim no Campo do Planejamento Urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

a comparação com outras cidades da região nordeste, como por exemplo, do anúncio da fundação de um boliche na urbe, afirmando que teria assim, "a jovem guarda natalense, mais um ponto de encontro. Por sinal, bem que já se sentia a ausência de um boliche entre nós"[134], como que se insurgindo enquanto metrópole a cidade se ressentisse das questões modernas.

Afinal, acompanhando a "coqueluche" que se fazia sentir pelo território nacional na década de 1960, a capital potiguar também possuía a sua própria "Jovem Guarda". E apesar da cidade não possuir lojas de LPs que dessem conta das crescentes demandas do gosto da juventude natalense, ansiosa por consumir nomes como Elvis Presley e os The Beatles, a carestia do Rock era solucionada através das reuniões juvenis, em que eram tocados os vinis das bandas da moda, trazidos por algum adolescente que passara as férias em cidades como o Recife[135].

Chegava-se a formar bandas que exibiam os tons das guitarras e ostentavam nomes com termos inspirados nos ídolos estrangeiros: "Os Vândalos", "Os Infernais", "The Shouters". Tocavam-se as mais famosas músicas dos conjuntos norte-americanos e ingleses, além de comporem músicas próprias, originais. Inclusive, salientava-se, canções de qualidade, afinal a juventude do período seria herdeira das relações de Natal travadas com a América do Norte, desde os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. E as realizações da Aliança Para o Progresso e a Sociedade Cultural Brasil – Estados Unidos (SCBEU), primeira escola estruturada de inglês de Natal, fundada em 1957, tratavam de manter viva esta tradição.

Paula Frascinete ocupava, de fato, uma posição um tanto delicada dentro do contexto editorial da "A Ordem". Por vezes, fazia coro com as vozes dos filhos da elite natalense, jovens ansiosos por praticarem os comportamentos, o estilo que a vida moderna, num contexto global, ensejava. Mas, por outro lado, deveria cumprir uma agenda específica no periódico, dando conta dos ritmos de vida mais tradicionais, dos debates que seriam próprios do universo feminino, como a moda das roupas, dos cabelos e dos desfiles de misses. Dava voz às "novidades modernas" natalenses, ao mesmo tempo em que tinha de prestar contas as questões mais tradicionais, conservadoras que a própria posição do jornal assumia.

Conflitos como este entre tradição e modernidade; entre as práticas que seriam próprias dos contextos provincianos e citadinos, que vão seguir

[134] FRASCINETE, Paula. Notícias da sociedade. A Ordem, Natal, 20 de Julho de 1966.

[135] As referencias sobre as ações das bandas natalenses da década de 1960 foram retiradas também de: PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter; PINHEIRO, Fred Sizenando Rossiter. Dos bondes ao hippie drive-in: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 2009.

os modelos de cidade imaginados para Natal, ganhou tons explícitos nos festivais musicais ocorridos na cidade, no final da década de 1960, como os Festivais Natalenses da Canção Popular, organizado pela municipalidade, a partir de 1968, e o Festival do Guriatã, organizado pelo Periódico Diário de Natal, que pretendiam ser uma espécie de congêneres dos festivais musicais nacionais, que estavam no auge do sucesso em tal período.

Ali, bandas que seguiam a linha da MPB e do "Iê Iê Iê" disputavam a preferência do público e do corpo de jurados. E era como se Natal dialogasse com as posturas do plano da estética musical nacional, para além, fosse parte integrante destas. Assim, se por um lado Paula Frascinete, mesmo que por vezes timidamente, se posicionasse do lado das guitarras, radialistas como Rubens Lemos, se partidarizavam com as autênticas canções nacionais, com os sambas e o MPB da "velha guarda". As contendas nacionais se reproduziam no contexto local, sinalizando o avanço em direção ao moderno, ao novo, o futuro que chegava e se estabelecia na cidade.

Havia o desejo não apenas de ouvir as novidades musicais a partir dos LPs, mas também de ver as bandas tocar. E se o consumo ao vivo dos ídolos estrangeiros na Cidade do Natal era inviável, se requisitava os astros do plano nacional, que inclusive, não ficavam em nada a dever em relação aos estrangeiros. Muito pelo contrário. Assim, artistas como os "Novos Baianos" e "Renato e seus Blue Caps", que estouravam nas paradas de sucesso nacional, vieram mostrar seus trabalhos, realizar espetáculos musicais ao público natalense. Sempre com a abertura de uma banda de cabeludos local. Como afirmava Paula Frascinete, com ares de satisfação e ostentação, o então insurgente Rei, Roberto Carlos, apesar das críticas da própria Igreja Católica, poderia vir a Natal tranquilamente, pois aqui já existiam "Brasa-Mora"[136].

A temática da cultura parecia ser aquilo que mais aproximava Natal com a preocupação das questões modernas, do futuro. Não apenas na questão musical, mas também no âmbito cinematográfico, ou melhor, no consumo das películas. E aqui novamente Paula Frascinete se fará presente, defendendo os interesses para o progresso de Natal. Mas que também encontrava ressonância, denotando a seriedade do assunto, na própria edilidade da cidade.

Em 1966, "A Ordem" tratava da falta de bons filmes expostos na cidade. O público natalense estaria saturado do cinema de condições rudimentares, em que só se projetava filmes velhos, quebrados e anti-estéticos.

[136] FRASCINETE, Paula. Notícias da sociedade. A Ordem, Natal 08 de setembro de 1966.

> Juntando-se a estas deficiências surge uma platéia sem esclarecimento, que vai ao cinema menos para ver o filme do que para dizer piadas feias. Os assovios, gritos e batucadas constituem um testemunho do que acabamos de afirmar. E quais as providências tomadas no sentido de atenuar a crise que ameaça a sétima arte em Natal?[137]

Paula Frascinete afirmava que o problema estaria na pouca qualidade e diversidade dos filmes. Para desânimo da juventude moderna o que perdurava eram filmes de "far-west" e chanchandas nacionais, cujo tema principal era, quase sempre, a pornografia em cenário de papelão.

Para os edís a crise do cinema em Natal teria raízes no alto imposto, criado pela municipalidade, em 1964, cobrado as distribuidoras de películas – cerca de quatro por cento sobre a renda bruta por cada fita rodada, além de quatorze por cento da renda bruta dos empresários. Assim em face de situação de menor lucro, as distribuidoras enviavam suas mercadorias para outras cidades, fazendo com os filmes fossem constantemente reprisados, "[...] e se às vezes a casa está[va] cheia o público está[ria] mais ainda"[138].

Além da questão financeira, outro problema que preocupava os edís e a "A Ordem" era a presença de menores que freqüentavam filmes impróprios para sua idade. Afora os melhores cinemas da cidade, o Cine Nordeste e o Rio Grande, não haveria uma fiscalização rigorosa acerca do controle do público. Mas, nos outros cinemas, como o Poti, Rex, São Luiz e Panorama

> A mocinha da entrada só quer[ia] saber se o ingresso é estudante ou adulto. [...] O resto é dispensável. [...] é só ter peito e entra mesmo. E é bom lembrar que muitos menores compram o ingresso adulto para evitar mostrar a carteira de estudante, que tem a data de nascimento. Mas aqueles de mais coragem mostram a carteira e não acontece galho algum[139].

Tais questões seriam "uma vergonha para uma cidade de 250 mil habitantes"[140], metrópole insurgente. Pressionada pelos vereadores e pela imprensa, a municipalidade tratou de empreender algumas medidas para

---

[137] FALTA DE BONS filmes é problema em Natal. A Ordem, Natal, 16 de Abril de 1966.

[138] Id.

[139] MENORES freqüentam filmes impróprios. A Ordem, Natal, 22 de Abril de 1967.

[140] Ibid.

solucionar o problema do cinema em Natal. Assim, já em 1966, fora enviado a Câmara Municipal um projeto reformulando o tão criticado imposto de "Indústria e Profissão", intentando incentivar a vinda de bons filmes para a cidade. Bem como, em parceria com o Juizado de Menores, ampliou a fiscalização aos cinemas, com um maior número de comissários.

Mas, para Paula Frascinete não seria apenas com a inserção de novos filmes em cartaz e com a censura efetiva dos menores aos filmes adultos que se resolveriam os problemas. Seria preciso também, e não menos importante, transformar o tipo de gosto, o consumo dos espectadores. Fazer com que estes encarassem o cinema não apenas enquanto atividade de lazer, de sociabilidade, ponto de encontro da juventude, mas que o apreciasse fundamentalmente enquanto objeto artístico.

Apelava-se para a constituição de um público esclarecido em matéria de arte cinematográfica. Um público distinto, que renegasse os "Far-West" norte-americanos e as chanchadas pornográficas nacionais, abandonando a simples postura de assistir um filme, para apreciar e discutir as construções da sétima arte, que deveriam ser pautados principalmente pelas distribuidoras cinematográficas européias, como a França Filmes e Condor.

Com esta pretensão argumentava-se que deveriam existir distinções mais específicas nas salas de cinema natalense, que tal público procedesse a uma espécie de boicote aos cinemas que exibissem filmes com motivações centradas apenas no entretenimento e outras questões que estariam fora dos padrões morais, e passassem a freqüentar as salas com maior conforto, como as do Cine Nordeste, localizado no bairro da Cidade Alta, proporcionando aí a realização de sessões de "cinema de arte", com a presença de uma platéia mais selecionada.

Paula Frascinete argumentava que o público de "cinema de arte", apesar de poucos, já existiam na cidade, que selecionavam, apreciavam e discutiam as películas a partir de um direcionamento estético. E seriam a estes que caberia uma papel central, assumindo uma posição de vanguarda frente a moderna juventude natalense.

> Quando se fala de público esclarecido em matéria de arte cinematográfica lembramo-nos imediatamente do "Cinema de Arte", organização constituída por jovens idealistas e que algum poderá fazer pela promoção da cultura artística em nossa cidade.
>
> A turma que faz "cinema de arte" em Natal deve escolher filmes bons, de real valor estético como alguns

> já apresentados. Embora atualmente também ande numa fase de reprises, pois, as distribuidoras não querem alugar inéditos para uma única apresentação. Assim, para apresentação de uma fita nunca vista, faz-se necessário que uma companhia (no caso a Cireda) se comprometa de exibi-lo depois. Como aconteceu com a película "Contos da Lua Vaga"[141].

Assim, Natal avançava em relativa segurança rumo ao seu futuro moderno. Pelo menos, para sua jovem guarda, para juventude esclarecida que consumia aquilo que havia de mais moderno em termos da cultura musical e cinematográfica, fazendo a cidade dialogar e se integrar as realizações da cultura global. Paula Frascinete, que se inseria na "A Ordem" aparentemente como mera colunista social, voltada para atendimento de informações do público feminino, assumia uma espécie de porta-voz desta vanguarda juvenil, fazendo crer que o futuro de Natal estava conectado com as concretizações do mundo.

Porém, o futuro da cidade do Natal não parecia ser de todo seguro, como antevia a colunista das "Notícias da Sociedade". Nosso futuro moderno, para outras vozes, não estaria centrada em bases tão seguras assim. E não seria apenas pela condução de uma vanguarda cultural juvenil que o progresso seria alcançado.

Natal seria acometida de problemas mais estruturantes, que escapavam mesmo à vontade políticas e da própria sociedade. Afinal, ela se constituía enquanto cidade do terceiro mundo, localizada no Nordeste brasileiro. Era a questão do subdesenvolvimento que se colocava como sistema de pensamento que ameaça o progresso da urbe.

Assim, mesmo com a inserção de enunciados que colocavam a cidade rumando em direção aos progressos do mundo moderno, outras falas, mais sistematizadas, organizadas, legitimadas pela sua inserção no campo da academia e do próprio estado, alertavam para os perigos que se prenunciavam no futuro da Cidade do Natal.

Discursos que também transitavam pelas páginas dos periódicos locais, em que "A Ordem", portador da visão da Igreja Católica, e por expressando os posicionamentos em termos sociais que aquela tomava no período, se coloca enquanto local privilegiado para observamos a circulação e as contradições das diferentes visões que anteviam um tipo específico de futuro para a cidade.

---

[141] FALTA DE BONS...Op. Cit.

É assim que o periódico colocava a realidade no qual a Cidade do Natal estava envolta e que comprometia a construção do seu futuro.

> No mundo atual, marcado em profundidade pelo progresso científico, as populações que por um determinismo geográfico, vêem-se sem perspectivas de progresso, continuam a enfrentar a vida em condições infra-humanas. [...] Isso equivale a tornar o pulso de febre de um Brasil pobre, marginalizado, seja o das palafitas do extremo Norte, o das favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o dos mocambos do Nordeste, todo um mundo [...] de condições infra-humanas onde reside uma infra-humanidade[142].

A Região Nordeste, em que se potencializava a condição subdesenvolvida da nação brasileira, na qual a capital potiguar estava inserida, impunha limites para sua realidade presente e para seus desdobramentos futuros. "A Ordem", ciente da importância do entendimento de tais questões por parte de seus leitores, trazia dados da situação nordestina, da sua disparidade em relação às outras regiões brasileiras.

> No Nordeste, região que corresponde à quinta parte da superfície do país, vivem 25 milhões de brasileiros. Se por um lado, os números atestam um gigantismo geográfico, as cifras das estatísticas mostram um quadro revoltante: dentro dessa área, 6 milhões de pessoas habitam em 1.600 comunidades que não dispõem de abastecimento de água potável. Não há serviços sanitários em 2.200 comunidades. A condição do trabalhador rural os planos diretores com uma renda que atinge apenas 49% da renda brasileiros de outras regiões, o que significa ser uma das menores rendas per capita do mundo.
>
> É ainda no Nordeste que está a maior percentagem de analfabetos, dos 30 milhões existentes no país. Dados recentes mostram que enquanto na Guanabara a escolarização atinge o elevado índice de 75%, na maior parte dos estados do Nordeste somente 40% das crianças vão à escola. Tudo isso agravado ainda pela constatação de que no decorrer do curso primário, de cada 10 crianças iniciam o primário somente [pequena] fração dela atinge o 4º ano. Efeito

[142] O NOVO e o Velho Nordeste. A Ordem, Natal, 14 de maio de 1966.

> e causa a um só tempo, o problema educacional no Brasil transfe[re] para o futuro sempiterno a condição "país do futuro" batizado por Weig[143].

Mas, apesar do discurso centrado ora numa espécie de determinismo geográfico, ora em questões que se atrelam a constituição histórica das regiões brasileiras, o futuro do Nordeste e, em conseqüência desta lógica de correspondência geográfica, de Natal não estaria fadado à reprodução dos problemas do presente. A cidade não estaria condenada, porém, desde que adotasse estratégias específicas para a construção de seu futuro; desde que privilegiasse formas racionais de planejamento. Como faz divulgar "A Ordem":

> Surgem daí os estudos, a aplicação da teoria segundo a qual "a falta de espontaneidade pode ser superada pelo homem através de um trabalho consciente de objetivo definido", que é o plano de ação[144].

Assim, era consumida pela imprensa natalense idéias que circulavam também no plano nacional, que apontavam uma discrepância no crescimento econômico entre as regiões Nordeste e Centro-Sul do país, na visão dos "dois Brasis", com desenvolvimentos econômicos desiguais. Disparidades que ameaçavam o futuro, o progresso não só da Cidade do Natal, mas de toda região subdesenvolvida.

Diante da crise regional que assolava o Nordeste e, em conseqüência, a Cidade do Natal, os periódicos pareciam apoiar e celebrar as ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, pelo governo federal, instituição que tinha a responsabilidade, a partir das ações de planejamento estatal, de por fim ao desequilíbrio econômico da região, impulsionando o seu desenvolvimento.

> No Nordeste, o impulso que vem tomando a região deve-se, sobretudo aos planos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mesmo em contraste com o estado de coisas verificados nas zonas rurais, que serão atingidas pelo progresso somente a longo prazo. É o que o desenvolvimento do Novo Nordeste refletirá, mais cedo ou mais tarde, no Velho Nordeste que caminha entre a explosão demográfica e a mortalidade infantil e prematura. Enquanto se

[143] Ibid.

[144] Ibid.

> processam as várias programações visando uma só meta – ampliações da capacidade energética, obra básicas de rodovia, integrações de mercados regionais, estabelecimento de redes de comunicação etc. – um trabalho social procura em cada vilarejo, município ou subúrbios das cidades dar uma melhor condição de vida para região em geral [...][145].

Assim, toda uma terminologia, uma conceituação hegemônica no plano nacional era compartilhada e apropriada pela imprensa local e seus leitores, que apontava para um futuro perigoso para Natal, haja vista sua condição subdesenvolvida, mas que pelas ações de planejamento, poderia galgar um caminho seguro rumo ao progresso e a modernização.

É neste sentido que há um esforço da edilidade no sentido de abandonar as "improvisações administrativas" que haviam levado as potencialização dos problemas da cidade e adotar medidas seguras de planejamento.

Se a SUDENE fomentava um caminho para o desenvolvimento regional, a municipalidade também deveria adotar as práticas de planejamento no sentido de dar impulso ao progresso local, como que para não haver nenhum tipo de descompasso no rumo em direção à modernização.

Planejamento e planos parecem ser as palavras de ordem para a administração municipal, principalmente a que chegava ao poder em 1966. Adotam-se planos de reorganização do trânsito, instituindo mudanças nos sentidos das ruas, promovendo seu recapeamento, para um melhor fluxo de veículos; plano de iluminação pública, promovendo um "banho de luz" na cidade; plano de habitação, para solucionar o problema crescente de demandas por moradias; planos que se dividiam em etapas, em metas a serem alcançadas que, como afirmam os periódicos, racionalizavam a administração municipal.

O ponto culminante destas ações foi a constituição do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, em 1967-68, coordenado pelo arquiteto Jorge Wilheim e pelo escritório de Serete S/A, em parceria com a municipalidade, que pretendia congregar a partir de um só elemento a implementação da racionalidade na administração, com as ações de planejamento, tomando a cidade como um todo, um sistema não só urbanístico, mas também econômico e social.

---

[145] Ibid.

Já no mês de agosto de 1967, cerca de cinco meses antes da finalização do anúncio plano, a imprensa natalense demonstrava o interesse pelos assuntos urbanísticos que estavam sendo promovidos na cidade. Numa nota atípica, em relação às temáticas abordadas, "A Ordem" parecia querer instigar o debate, trazendo uma nota informando do lançamento de uma nova publicação norte-americana acerca das questões do urbanismo:

> [o livro] "Notas sobre a Síntese da Forma" defende a tese de que em nossos dias a cidade deve defender-se da especulação das áreas e da congestão do trânsito. No decorrer dos séculos as cidades assumirão as formas mais adequadas de defesa contra as adversidades típicas de cada época. Estas cidades caracterizam-se pela forma compacta, pela iconografia urbana que se contrapõe ao campo com uma evidência figurativa que, com o tempo se transforma em símbolo e mesmo mito. Hoje, [...] o perigo público não é mais a peste e a fome, mas a alienação e angústia. A forma mais adequada para tal defesa não deve ser fechada, ou obedecer a um desenho geométrico, mas uma forma que exprima uma organização policêntrica [*sic.*], que corresponda a uma articulação mais livre, uma forma enfim, não contraposta mas estreitamente relacionada a um ambiente rural sempre mais urbanizado. Os arquitetos modernos, continua [o livro], preocupam-se muitas das vezes, mais com a clareza da forma do que com as qualidades funcionais. É necessário, afirma, que desapareça tanto o excessivo individualismo, como o academicismo e que se revele a importância da análise do contexto e dos requisitos da nova cidade[146].

Em outubro de 1967, é a vez de a própria municipalidade promover o debate, talvez suscitada pela crescente demanda de informações da imprensa, organizando um seminário para se debater as idéias do plano urbanístico em construção para Natal. Assim, o plano seria "levado as camadas sociais – estudantes, operários e o povo em geral"[147]. Afinal, o que estava em jogo era o próprio futuro da cidade, ou melhor, as idéias e ações que seriam utilizadas para implementar um caminho seguro para o seu progresso e modernização.

---

[146] NOVA teoria no urbanismo. A Ordem, Natal, 19 de agosto de 1967.

[147] PREFEITURA faz seminário. A Ordem, Natal, 7 de outubro de 1967.

E finalmente, a imprensa anunciava que o ano de 1967 se findava com uma grande novidade que prometia mudar a dinâmica pela qual a Cidade do Natal havia se constituído há pelo menos nos seus últimos 30 anos. Era o fim dos estudos e da concretização do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, que iria dotar a cidade de um verdadeiro formato urbano, dentro dos padrões urbanísticos mais modernos e adotados nos padrões de outras grandes cidades brasileiras.

Num período em que a questão do planejamento se constituía em verdadeira política de Estado e o urbano como questão de desenvolvimento a elaboração de um Plano Urbanístico não se colocava como novidade, pelo menos em termos nacionais. Afinal, Natal seguia o modelo já efetivado em outras cidades do país que adotavam o planejamento urbano como elemento estruturante da dinâmica municipal.

Com a divulgação do plano, se constituiu um interessante debate em torno da imprensa. As falas recorrentemente ressaltavam a necessidade de elementos reguladores do crescimento e usos em relação à cidade e, por isso mesmo, apontavam a boa hora e a pertinência da iniciativa de regular e normatizar o desenvolvimento das "artérias" natalenses por meio de um plano urbanístico.

Em meio às vozes que destacavam a relevância do plano diretor para Natal, um elemento se inseria como componente importante para se perceber as referências que se lançava mão para constituição de tal jogo discursivo. Se por um lado, a inserção do Plano Urbanístico se colocava como um fator que denotava o caráter de modernização e crescimento que a cidade alcançava, e que, portanto, à situava em patamares semelhantes à de outras grandes cidades brasileiras do período, por outro, se pautava numa espécie de busca pelo tempo perdido, como oportunidade para se resgatar a eficiência, numa espécie de retomada, mais em termos práticos do que pelo urbanismo que o regeu, do Plano Palumbo 1929, e em contrapartida em dirimir as insuficiências do Plano Saturnino de Brito, levado a cabo em meados dos anos trinta.

> [Natal] terá o primeiro Plano Diretor de sua vida, coisa normal numa cidade grande, especialmente tratando-se de uma Capital, mas até agora desconhecido por Natal, Cidade vítima de improvisações administrativas que começavam a tirar-lhe o único sinal de planejamento feito especialmente para ela: o Plano Palumbo, elaborado em 1920 [*sic*][148].

[148] PLANO DIRETOR para Natal dia 20. A Ordem, Natal, 13 de dezembro de 1967.

Nesta lógica, o Plano de 1967 era desejado enquanto elemento a ser semelhante ao Plano Palumbo, que encarnaria a pertinência, eficiência e privilegiaria o progresso e a modernização da cidade. A existência do Plano de 1935 e o "longo" período de mais de 20 anos, até 1967, demarcariam um período que devido a um tipo de planejamento que não privilegiava os anseios urbanos, aliado à ineficiência do poder público, suscitava problemas que atrapalharam os bons rumos que há tempos perduravam em Natal. As críticas endereçadas ao Plano de 1935, último plano urbanístico constituído para a cidade antes do de 1967, destacavam não apenas a não concretização dos objetivos nele traçados, mas também seu próprio conteúdo, suas intenções e delineamentos. Isso ao mesmo tempo em que elogiavam o Plano Palumbo, que comparavam positivamente ao seu Plano contemporâneo, de 1967.

De fato, a filiação levada a cabo pelos jornais da época entre o Plano Palumbo, da década de 1920, e o *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, de 1967 não se pautava em termos de uma análise urbanística aprofundada. Inseria-se no campo das impressões, ou melhor, numa espécie de desejo de volta aos padrões urbanos da Natal dos anos 20. Mesmo porque, como já mencionamos o paradigma que rege o Plano da Serette é pautado nos ideais do planejamento desenvolvimentista dos anos de 1960, enquanto que o Plano Palumbo ainda é influenciado pelos padrões do urbanismo da primeira república, que pensa as intervenções urbanas não de forma sistematizada, mas sim de modo localizado, em espaços específicos da cidade.

Portanto, imagens, construções identitárias da cidade permeavam as vozes do período. O percurso discursivo perpassava a crítica da ineficácia da instância municipal enquanto gestora da resolução dos problemas da cidade, chegando a lastima da perda da urbanidade "de antigamente", em que as condições de vida na cidade seriam melhores, quando Natal era moderna, apesar de pequena.

Mas, com a instituição de um novo plano urbanístico, que daria as diretrizes para se alcançar um futuro seguro, a urbe poderia agora assumir sem preocupações sua condição de metrópole insurgente, haja vista que com ele, os problemas decorrentes do crescimento das cidades seriam controlados, a partir de uma perspectiva racional, privilegiando apenas o desenvolvimento ordenado da cidade. Destacava-se a nova postura da municipalidade em termos da administração pública, mesmo que contraditoriamente os problemas continuassem se multiplicando, inclusive nas páginas dos jornais.

> [...] uma administração voltada para o futuro, sem esquecer os dramas e as necessidades mais prementes do presente [...]. Nesta Cidade, atualmente, as obras públicas são levadas a efeito dentro de normas pré-estabelecidas e tudo que se pensa construir leva-se me consideração a dimensão do empreendimento e suas implicações em Natal de hoje e de amanhã, pois os atuais administradores não pensam apenas no presente, mas delineiam para o futuro[149].

E mais uma vez, denotava-se a ligação com o passado, em que a cidade possuía rumos seguros, em que se agia no presente sempre pensando no futuro, privilegiando o progresso natalense. Era o Plano Palumbo o elemento chave, operador de imagens comparativas com o *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, de 1967-68.

> Essas normas já foram seguidas uma vez na década de 1920 e deram surpreendentes resultados, sentidos e observados ainda hoje e *serão por toda a vida*. Naquela época foi elaborado o "Plano Palumbo", abrindo ruas, avenidas e praças amplas e extensas nos sítios circunvizinhos à Natal de então. Graças a esse Plano, Natal é uma cidade de características urbanísticas avançadas, de avenidas largas que tem todas as condições para comportar o tráfego e a *movimentação do progresso durante os próximos cem anos*, sendo necessário no entanto, um trabalho de urbanização mais completo em dezenas dessa referidas artérias, como pavimentação, sistema de galerias e iluminação[150].

Assim se constituíam as utopias locais, sempre com um mesmo horizonte de expectativa: um futuro promissor, em que o progresso, o desenvolvimento e a modernização permeariam não apenas as artérias, a morfologia da cidade, mas também a sua vida social, propiciando um estilo de vida comum as outras grandes cidades. Como no jargão, a Cidade do Natal seria o lugar onde as coisas aconteceriam.

Contudo, os componentes que dão significados as utopias variam conforme as perspectivas do lugar de fala. Para Paula Frascinete, o futuro seria alcançado a partir de uma vanguarda juvenil, que integraria as práticas

---

[149] Ibid.

[150] Ibid.

urbanas de Natal as outras cidades do mundo, porém para a elite dirigente o futuro só seria alcançado com sucesso a partir de um caminho a ser trilhado com a efetivação de um planejamento efetivo para cidade; e para outros, como expõem os discursos da imprensa quando da referência do novo Plano Diretor composto para cidade em 1967, olhavam para o futuro a partir de uma experiência pretérita, como expectativa de uma continuidade, ou melhor, de uma reatualização de projetos do passado.

De qualquer modo, o que se coloca aqui é articulação entre as experiências do tempo a partir das referências locais, com as idéias produzidas num âmbito mais geral. Comunidades de leitores que consomem e se apropriam de práticas, discursos e representações que circulam hegemonicamente em termos nacionais e até mesmo numa dimensão global.

4.2.2 Circulação e Consumo de Utopias: os Saberes Urbanos

Em 21 de Abril de 1960 era entregue ao Brasil não apenas a sua nova capital, Brasília. O que se operava também era uma nova imagem, um modelo que passava a incorporar o imaginário de uma época, em que a partir do ideário desenvolvimentista o Brasil finalmente poderia trilhar seu rumo em direção ao progresso.

Um futuro em que a nação deveria superar sua condição agrícola, pautando-se pela temática da modernização, termo que também significava as práticas de urbanização do país. O mito de Brasília se colocava, portanto, como projeto e realização de uma nação.

Cidade real, construída para ser a nova capital, Brasília vai se inserindo também como uma cidade imaginada, uma representação a ser consumida pelas elites dirigentes do período, como referência de uma nova sociedade em formação, e que seria concretizada a partir da aplicação racional e planejada dos saberes de arquitetos e urbanistas.

Assim, é também a partir desse processo de apropriação de mensagens difundidas no plano nacional, envolvendo a atribuição de significados a urbanização das cidades, do desenvolvimento, do planejamento, da integração nacional e tendo Brasília como modelo, com o compartilhamento de determinados horizontes de expectativas[151], que vai se constituir a demanda e a confecção de um plano diretor para Natal.

[151] Cf.: LONH, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História, São Paulo, v.27, n. 53, p.297-322, jan.- jun., 2007.

Neste sentido, não só a construção de Brasília, mas a apropriação de sua imagem nas práticas de intervenção e planejamento urbano nas décadas de 1950 e 1960 se colocam como história de uma utopia.

A construção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* se ressente do movimento mais geral, traçado entre os anos de 1950-1970, da prática do planejamento urbano, em que grandes cidades brasileiras se utilizaram de planos e regulamentos no sentido de controlarem o crescimento das cidades. Diante do movimento de rápido crescimento e expansão das cidades neste período, em termos espaciais e de aglomerados populacionais, o Estado lança mão do planejamento urbano como tentativa de manter o controle sobre a paisagem citadina.

A acelerada urbanização pela qual o Brasil passou no período pós Segunda Guerra Mundial mobilizou a crescente inserção dos arquitetos no sentido de empregarem seus saberes para resolverem os problemas decorrentes deste processo. Era a eles que se encarregava os modos próprios de se planejar a cidade, no sentido de empreender o seu desenvolvimento. Neste sentido, além dos aspectos estritamente físico-territoriais, os aspectos socioeconômicos também faziam parte das preocupações do urbanista no momento de tratar a questão urbana.

O campo dos saberes que foram constituídos para atuação sobre a cidade (arquitetos, urbanistas, engenheiros) são requisitados agora não mais para modelar na urbanidade a feição moderna, regular e higiênica, como pretendia a elite natalense de sua *Belle époque*, mas sim no sentido de solucionar as "questões urbanas", os problemas suscitados pelo crescimento desordenado das cidades, de moradia, de transportes. É um movimento do século XX, o qual Natal e várias outras cidades do Brasil sofreram uma mudança da abordagem do urbanismo ao planejamento urbano[152]. As transformações da rede urbana brasileira durante as décadas de 1940 e de 1950, bem como as dimensões físico-territoriais das cidades demandavam novos instrumentos urbanísticos.

Essas transformações nas formas de abordagem sobre as cidades também sofreram efeitos com a introdução de um novo discurso acadêmico sobre o urbano no Brasil, a partir da década de 1950. O fenômeno urbano passou então a ser motivo de reflexão universitária, a qual utilizava seus procedimentos metodológicos para o entendimento do processo em curso de massificação nas grandes cidades. Neste sentido, é construída uma nova

[152] Cf.: LIMA, Pedro de. Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

representação sobre a urbanidade, que também se situa num ponto de clivagem em relação ao entendimento da cidade como espaço onde deveria se processar a construção da civilização e do progresso. Trata-se, a partir de então, de analisar os atores sociais dentro da cidade. As análises de sociólogos e antropólogos ganham peso no sentido do entendimento do fenômeno urbano, partindo de uma perspectiva que privilegiava as práticas sociais dos novos sujeitos que ingressavam e constituíam a paisagem urbana[153].

Outro processo bastante significativo que interferiu no modo de se operar as construções sobre as cidades brasileiras a partir da Segunda Guerra Mundial foi a questão do planejamento econômico, visando o desenvolvimento. A partir do final da segunda guerra mundial, foram constituídas instituições no sentido de promover ações de planejamento econômico, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que atuavam como agências orientadoras do estado, delineando as ações governamentais no sentido de dar condições para inserção do capital privado, proporcionando o desenvolvimento das forças produtivas e, em conseqüência, da própria economia brasileira. O Estado assumiria neste sentido a posição de gerir o planejamento econômico, caminho este que possibilitaria o desenvolvimento do país.

As cidades passaram a ter uma importância fundamental nas políticas de desenvolvimento econômico e social, especialmente com a passagem do suporte rural das atividades econômicas para o suporte urbano. Em função disso, um conjunto de políticas citadinas passou a ocupar o centro dos debates e a fazer parte da pauta das administrações.

Com o regime militar a partir de 1964, a questão do planejamento se acentuou, agora a partir de uma ordem autoritária. Ocorreram processos como a modernização do aperelho público, centralização do processo de decisão, regionalização dos programas de desenvolvimento. Em relação aos setores urbanos, o regime promoveu uma política habitacional, a partir de instituições como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

A questão do planejamento se disseminou para as práticas políticas dos governos estaduais e municipais, dentro da retórica do Estado do Bem-estar social e, em relação à abordagem das cidades, num urbanismo racionalista.

[153] Cf.: CARVALHO, Maria Alice. Quatro vezes cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

Com a institucionalização do planejamento urbano no Brasil, a partir da inserção do SERFHAU, se implantou o Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado, cujas diretrizes estabeleceu um tipo próprio de planejamento a serem aplicados pelos grupos detentores do saber urbanístico, os Planos Diretores Locais.

Os Planos Diretores apresentavam uma natureza jurídica e normativa, na medida em que tomavam forma de uma lei. Essas normas disciplinavam os espaços habitáveis, impondo limitações ao direito de propriedade e ao direito de construir, e regulavam a conduta dos indivíduos quanto à utilização do solo urbano. Como um amplo instrumento, abrangia todos os problemas fundamentais da cidade, no que se refere aos transportes, saneamento, habitação e até mesmo as questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município, visando orientar as ações dos agentes públicos e privados no processo de desenvolvimento municipal. Ele possuía um caráter estratégico na medida em que suas propostas, respaldadas no conhecimento da realidade municipal e no futuro desejado, deveriam necessariamente indicar os meios (instrumentos e ações) capazes de enfrentar, num determinado horizonte de tempo, os problemas identificados, e de dinamizar as suas reconhecidas potencialidades.

Assim, a partir das iniciativas locais do poder constituído, da municipalidade, os arquitetos, inseridos em espécies de empresas de consultoria, efetivavam equipes de planejamento em conjunto com os grupos locais, elaborando os Planos Diretores Municipais. Foi assim que se procedeu à construção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, em 1967-68, elaborado por Jorge Wilheim, a partir do escritório Serete Engenharia S/A, assessorado por um conjunto de arquitetos locais.

A partir da década de 1960, o saber do urbanista vai se desvencilhando da concepção de atuação enquanto arte urbana, e passa a associar-se como um planejamento da urbe à longo prazo. Centra-se também, a partir da concepção do Planejamento Regional, uma vez que o planejamento municipal, da cidade em si, deveria tomar como pressupostos as diretrizes nacionais e estaduais[154].

Alguns princípios são fundamentais dentro das concepções do planejamento urbanístico do período, que permeiam este tipo de prática em várias cidades brasileiras, incluindo aí a Cidade do Natal. Aí, a questão do

[154] Cf.: MELLO, Luiz Anhaia. Elementos para o planejamento territorial dos municípios. São Paulo: CEPEU/FAU, 1957.

zoneamento se insere enquanto instrumento principal para se pensar o urbano, determinando algumas áreas para se restringirem a uma função específica, que podem ser residenciais, comerciais, industriais, áreas verdes, entre outras.

Outros princípios como o sistema viário hierarquizado – que pretende promover um deslocamento racional de pessoas e bens, a partir dos diferentes modos de transporte, relacionado com as funções especificas de cada zona da cidade – e o conceito de unidade de vizinhança – em que através de um número de habitantes, previamente determinados, deveriam se situar em espaços específicos da cidade, usufruindo de equipamentos e serviços urbanos constituídos, promovendo a convivência e a integração social – formam a unidade básica das projeções urbanas[155].

Os Planos Diretores eram considerados instrumentos básicos e indispensáveis para a reorganização do espaço urbano, que havia sofrido um processo de massificação, e em decorrência, irregularidades e disparidades em seu crescimento. Seriam um meio adequado de fornecer auxílios não apenas para a resolução dos problemas urbanos, mas também para a própria atualização dos serviços públicos. Neste sentido, pretendia dotar de um caráter moderno não apenas a cidade, mas a sua própria gestão.

Não se constituíam enquanto meros planos de obras ou de indicações de intervenção do espaço urbano a serem realizadas em curto prazo, de caráter imediato. Sua concepção baseava-se na constituição de um conjunto de diretrizes gerais, formuladas a partir da articulação das concepções urbanísticas e das características locais do município e região. Caberia a administração pública, a partir da inserção do novo modelo de gestão pública, baseado nos saberes técnicos, implementar na urbe as diretrizes estabelecidas no plano diretor.

Essas concepções que estavam em torno do pensamento sobre o urbano é que circulavam de forma hegemônica no período e foram aplicadas em diversas cidades brasileiras, como em Curitiba (1964-65), Osasco (1966). Nestas, a execução do Planejamento Urbano ficou a cargo do arquiteto Jorge Wilheim e do escritório Serete Engenharia S/A. Foi levando em conta estas experiências anteriores que a municipalidade natalense firmou contrato com estes.

A participação de empresas privadas e de profissionais fora do quadro técnico da municipalidade se fez presente devido aos baixos níveis técnicos dos

[155] Cf.: FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento: São Pauo, 1947-1972. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

profissionais das instituições públicas da Prefeitura do Natal, algo também recorrente em todo Brasil no período. Assim, com a ausência de profissionais qualificados dentro do campo do saber urbanístico junto às administrações públicas, e a crescente demanda pela elaboração dos planos, levou o SERFHAU a incentivar a participação da iniciativa privada, que prestavam assessoria nos diversos âmbitos de planejamento: urbanístico, econômico e administrativo.

Outra questão importante nestas iniciativas da administração pública no sentido de buscar parcerias com a iniciativa privada para se constituir um planejamento urbanístico, se relaciona com definições, como as das instituições de crédito financeiro, notadamente a Caixa Econômica Federal, de que para pleitear financiamentos para serviços públicos, os municípios deveriam possuir Planos Diretores. A idéia em voga era de que tal definição estimularia o aperfeiçoamento, traduzidas em forma de planejamento, das administrações locais[156].

O arquiteto Jorge Wilheim, coordenador das atividades de confecção do Plano Urbanístico de Natal em 1967, formado pela Universidade de Mackenzie em 1952, iniciara a sua prática de planejamento urbano nos de 1950, planejando novas cidades, participando inclusive do concurso para escolha do projeto da nova capital do Brasil, a cidade planejada de Brasília. É um arquiteto de grande atuação no período, em conjunto com à Serete, elaborando planos diretores junto a equipes multidisciplinares, fomentados pela SERFHAU, e responsável pela formação de vários quadros técnicos da administração municipal no período.

Seu projeto apresentado na ocasião do concurso para Brasília era de uma cidade baseada nos interesses da população em termos de afinidades, trabalho e preocupações centrais da vida cotidiana, promovendo uma relação entre as unidades de habitação dos residentes da cidade e seus respectivos locais de trabalho, que seriam, neste sentido, descentralizados. A cidade fora planejada para quinze mil habitantes, que deveriam abrigar diversas tipologias habitacionais, como apartamentos e residências individuais. As unidades de habitação, que seriam contíguas, estariam entre as zonas de comércio e trabalho. O plano, baseado no zoneamento, era divido em zonas residencial, de comércio e trabalho, industrial, de áreas verdes, hoteleira e de expansão. Seu sistema viário era composto por vias que tangenciavam todas as unidades de habitação, as chamadas vias rápidas, e vias sem acesso a saída da cidade, de acesso aos lotes individuais, as avenidas de penetração e os demais logradouros[157].

[156] MOTA, Juliana Costa. Op. Cit.

[157] WILHEIM, Jorge. Brasília, ante-projeto de plano diretor. Habitat, n. 40-41, mar./ abr. 1957.

Jorge Wilheim apontava que os trabalhos efetivados no sentido do planejamento urbano das cidades na década de 1960 agiam no sentido de implementar a prática do planejamento como processo contínuo, com a formação de organismos administrativos e quadros técnicos de funcionários de atuação permanente. Assim, para ele a prática do urbanismo teria uma importância fundamental para os municípios,

> [...] como um necessário processo contínuo, considerando nossa intervenção limitada ao seguinte escopo: diagnosticar a situação, prognosticar alternativas, propor diretrizes básicas acompanhadas de respectiva legislação e constituir um núcleo profissional local que pudesse vir a ser institucionalizado como órgão local permanente de planejamento integral. [...][158]

O principal elemento da sua concepção urbanística, aplicado nas várias cidades em que atuou – inclusive no *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, em 1967 – era uma proposta de desenvolvimento linear da cidade, através de um eixo de adensamento e uso misto próprio ao sistema de transporte coletivo, além de vias estruturais que constituiriam vetores de desenvolvimento e permitiriam a expansão da cidade de forma livre.

O urbanismo na compreensão de Jorge Wilheim seria uma técnica de transformação da realidade, uma estratégia desenvolvimentista, voltada para propiciar o progresso nas cidades de forma integrada, ou seja, abrangendo os diferentes setores administrativos e os diferentes níveis de governo.

Sua proposta de planejamento contemplava não apenas o setor territorial, físico da cidade, mas também suas esferas econômica, social e administrativa, o qual teria inserção em planos mais amplos dos âmbitos regionais e nacionais e por isso mesmo, composto por técnicos de diferentes áreas, cabendo a figura do arquiteto a coordenação dos trabalhos. Nestas equipes multidisciplinares, a cada profissional caberia um papel específico: o arquiteto deveria instituir as bases e conceituações do trabalho, o coordenando; o engenheiro deveria estimar o custo das obras propostas, tendo em vista a sua concretização; o sociológico se encarregaria de analisar as especificidas da vida social da cidade; e o economista observar os problemas e potencialidades econômicas da urbe, suscitando um plano de viabilidade de desenvolvimento econômico.

---

[158] WILHEIM, Jorge. Urbanismo no Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p. 125.

Era defensor da construção de uma urbanística nacional, constituída e voltada a partir da diversidade da realidade brasileira, cuja questão do subdesenvolvimento se colocava como ponto fundamental de reflexão. Neste sentido, encarava com reservas a utilização pura e simples dos teóricos e das referências do campo do urbanismo estrangeiros, que seriam inadequados no emprego do contexto brasileiro.

E apesar desse apelo urbanístico ligado a questão do estado, da administração, da economia e das técnicas multidisciplinares na intervenção da cidade, defendia um afastamento do urbanismo enquanto atividade tecnicista, e que se centrasse no cotidiano dos usuários da cidade[159].

O processo metodológico de seu trabalho se inicia com os chamados estudos preliminares, um diagnóstico das características físicas e históricas da cidade, uma análise de sua morfologia e de suas tendências de ocupação. A partir daí o arquiteto seria impelido a compreender a situação em que a cidade se encontrava, já apontando hipóteses para constituição posterior do plano.

A falta de quadros técnicos qualificados fazia com que Wilheim adotasse um método de trabalho que priorizaria o pragmatismo, tomando o menor tempo possível na concretização dos trabalhos, algo que viabilizaria a inserção dos profissionais numa maior quantidade de cidades. É neste sentido que atribui às administrações locais a responsabilidade na condução das diretrizes traçadas no planejamento urbanístico, que deveriam se acostumar a ligar a condução da cidade com a prática do planejamento.

Neste sentido, os planos urbanísticos agiriam como elementos iniciadores do planejamento na gestão pública. Inclusive pela criação de grupos técnicos locais, que trabalhariam em conjunto na elaboração do plano, aos quais caberia a condução dos trabalhos de planejamento e da execução de suas diretrizes, visando à continuidade do processo de planejamento a partir da constituição de uma estrutura local permanente[160]. Como argumentava:

> [...] não interessa o plano e sim a ação de planejar. Interessa menos o documento do que a implantação de uma capacidade de planejar. O texto sem

[159] WILHEIM, Jorge. A Obra Pública de Jorge Wilheim – 50 anos de contribuição as cidades e a vida urbana. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

[160] WILHEIM, Jorge. Op. Cit. 1969.

> mobilização dificilmente chegará a modificar a realidade; mas o início de um processo e instituições que motivem e dinamizem os cidadãos numa determinada direção, representam alavanca propulsora passível de obter transformações. [...] [o plano urbanístico] deverá evidenciar a preocupação do planejador em despertar forças geradoras de transformação. [...][161]

A partir daí fica claro a importância que Jorge Wilheim atribuía a formação de uma postura favorável ao processo de planejamento junto às administrações públicas, bem como a construção de uma opinião pública que visse com bons olhos a inserção do planejamento urbanístico na cidade.

No discurso dos arquitetos do período, a participação destes nas esferas do planejamento e no processo de institucionalização junto à administração pública marcava a importância dos profissionais deste campo, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento nacional, haja vista o planejamento urbano ser uma demanda social num país cujo processo de urbanização se processou desordenadamente. Tal questão fica clara quando Wilheim justificava a atuação do urbanista na cidade:

> O urbanismo, como técnica de transformação da realidade, deve ter um objetivo fundamental: contribuir para a superação do subdesenvolvimento mediante uma ação específica sobre as estruturas urbanas, transformando-as e utilizando-as.[...]. Por isso, no processo de desenvolvimento de um país o urbanista tem um papel a cumprir e uma responsabilidade precisa: ajudar a formular e a impulsionar processos que conduzam as sociedades urbanas para uma *praxis* social capaz de alterar a vida urbana, transformando a cidade de 'lugar de consumo e consumo de lugar' em espaço a ser usufruído[162].

Apesar de esforço racional, de pensar os problemas da cidade e planejar seu desenvolvimento, efetivamente os planos urbanísticos em grande medida não possuíam uma aplicabilidade efetiva. Havia um distanciamento entre as propostas e diretrizes neles contidas e as possibilidades de suas implementações, principalmente pelas questões de ordem econômica, no que se refere à viabilidade de financiamentos das obras sugeridas. Neste sentido, não eram instrumentos hábeis para os

[161] WILHEIM, Jorge. Op. Cit. 1969. p.. 105.

[162] Id.

prefeitos porque extrapolavam a sua competência e autoridade, envolvendo problemas econômicos regionais e nacionais.

Se por um lado, a inserção de grupos multidisciplinares no momento de se diagnosticar os problemas e planejar o desenvolvimento da cidade, extrapolando, portanto, a dimensão urbanística se colocava como elemento plural, considerando a diversidade do cenário urbano, por outro, acabou por se tornar também um elemento contrário a sua viabilização efetiva, uma vez que propiciou conflitos entre propostas cada vez mais abrangentes em relação às estruturas administrativas cada vez mais setorizadas e especializadas.

Além disso, havia dificuldades e indefinições quanto à aprovação dos planos, uma vez que estes eram da alçada do executivo e, a partir da incorporação de um arcabouço legislativo e recomendações das mais diversas naturezas, passaram a ser também da alçada do legislativo[163].

Contudo, mesmo que no todo os planos urbanísticos não encontrassem efetivação, algumas metas eram cumpridas, principalmente no que se refere às questões pontuais da intervenção urbanística. Ao promover os diagnósticos das cidades, alguns problemas eram apontados, e posteriormente atendidos pela administração municipal. Além de que, a constituição de equipes locais, das cidades alvo de planejamento, para comporem e assessorarem os escritórios de urbanismo e arquitetos contratados, frutificou na formação de corpos técnicos profissionais que passaram a formar e integrar os organismos municipais. Neste sentido, possibilitou a constituição de um estado mais forte, mais organizado, mais autônomo, elementos importante para sua legitimidade no momento de pensar e agir sobre o espaço urbano.

4.3 As concepções do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*

A primeira etapa da constituição do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal correspondeu às atividades de Estudos Preliminares, seguindo neste sentido, as diretrizes traçadas pelo SERFHAU. A intenção era realizar um diagnostico completo da situação da cidade, utilizando para tal as diferentes perspectivas que integravam a equipe multidisciplinar, numa tentativa de identificar o caráter peculiar da cidade, bem como da composição do plano urbanístico.

---

[163] Cf.: VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

Houve neste sentido, um levantamento da estrutura da morfologia urbana e como se processou historicamente o sistema de produção e uso da cidade. Dados acerca das questões infra-estruturais, como o abastecimento de serviços de água e esgotos e de energia elétrica, telecomunicações e pavimentação urbana foram coletados e analisados, bem como informações referentes ao crescimento e distribuição da população no município. Além disso, aspectos econômicos, administrativos e sociais também foram objeto de preocupações dentro desse levantamento inicial, buscando justamente, analisar como a cidade do Natal estava integrada aos níveis local, estadual e regional.

A partir destes diagnósticos iniciais que seria composto o plano urbanístico, com recomendações e diretrizes a serem efetuadas em todas as esferas analisadas, compostas a partir das concepções urbanísticas em voga relacionadas com a realidade em que a cidade se encontrava.

Jorge Wilheim diagnosticou as condições da Cidade do Natal levando em conta sua evolução histórica, suas áreas de ocupação, sua especialização econômica e uma avaliação de suas tendências gerais. Fez referências a acontecimentos e processos históricos que determinariam a sua constituição.

> A ocupação deste sítio deu-se historicamente com a irregularidade característica das cidades menores na colônia. A necessidade de uma "tomada de posse" e o estabelecimento de um símbolo de poder e defesa, acarretou a construção do bonito Forte dos Reis Magos; sua atuação na defesa contra a pirataria francesa deve ter sido menos importante – face à vastidão de nosso litoral – do que o símbolo de poder e propriedade por ele representado. Mas o problema do "espaço vasto e antropofágico" deve ter sido sentido igualmente por holandeses que, apesar da curta ocupação, nada deixaram.
>
> As primeiras atividades urbanas estabeleceram-se na atual Ribeira, parte baixa do sítio, do lado do rio, pela óbvia oportunidade da criação de um porto. E, com o decorrer do tempo, foi daquele lado que a cidade subiu a rampa para a atual "Cidade Alta", local aliás onde se encontra o marco oficial da fundação da mesma. O diálogo entre partes alta e baixa da cidade, cúpula político-administrativa e atividade comercial, – deu-se do lado do porto –indicando com clareza a função exportadora-importadora e a função de distribuição de bens de consumo para a região.

> Após o estabelecimento desta primeira ocupação, espalhou-se a cidade pelo sítio, de forma frouxa e irregular, em virtude da vastidão da área, sua possibilidade de extensão ilimitada para o sul, e a pequena pressão demográfica[164].

Não há nos diagnósticos realizados indicações ou avaliações sobre os planos urbanos anteriormente adotados para cidade, apesar destes compartilharem com *Plano Urbanístico e Desenvolvimento de Natal*, que a expansão urbana deveria se proceder em direção ao sul, coincidência que pode ser explicada pelo fato de que a cidade teria limites naturais em relação as direções norte e leste – o Rio Potengi, o Oceano Atlântico e as Dunas.

Apresenta uma visão crítica sobre a rigidez da ocupação nas áreas centrais, motivada por questões relacionadas às atividades econômicas especializadas, principalmente no que se refere à questão comercial, não controlada ou fomentada pela administração local.

> É curioso, no entanto, notar como a cristalização de certos sistemas (notadamente o "mercadejar") que são característicos de vida natalenses, passaram a usar de forma especializada a estrutura da plataforma. A necessidade de grande concentração comercial, sua ligação com a estrada de acesso do interior, de onde ainda provêm 60% dos compradores, – levou à ocupação sucessiva de uma estreita faixa, ao longo da qual se distribuem os bairros que concentram a quase totalidade das atividades mercantis: Alecrim, Cidade Alta e Ribeira.
>
> Temos aí um exemplo claro de como as atividades, – cristalizadas em sistemas de vida predominantes, passaram a usar apenas parte da estrutura física natural, criando um desequilíbrio a ser corrigido, se quisermos dar integral uso às potencialidades encerradas pelo sítio[165].

Tais elementos levariam há uma concentração da população nestas áreas, provocando um tráfego intenso. Indicava que a partir do fluxo de pessoas vindas principalmente do campo a cidade se expandia, com a fixação principalmente no setor central, fazendo que outros perímetros da cidade ficassem subutilizados, proporcionado a assim histórica desigualdade na ocupação das áreas da cidade.

---

[164] WILHEIM, Jorge. Op. Cit. 1969. p. 204-206.

[165] Id.

> Os fatores exógenos têm até hoje determinado a forma e o empuxo de crescimento de Natal (emigração, seca, guerra etc.). Mas estas influências bruscas não têm alterado qualitativamente os sistemas de vida que continuaram bàsicamente ligados ao binômio "comércio e administração". Por isso, os motivos básicos que levaram ao uso intensivo de estreita estrutura física, acima descrita, – se reafirmaram; e a formação recente do Alecrim (a partir de 1940) resultaram na ocupação de um setor do sítio, adensando a estrutura de que dispunha, ao ponto de estrangulá-la, como na área do mercado. Este uso reiterado de uma estrutura deu-se ao mesmo tempo em que se criava outra estrutura: a Avenida Marechal Hermes da Fonseca (1942) asfaltada e ligando o aeroporto à cidade (até Petrópolis); no entanto a predominância dos sistemas de vida ligados ao comércio e ao abastecimento *mercantil* do interior, acarretaram sobrecarga duma estrutura (no Alecrim) e sub-utilização de outra (a via do aeroporto).
>
> Decorre destes fatos uma ocupação desigual do sítio e uma natural divisão de funções. Até 1960 as atividades comerciais alinhavam-se fundamentalmente ao longo do eixo Alecrim- Cidade Alta-Ribeira, os domicílios adensaram-se em função destes três núcleos e o restante da plataforma central ainda apresenta baixa ocupação[166].

Com isso Natal seria considera enquanto cidade ainda em formação, com crescimento desordenado e constante, a partir da década de 1940, sem infra-estrutura urbana básica na maior parte de sua área. Estaria claramente demarcada a área que concentrava infra-estrutura e serviços urbanos, os núcleos originários da cidade. E a partir de um processo mais recente de crescimento populacional, a disparidade das condições urbanísticas entre as regiões da cidade tornavam-se mais problemáticas, com a área central habitada pelas classes média e alta e as demais áreas, desprovida de infra-estrutura, pela classe de baixa renda.

> Nos últimos anos, especialmente após a última grande seca, no interior nordestino, algumas alterações surgiram, no que tange à ocupação do sítio, sem diminuir substancialmente a importância daquele

[166] Ibid.

> eixo. Densos núcleos habitacionais se formaram: a favela Pe. João Maria, *a invasão da Brasília Teimosa e da Nova Descoberta [Mãe Luíza].* Estes novos 57 núcleos em que vivem populações de baixíssima renda, em boa parte marginalizadas por falta de emprego (e outros motivos), – não chegaram a provocar novas estruturas viárias. Os seus sistemas de vida são totalmente carentes de apoio estrutural, evidenciando sua condição de marginalização urbana.
>
> O quadro da ocupação do sítio completa-se assim, com a conformação de uma cidade de baixa densidade, apresentando, no entanto, algumas densidades altíssimas, pontos de estrangulamento ao lado de vazios na parte central da plataforma; e, de modo geral, além de se encontrar sistemas insatisfeitos, estruturas ociosas e estruturas sobrecarregadas – percebe-se não se estar utilizando plenamente as ricas potencialidades paisagísticas oferecidas pelo sítio, seja nas dunas, seja nas praias, seja no "diálogo" da parte alta com a parte baixa[167].

Assim, com uma população mal distribuída e com um descompasso entre infra-estrutura e crescimento, um dos principais problemas a ser alvo das preocupações da construção do plano eram a descontinuidade da ocupação do solo e seus conseqüentes espaços vazios, subutilizados.

O *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* constituiu algumas diretrizes e propostas para a cidade no que se refere ao controle e direcionamento da expansão urbana, as áreas de habitação, a um sistema viário hierarquizado, aos sistemas de coletivos e as áreas verdes da cidade, tendo como ponto central a questão do zoneamento urbano. Também preconizava a ampliação da infra-estrutura e dos serviços públicos, a partir da modernização da administração municipal.

Neste sentido, as questões do plano iam além da esfera urbanística e se ligavam também as questões administrativas, econômicas e sócio-culturais, numa clara referência ao ideário desenvolvimentista hegemônico no período. E chegou-se mesmo a atribuir ao plano de Natal de 1967-68 como sendo o primeiro a efetivar de fato a inserção do urbanismo enquanto componente da estratégia do desenvolvimento integrado.

---

[167] Ibid.

> [...] trata-se do primeiro plano brasileiro a propor claramente o urbanismo como uma estratégia desenvolvimentista. A própria proposta de serviço feita à prefeitura, fugia da itemização costumeira enfatizando programas de ação de potencialidade geradora. Natal, foi, assim nossa primeira experiência em um urbanismo conscientemente estratégico[168].

Em termos da parte urbanística propriamente dita, algumas questões apresentam-se como centrais, com a questão do zoneamento se colocando como diretriz. O plano sugeriu que a cidade fosse dividida em zonas como: Zona de Atividades Centrais, essencialmente de caráter comercial; Zonas Residenciais, com diferentes índices de adensamento; Zona Industrial, cujas indústrias deveriam ser agrupadas em distritos, coexistindo em alguns casos, com residências; Zonas Verdes; além de Zonas Mistas, única zona com predominância residencial permitida para loteamentos e conjuntos habitacionais populares. Neste sentido, o plano previa a distinção de zonas de habitação própria para classes altas e médias, próximas ao centro da cidade, e para classe de baixa renda, formando uma espécie de cinturão na parte sul e oeste da cidade.

O uso do solo a partir da proposta do zoneamento pretendia construir uma cidade que privilegiasse uma pluralidade maior do ponto de vista das atividades econômicas, bem como do seu adensamento populacional. Buscava-se assim variadas formas que contribuíssem para o desenvolvimento da cidade. O uso do solo seria divido racionalmente, portanto, a partir de predominâncias de uso, a fim de se obter uma coexistência funcional, com a superposição de sistemas, de atividades.

O zoneamento, a partir da reestruturação urbana proposta pelo *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal,* se distribuiria a partir de diversas faixas paralelas, em eixos lineares, no sentido do próprio crescimento da cidade no período, do norte para o sul.

O direcionamento da ocupação dos territórios urbanos e a integração dos grupos sociais também são elementos norteadores para a proposta de hierarquização do sistema viário, que deveria proporcionar uma circulação dinâmica dos veículos. O binômio viário seria o eixo estrutural da cidade, formado pelas Avenidas Comercial – a Avenida Rio Branco, no

[168] Ibid.

bairro da Cidade Alta – e de Contorno – que seria criada com características de rodovia urbana, ligando o centro até a praia de Areia Preta –, aproveitando o desenvolvimento linear da cidade, fazendo com que o desenvolvimento comercial se desse com a instalação de transporte rápido, evitando o problema do tráfego.

As Avenidas de Ligação dariam continuidade à trama da cidade, servindo de acesso as demais funções e subsistemas urbanos, com as vias interbairros e as alamedas casa-trabalho. Elas garantiriam a linearidade residencial da cidade, no sentido sul. Seriam a partir destes dois elementos morfológicos que se distribuiria o zoneamento.

Há preocupações no sentido de estabelecer diretrizes para o crescimento da cidade, procurando promover o adensamento da população na área urbanizada que, como recomenda o plano urbanístico, deveria dispor de mais elementos de infra-estrutura, como serviços de energia elétrica, de água e esgotos, de modo que os equipamentos urbanos básicos se estendessem a toda população. Assim, o plano aponta para necessária

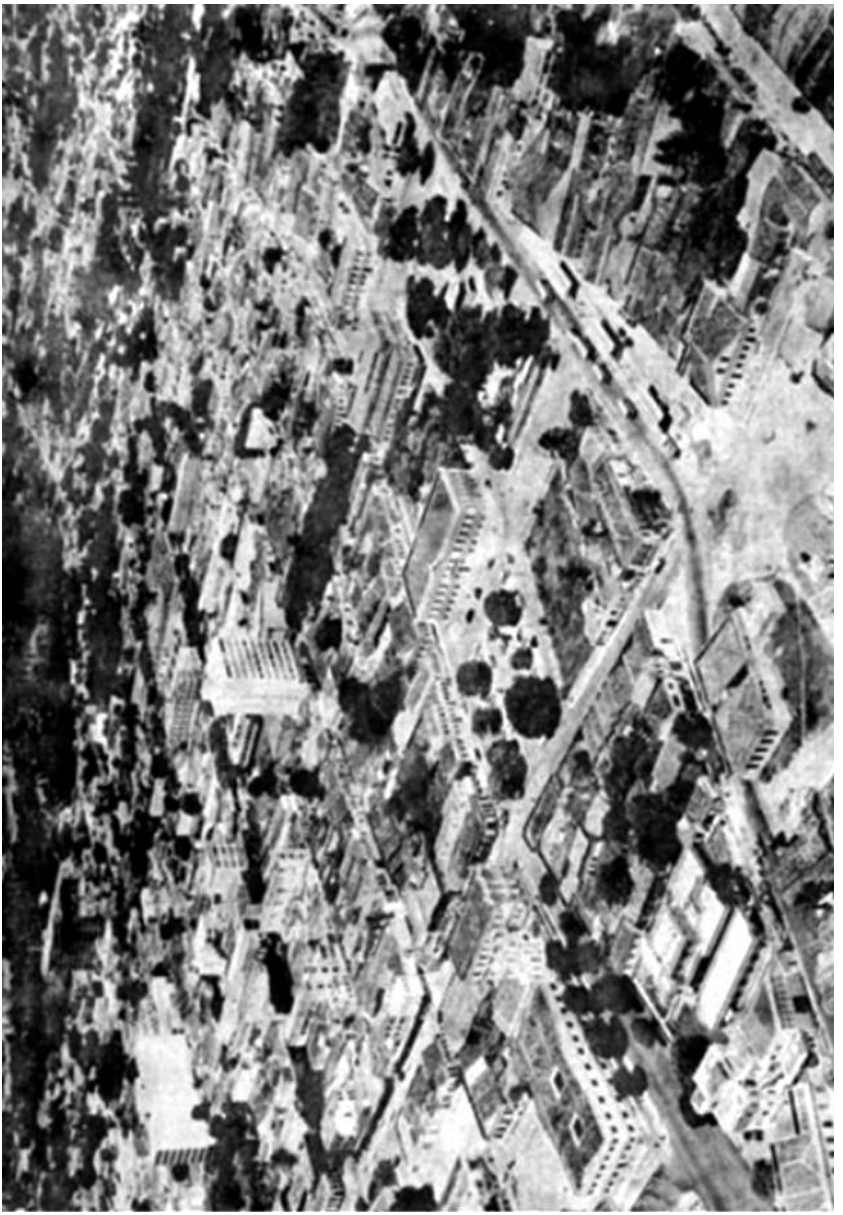

Imagem 29: Fotografia do Centro da Cidade do Natal em 1967, que compõem o diagnóstico da cidade elaborado pelo Escritório Serete S/A, quando dos trabalhos de elaboração do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br.

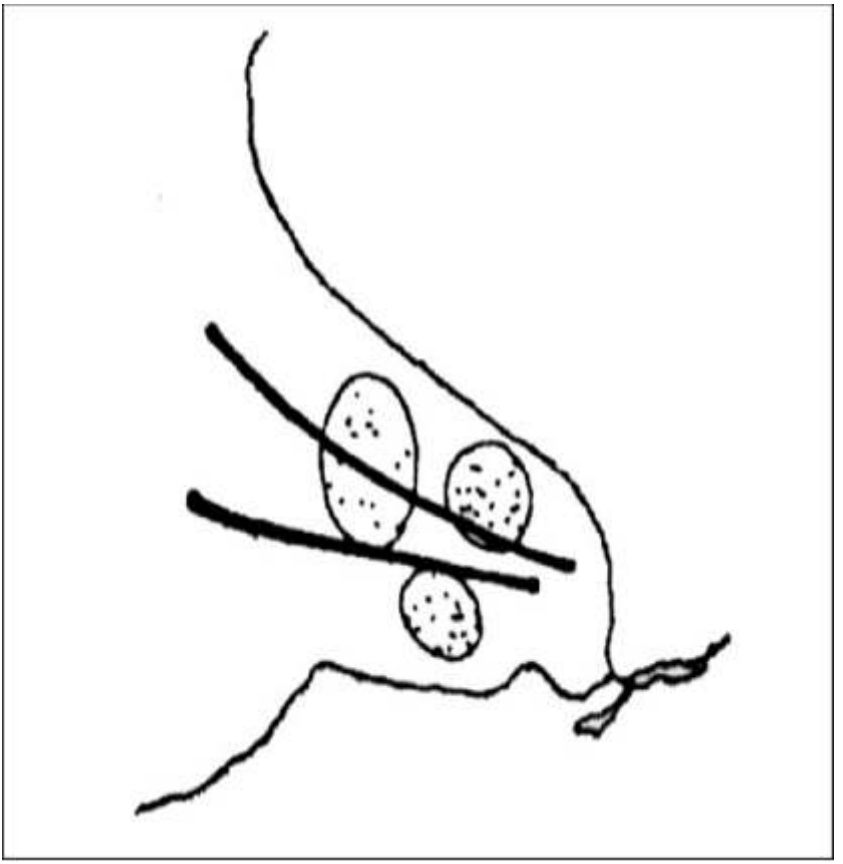

Imagem 30: Croqui da proposta do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*. Destaque para as duas linhas que formam o Binômio Viário, que perpassariam a área comercial da cidade, que seria reconfigurada.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br.

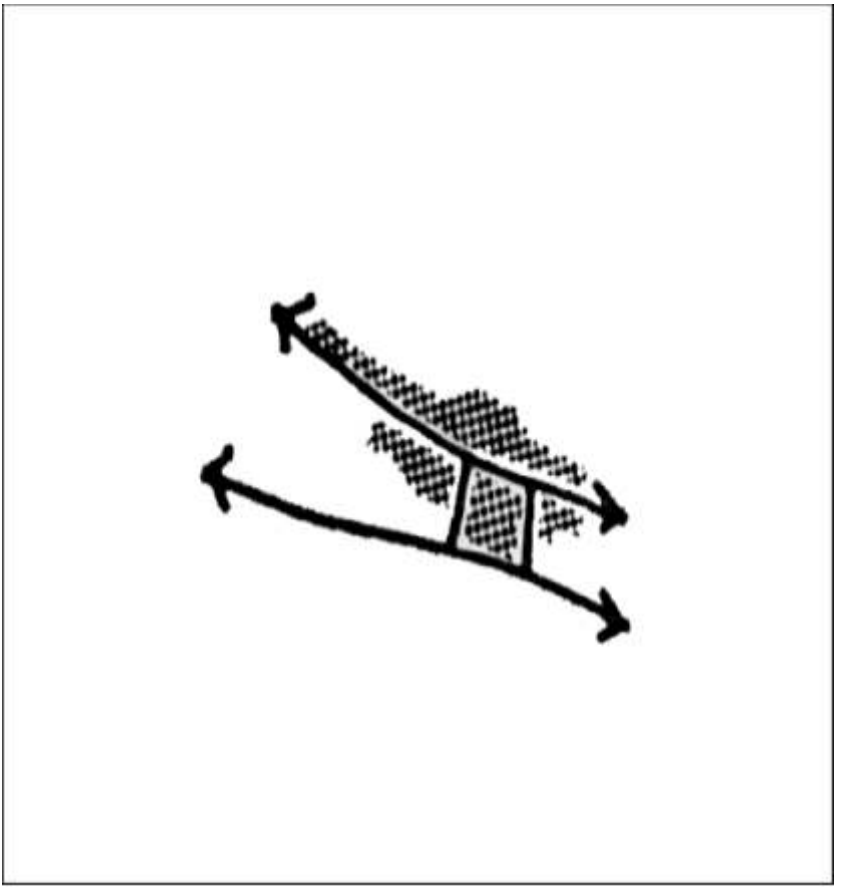

imagem 31: Croqui da integração a partir da estrutura do sistema viário binário, formados pelas Avenidas Comercial e de Contorno.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br.

Imagem 32: Sistema Viário Estrutural.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br.

Imagem 33: Paisagismo – Distribuição dos parques.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br

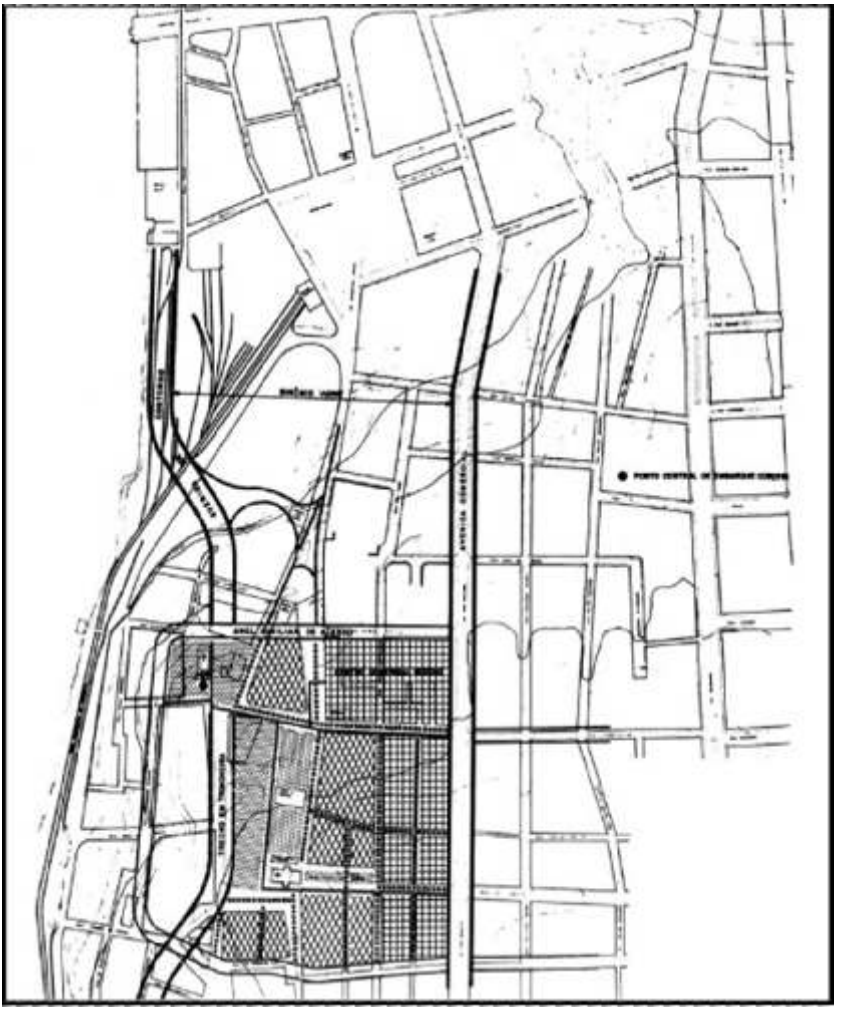

Imagem 34: Centro principal – Remanejamento.
Fonte: http://www.jorgewilheim.com.br

> [...] integração urbana de diversos núcleos habitacionais, ora até certo ponto desintegrados [...]. No que pese suas diferenças sócio-econômicas, apresentam elas uma característica comum: seu relativo isolamento e auto-suficiência [...]. Achamos que o caráter diferencial poderia ser mantido: uma cidade fica mais rica e boa nela se viver quando bairros se diferenciam e têm caráter próprio. Mas, por outro lado, é necessário estabelecer vínculos entre bairros para que todos os cidadãos se possam sentir efetivamente integrados numa vida urbana [...][169]

O plano pretendia, portanto, ser um elemento disciplinar à cidade, propondo questões que levariam a uma organização da cidade que se constituiu desordenadamente e ditando os ritmos de crescimento e especializações do espaço. O objetivo não era apenas promover a transformação da realidade física de Natal, mas também das questões socioeconômicas, a partir da idéia de coesão social. É assim, denotativo do tipo de representação de sociedade que um grupo de saber específico compartilhava, tanto em relação aos seus pares – arquitetos e urbanistas –, como também em relação as classes que detinham a hegemonia política do período, que consumiam e promoviam este tipo de saber.

Intentava-se preservar a cidade do agravamento de sua situação, de crescimento e ocupação desordenados, além de constituir hipóteses para sua expansão, definindo limites físicos específicos e áreas de adensamento populacional.

> [...] para obter o desejável adensamento não é suficiente, no entanto, legislar e estimular maior aproveitamento dos lotes. Torna-se fundamental a ocupação de *áreas urbanas atualmente vazias*. [...] contida [a expansão da cidade] dentro das seguintes estruturas físicas: o rio Potengi a oeste, as dunas e o mar a leste e norte e o paralelo correspondente à Cidade da Esperança ao sul; até atingir a estrutura física das dunas. *Não prevemos necessidade a médio prazo, nem conveniência de permitir a extensão da cidade além desses limites*[170].

[169] SERETE S/A. Plano urbanístico e de desenvolvimento de Natal. PMN, 1967-68.

[170] Ibid.

Os diagnósticos realizados apontavam para uma espécie de separação das áreas centrais com as áreas suburbanas, entre estas haveria justamente "as áreas urbanas vazias". E era justamente esta falta de "coesão urbana" um dos principais alvos de preocupação explicitados no plano urbanístico. A cidade deveria promover uma racionalização do uso do solo, para a perfeita adequação entre a estrutura urbana e o bem-estar da população. Assim, aponta a necessidade de

> [...] manter certa coesão urbana mediante duas táticas: o adensamento e a redistribuição de alguns bairros. Definimos a coesão urbana como sendo a continuidade e distribuição harmoniosa ou equilibrada das densidades e da população. É necessário evitar uma ocupação desconexa e frouxa do solo disponível; a previsão demográfica não faz prever excessivo aumento; e sua dispersão implicaria em enorme ônus para os serviços públicos, obrigados a estender redes através de vazios. Mas, se a extensão urbana deve e pode ser coibida, por outro lado, é necessário e urgente ocupar os vazios já ora existentes [...]. Esses vazios são resultado de retenção especulativa e contradizem a desejada coesão urbana[171].

O controle da expansão urbana era, portanto, uma das principais questões que motivaram a construção das diretrizes do plano urbanístico. Diante da livre e desordenada ocupação das áreas suburbanas – com a implantação de loteamentos –, e das áreas informais – como Brasília Teimosa e Mãe Luíza –, descritos como determinados a partir dos interesses do mercado imobiliário, que teria total liberdade no parcelamento urbano, e das necessidades de moradia pela população de baixa renda, a cidade teria se expandido sem controle.

Assim, avaliava que isso diminuiria as possibilidades da municipalidade de atender, de forma planejada e racional, as demandas por serviços e infra-estrutura. Por isso, para direcionar a expansão da cidade para as áreas desejadas, o plano indicará medidas indutoras, como por exemplo, obras viárias, sistema de transporte público e a localização dos conjuntos habitacionais fomentados e regulados pelo estado.

Porém, além da adoção de medidas indutoras, o plano apontava a necessidade da ação efetiva da municipalidade em promover a urbanização da

[171] Ibid.

favela de Mãe Luíza e a transferência da favela de Brasília Teimosa. A preocupação em relação a estes dois territórios parece ocupar um lugar de destaque, colocando-se tais iniciativas inclusive a serem implementadas enquanto projetos especiais. Era preciso combater não apenas a questão das ocupações informais do espaço urbano, que proporcionavam sua desorganização, mas também as feições marginais daquelas áreas da cidade.

> [...] Esta marginalidade é física, social e psicológica [...], física, pois está mal entrosada na trama viária urbana, apesar de sua proximidade; social, pois seus habitantes caracterizam-se pelo baixo poder aquisitivo, pouco preparo e subemprego; psicológico, pois o restante dos natalenses mal conhecem a existência deste bairro, cujos problemas cristalizados, compactamente representam a fraqueza da estrutura econômica (empregatícia) da cidade[172].

Além dessas preocupações em torno da organização e controle do espaço urbano, o *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* buscava preservar a beleza do sítio, porém, contribuir para a criação de uma paisagem urbana, sugerindo que, a partir de dispositivos legislativos, se estimulasse a construção de edifícios, contrastando com o casario baixo e as áreas verdes.

Há um desejo de se constituir um horizonte urbano com marcos referenciais na cidade, onde os cidadãos pudessem se situar, principalmente a partir de dois elementos: "(a) massas de edifícios ao longo da faixa que encerra as principais atividades e comércio; (b) um edifício-torre como núcleo do novo centro comercial modelo, na Cidade Alta[173]".

A recomendação de se construir um centro comercial modelo, com supermercado e grandes lojas departamentais de variadas funções, se colocava como exemplo denotativo do caráter multidisciplinar do plano e de suas preocupações com o desenvolvimento da cidade, no sentido econômico. Sugere-se ainda, complementando o centro modelo, a inclusão de um conjunto hoteleiro, para promoção turística da cidade, e de um centro de serviços administrativos, que agregariam num só espaço os diferentes organismos da municipalidade. Sugestões deste tipo, que exigiriam, além de questões legislativas, o financiamento público de obras, se colocam como elementos de igual relevância às questões urbanísticas propriamente ditas.

---

[172] Ibid.

[173] Ibid.

Todas estas recomendações – sejam de caráter morfológico, de regulação do território urbano, ou de bases socioeconômicas e administrativas – contribuiriam para concretização da espécie de pedra angular do plano urbano, a construção de uma imagem de capital de estado e região, firmada principalmente pela potencialização de sua vocação terciária e a construção de locais adequados para a realização de atividades culturais, próximos do centro.

Planejava-se assim, uma cidade voltada eminentemente para questão comercial, mas que possibilitaria a constituição de um pólo industrial considerável. Porém, apostava no estabelecimento das atividades turísticas, não só pela inserção de um conjunto hoteleiro, mas também aproveitando a paisagem natural da cidade.

O *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, confeccionado pela Serete S/A e coordenado por Jorge Wilheim, fora entregue a edilidade no início do ano de 1968. Porém, suas diretrizes e sugestões nunca chegaram a ser implementadas pela municipalidade. De fato, ele se constituiu como primeiro passo para a formação de um quadro de planejadores e para o processo de institucionalização do planejamento em Natal. A partir dele deu-se a formação de um corpo técnico especializado em planejamento urbano, o que possibilitou a criação de órgãos específicos na execução de ações urbanas.

Foi esta equipe formada que em 1974 que elaborou o *Plano Diretor do Município de Natal*, na realidade, uma adaptação do Plano de 1967-68 para que se pudesse ser convertido em elemento legislativo.

Apesar de sua não aplicabilidade, o *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal* colocou-se como elemento importante para a cidade, haja vista arregimentou idéias e expectativas dos seus atores contemporâneos. É assim, um marco fundamental na cartografia dos tempos urbanos da Cidade do Natal.

4.4 ILUSÕES DOS FUTUROS DO PASSADO

Mais do que expressarem o processo de urbanização e crescimento da Cidade do Natal, os Planos Urbanísticos construídos delineiam pressupostos e proposições. Marcam uma cidade do desejo, frente à cidade real que vai se constituindo no cotidiano. A análise destes planos são reveladores de como se deu (bem como se deveria proceder, segundo as intenções do plano) o processo de produção da cidade. E é neste sentido

que dizemos que eles traçam cartografias da cidade, produzidas pelos urbanistas, os quais se situam em um determinado lugar social.

Lançando um olhar aos Planos Urbanísticos anteriores ao de 1968, vemos que promoveram uma fragmentação do tecido urbano da cidade, deslocando a ocupação fundiária, a partir dos imigrantes, para determinados espaços, que foram identificados como hierarquicamente inferiores dentro da urbe. Porém, este processo de demarcações do espaço se dá à revelia das propostas dos planos, são as ocupações "espontâneas" dos espaços.

A profusão de planos urbanísticos para cidade além de demonstrarem as transformações em torno dos saberes urbanos, na prática de intervenção e planejamento das cidades, se situa também como elementos de renovação deste pacto entre os elementos do poderes políticos, financeiros e culturais[174]. Outro olhar a ser dado para a não implementação do Plano de 1967-68, deve ir além de tomá-lo como uma ineficácia do Estado em gerir o espaço urbano. Deve ser encarado como uma renovação das estratégias frente às táticas desenvolvidas na cotidianidade das práticas citadinas.

[174] Cf.: ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997.

_capítulo 05

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A CIDADE NOS TEMPOS DA MEMÓRIA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A CIDADE NOS TEMPOS DA MEMÓRIA

Quando haver era verbo aqui havia
Um vulto que chamavam de cidade
Um Éden, fauna, flora e vaidade,
Chorava o riso e da tristeza ria.
Felizmente o atlântico sabia
Que o vazio não tem posteridade
E guardou submersa essa beldade
Num tsunâmi de filantropia.
A vida inteira vendeu mal por bem
E comprou sem pagar o bem por mal,
Recebeu justa paga a hipocrisia
Cujo nome secreto era Natal:
A Ilha do Careca foi um dia
Um morro de saudade, sangue e sal.

Alex Nascimento (2009)

Das representações acerca do espaço urbano, as quais afirmavam que Natal estava bem feia e problemática, até a crescente demanda em fazer saber e consumir informações acerca dos novos espaços da cidade; das produções simbólicas e materiais da urbe, que se relacionavam com as práticas políticas e das constituições formais e informais do território, até os anseios e perspectivas de certos grupos sociais que elaboraram imagens e construíram um horizonte de expectativa para o devir da urbe, engajando saberes sistematizados, legitimadores...Que significados essa trajetória nos impõe?

Primeiramente, denota o caráter complexo, diversificado, contraditório que se liga à cidade. Ora, se fôssemos impelidos a apontar aquilo que definiria a Cidade do Natal na década de 1960, o que diríamos? O crescente papel da municipalidade, organizando, delimitando o espaço urbano? Ou o movimento e circulação de ideias hegemônicas a partir do plano nacional, implicando em maneiras semelhantes, homogêneas de se pensar e praticar o urbano, não só em relação a Natal, mas também nas principais cidades brasileiras do período? Talvez a definição pudesse advir da compreensão do processo quase incontrolável a partir do qual a cidade vai se constituindo, das correlações da formalidade e informalidade de sua produção.

Mas, poder-se-ia afirmar que se deveria levar em conta a própria definição que os atores do período atribuíam ao seu espaço de experiência.

E aí chegaríamos novamente a questões múltiplas: que atores? Aqueles que se articulavam com o centro hegemônico da sociedade natelense, que possuíam inclusive o poder de se fazer saber, a partir de meios de comunicação, como se ocupou parte deste trabalho? Decerto, como mostram os próprios mecanismos de fazer saber destes, a Cidade do Natal não era composta apenas por estes grupos hegemônicos, por mais que estes assim pretendessem, desejassem e se dispusessem a isso promover.

Tais questões nos levam a apontar, na experiência da Natal dos anos de 1960, a construção de identidades e diferenças, que implicou na constituição de referências em termos de prestígio e desprestígio de certos espaços da cidade: entre os bairros tradicionais (Cidade Alta, Ribeira, Petrópolis e Tirol) e os bairros suburbanos, formados a partir do crescimento demográfico e fundiário de Natal, no período do Pós-Segunda Guerra Mundial; entre os espaços estabelecidos e os espaços *outsiders.*

A Natal da década de 1960 possuía uma hierarquização do espaço, que levava em conta os padrões socioeconômicos, dividindo-se em bairros centrais, onde se localizavam o centro das atividades comerciais e de moradia de alta classe, e os suburbanos, onde habitava a população de baixa renda. Mas onde também operava um conjunto de símbolos, de adjetivações: a Natal conhecida, de seus bairros tradicionais, desenvolvidos, que encarnavam a história, o progresso e a civilização da cidade; e a Natal distante, estranha, dos bairros primos pobres subdesenvolvidos, dos perigos, dos problemas, dos subúrbios, das favelas, dos antros de vício e perdição – Imagens de uma cidade reivindicada e de uma cidade renegada.

As próprias referências temporais da cidade são elaboradas no sentido de se comporem os inventários de identidade e de diferença, de estranhamento e de aproximação. A Natal de 1960 apresentaria positividades pela sua condição de nascente metrópole, crescia, expandia-se, constituindo-se, portanto, a partir da comparação com outras grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro. Esse caráter positivo também se operaria na adoção de práticas modernizadoras, como fazia a "Jovem Guarda" natalense, assim, numa articulação com as perspectivas de futuro, do progresso.

Mas a "feia" Natal da década de 1960, aos olhares e dizeres de seus grupos hegemônicos, era comparada com uma outra Natal, a do início do período republicano, que apesar de suas limitações encarnaria os valores da modernidade e do progresso, com a referência de seus personagens

paradigmáticos (como Manoel Dantas, Henrique Castriciano e até mesmo Luís da Câmara Cascudo, entre outros) e de suas realizações (não à toa, a própria construção dos bairros do Tirol e Petrópolis). Seria nesta outra Natal que se deveriam buscar as bases para a urbe. Era a partir de uma referência pretérita que se articulava a experiência do presente, bem como, constituíam-se elementos para a imaginação futura.

Uma cidade problemática não apenas por ter se desviado do modelo do início do século XX, mas por sua condição subdesenvolvida, uma urbe do Nordeste brasileiro e que, portanto, deveria buscar sua redenção nas utopias desenvolvimentistas do planejamento urbano. Aqui, Natal precisava seguir seu mito urbano, Brasília, que operava quase que como um arquétipo. Horizontes de expectativa, esperança que guiavam até mesmo a linguagem e as práticas políticas.

É assim que Natal pode ser explicada pelos seus deslocamentos entre seus passados presentes e futuros presentes na década de 1960. Apresenta uma configuração de identidades múltiplas. Ora metrópole, pelo seu crescimento, ou pelos seus problemas; ora moderna; ora subdesenvolvida.

É na Natal da segunda metade do século XX que vai se construindo um delineamento espacial, um conjunto de representações espaciais que se enraizaram nas distinções que os grupos sociais reproduziram no território. Uma hierarquização que se fez sentir não apenas no plano material, mas também no campo das ideias, das práticas e representações, cujo componente simbólico se articula até mesmo no período contemporâneo.

Os anos de 1960, como bem denota a adoção do *Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal*, são um ponto de inflexão importante na constituição das metamorfoses da memória da cidade, cujos processamentos encontram ressonância na contemporaneidade.

Em 1946, Luís da Câmara Cascudo construiu aquela que seria a primeira História da Cidade do Natal. Concedeu à Natal uma visão geral, dos marcos de sua fundação até os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, que alçara a capital do Rio Grande do Norte à Cidade do Trampolim. Como toda escrita sobre o passado, Cascudo também operou seleções e fez saber um passado específico, delimitado por suas próprias convenções.

Assim, Cascudo demarca e institui, com a legitimidade de historiador oficial da cidade do Natal, aquilo que é importante de ser

conhecido e lembrado em relação à cidade. Mas também delimita as questões que são próprias ao esforço de esquecer. Assim, constrói verdadeiros lugares de memória natalense.

> A história evidencia que os movimentos decorrem dentro de uma área limitada [...] Natal é uma cidade sem problemas. O que chamamos, com suficiência e pedantismo, problemas, são apenas soluções sabidas e retardadas pela falta de finanças ou de vontades positivas. Os problemas surgirão, vertiginosos e horrendos, quando o Alecrim deixar de ser uma esperança para bairro residencial e enriquecer intermediários e donos de lotes. Será um capítulo sinistro registrar o desaparecimento útil da terra para uso financeiro de uma classe melancolicamente míope além das fronteiras dos escritórios.
>
> A história da cidade se passa na Ribeira e na Cidade. Não há história nos bairros novos [...][175]

Sessenta e quatro anos depois e Cascudo ainda parece ter razão. Não há história dos "bairros novos". A cidade instituída pelo olhar ao pretérito empreendido por Cascudo parece ter tido continuidade, tornou-se um lugar comum.

"Natal Cidade Memória"[176] é o título de uma publicação construída pela municipalidade em 2010. Seu objetivo era realizar um registro da história e da memória natalense, a partir daquilo que se entendia "ser o mais importante do seu patrimônio material e imaterial"[177]. Salientava-se que os registros postos ali seriam importantes na construção de identidades.

E que registros da história e da memória ela nos traz? O que se institui ser o mais importante do passado da cidade e, portanto, merecido de ser lembrado? Que referências são postas para que os natalenses construam sua identidade? A publicação nos dá acesso a fotografias, de "ontem e hoje" e "vozes do passado", trechos de jornais de época. Praticamente todas referentes às primeiras décadas do século XX, centrando-se nas vivências urbanas praticadas nos bairros tradicionais, Cidade Alta, Ribeira, Petrópolis e Tirol, a cidade da Natal da modernidade.

---

[175] CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: IHGRN, 1999. p. 15.

[176] PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/ SEMURB. Natal: Cidade memória. NATAL: SEMURB, 2010.

[177] Id. p.7.

Na Cidade do Natal, no que se trata das referências do "ontem e hoje", se o termo "hoje" parece ser relativo, determinado pelo lugar que ocupamos na temporalidade, o "ontem" aparenta ser absoluto: as primeiras décadas do século XX. A síntese natalense parece assim possuir uma temporalidade e uma espacialidade específica.

Como bem diz Flávia Assaf:

> Natal ama seu passado. [...] no culto a figuras do passado percebemos esse amor. Dois momentos da história são especialmente queridos: as primeiras décadas do século XX e o período de permanência dos soldados americanos em Parnamirim, durante a Segunda Guerra Mundial. Vira e mexe, Natal reverencia esses momentos e seus personagens[178].

Assim, além da Natal da *Belle Èpoque*, o passado da cidade que merece ser reverenciado é o da Natal do Trampolim da Vitória, que marcaria, ao mesmo tempo, o apogeu da modernidade da urbe – sob diretrizes de uma tradução cultural norte-americana – e seu cortejo fúnebre, haja vista, como antevia Cascudo, até aí Natal era uma cidade sem problemas.

Ora, é a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial que vai se perdendo por completo a vivência da Natal da modernidade. Seus intelectuais e poetas se findaram; a urbe agora era invadida por vagas imigrantes que inflacionavam a cidade; suas feições urbanas transformaram-se; ao lado dos equilibrados e projetados bairros do Tirol e Petrópolis, instituíam-se um cem mundo de subúrbios desordenados...Não era à toa que a cidade da *Belle Èpoque* fosse inventada enquanto paradigma de cultura urbana para década de 1960.

O artigo de Flávia Assaf, bem como a epígrafe que abre esta parte da narrativa, compõem a Revista Perigo Iminente, de março de 2009, que traz por título "A Cidade Sonhada: desejos, delírios, profecias, projeções de Natal dagora a 50 anos" – número todo dedicado a Manuel Dantas e sua conferência, "Natal daqui a cincoenta anos", proferida em 1909. Com esta inspiração pretérita, motivada pelo aniversário de cem anos da conferência, a Revista, como posto em seu editorial, não pretendia "retratar exaustivamente a linha do tempo que vem de 1909 a 2009, nem dissecar o autor e a obra", não haveria ali "compromisso com a lógica documental nem com a técnica jornalística"[179].

---

[178] ASSAF, Flávia. O Futuro Possível. Perigo Iminente, Natal, 21 de março de 2009. p.20-23.

[179] PERIGO IMINENTE. A Cidade sonhada: desejos delírios profecias, projeções de Natal dagora a 50 anos – Ano 100 da conferência futurista de Manuel Dantas. Natal: Flor do Sal, mar. 2009.

Preocupava-se em pensar o futuro, recorrendo a uma voz do passado como guia, parâmetro e contraponto. Ora, é justamente nesses

_referências

FONTES

Periódicos

A ORDEM. Natal, Jan. de 1964 – Dez. de 1967.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, Set. 1967 – Nov. 1967.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, Nov. 1965 – Jan. 1965.

PERIGO IMINENTE. A Cidade sonhada: desejos delírios profeciais projeções de Natal dagora a 50 anos – Ano 100 da conferência futurista de Manuel Dantas. Natal: Flor do Sal, mar. 2009.

Instrumentos de Ordenação Urbana

ESTADO DO Rio Grande do Norte. Lei nº 1.113, de 03 de janeiro de 1961. *Diário Oficial do Estado*, Natal, 24 de janeiro de 1961.

_____. Lei nº 1.393, de 20 de dezembro de 1963. *Diário Oficial do Estado*, Natal, 03 de janeiro de 1964.

_____. Lei nº 1.580, de 08 de setembro de 1966. *Diário Oficial do Estado*, Natal, 09 de setembro de 1966.

_____. Lei nº 1.581, de 08 de setembro de 1966. *Diário Oficial do Estado*, Natal, 09 de setembro de 1966.

_____. Lei nº 1.651, de 21 de julho de 1967. *Diário Oficial do Estado*, Natal, 25 de julho de 1967.

SERETE S/A. *Plano urbanístico e de desenvolvimento de Natal*. PMN, 1967-68.

Fontes Relacionadas ao Plano de Jorge Wilheim

WILHEIM, Jorge. Brasília, ante-projeto de plano diretor. *Habitat*, n. 40-41, mar./ abr. 1957.

_____. *Urbanismo no Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. *A Obra Pública de Jorge Wilheim* – 50 anos de contribuição as cidades e a vida urbana. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. *O pântano e o riacho*: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004.

BASTOS, Sueli Marinho de; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Vantagens e desvantagens do espaço: a hierarquização dos espaços ocupados em Natal. *Scripta Nova*, v. VIII, n. 146(144), ago. de 2003.

BRESCIANNI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982. (coleção tudo é história)

_____. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 237-258.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 3ª ed. Natal: IHG/RN, 1999.

CARVALHO, Maria Alice. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Práticas de Espaço. In.:_____. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 171-217.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, jan-abril/1991, 11(5), p. 173-191.

CRÔNICAS NATALENSES – antologia. Natal, EDUFRN, S/D.

DANTAS, Manoel. *Natal d`aqui a cincoenta annos*. Natal: imprensa official, 1909. (fax-simili).

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos avançados*, Rio de Janeiro, 6(14), 1992.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento*: São Pauo, 1947-1972. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.

_____. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ano 3, n. 4, 2001.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org.). *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GEERTZ, Cliford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978

GURGEL, Tarcísio. *Belle epóque na Esquina*. Tese de Doutorado (Mestrado em Letras). Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2006.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Pedro. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. *Natal século XX*: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

_____. *Luís da Câmara Cascudo e a questão Urbana de Natal*. Natal: EDUFRN, 2006.

LONH, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História* – Órgão oficial da Associação Nacional de História, São Paulo, v.27, n. 53, p.297-322, jan.- jun., 2007.

LYRA, Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura*: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

MEDEIROS, Sara Raquel Q. de. *A casa própria: sonho ou realidade?* Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2007.

MELO, João Wilson Mendes. *A Cidade e o Trampolim*. s/e, 1999.

MELLO, Luiz Anhaia. *Elementos para o planejamento territorial dos municípios*. São Paulo: CEPEU/FAU, 1957.

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. *380 anos de história foto-gráfica da Cidade do Natal* (1599-1979). s/e, 1981.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

OLIVEIRA, Frederico; NUNES, Elias. Sensoriamento Remoto na análise espaço-temporal da expansão da mancha urbana em Natal/RN (1969-2002). *Anais do XII SBSR*, Goiânia, abr. de 2005, p.3871-3878.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade*: o processo de modernização do Natal (1889-1913). Natal: EDUFRN, 1999.,

_____. *A cidade e guerra*: a visão das elites sobre as transformações do espaço urbano da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial. 2008. 1 v. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

_____. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Henrique A. A. R. *O Homem da Esperança*: Uma Experiência Populista no Rio Grande do Norte (1960 – 1966). Recife, 1996. 156 p. Tese (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

PINHEIRO, Carlos Sizenando Rossiter; PINHEIRO, Fred Sizenando Rossiter. *Dos bondes ao hippie drive-in*: fragmentos do cotidiano da cidade do Natal. Natal: EDUFRN, 2009.

PINTO, LAURO. *Natal que eu vi*. Natal: Imprensa Universitária 1971.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/ UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). *Cidade, povo e nação* – gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história Cultural*. Lisboa: Estampa Editorial, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997.

RYBCZYNSKI, Wiltold. *Vidas nas cidades*: expectativas no novo mundo. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*: São Paulo e pobreza (1890-1915). 3. ed. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2008.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Anelino Francisco da. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. *Scripta Nova*, n. 94 (74), ago. de 2001.

SILVA, Luis Octávio. História urbana: a constituição de uma área de conhecimento. *Registros*. Mar del Plata, n. 1, nov. 2003, p. 27-38.

SOUZA, Itamar de. *Migrações para Natal*. Natal: CCHLA, 1976.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_lista de imagens

Imagem 1	Planta da Cidade do Natal em 1959	33
Imagem 2	Carta da Mancha de Ocupação Urbana da Cidade do Natal em 1969	34
Imagem 3	Expansão Urbana da Cidade do Natal - 1920-1990	35
Imagem 4	Vista aérea da Cidade do Natal	36
Imagem 5	Avenida Duque de Caxias, no Bairro da Ribeira, após um "Tororó"	41
Imagem 6	Monturo de Lixo numa das Avenidas do Bairro de Petrópolis	47
Imagem 7	"Trem das Onze"	52
Imagem 8	Transtornos dos Transportes Coletivos	54
Imagem 9	Brasília Teimosa	63
Imagem 10	Cena Comum do Passo da Pátria	66
Imagem 11	Rua do Passo da Pátria	68
Imagem 12	Moradores em sua Habitação em Mãe Luíza	70
Imagem 13	Visão Geral de Mãe Luíza	71
Imagem 14	Por Detrás das Grades	82
Imagem 15	"A Luz de Agnelo"	93
Imagem 16	Sem Teto	115
Imagem 17	Moradia debaixo de uma árvore	116

Imagem 18	Kombi moradia	117
Imagem 19	Anúncio Publicitário da Fundação de Habitação Popular (FUNDAHP)	123
Imagem 20	Vista Aérea da Cidade da Esperança em 1967	125
Imagem 21	Casas Populares da FUNDAHP Construídas na Cidade da Esperança	125
Imagem 22	Atuação das Frentes de Trabalho em Mãe Luíza	129
Imagem 23	Construção de Casas em Mãe Luíza	132
Imagem 24	Os Trabalhadores de Mãe Luíza	132
Imagem 25	Casa Construída no Morro de Mãe Luíza pelas Frentes de Trabalho	133
Imagem 26	Master Plan (1901-1904)	143
Imagem 27	Plano Palumbo	145
Imagem 28	Plano Geral de Obras	146
Imagem 29	Fotografia do Centro da Cidade do Natal em 1967	177
Imagem 30	Croqui da Proposta do *Plano Urbanístico e Desenvolvimento de Natal*	178
Imagem 31	Croqui da Integração	179
Imagem 32	Sistema Viário Estrutural	180
Imagem 33	Paisagismo - Distribuição dos Parques	181
Imagem 34	Centro Principal - Remanejamento	182

EDUFRN
Editora da UFRN